



2022/0051(COD)

01.02.2023

PARECER

da Comissão do Desenvolvimento

dirigido à Comissão dos Assuntos Jurídicos

sobre a proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade e que altera a Diretiva (UE) 2019/1937
(COM(2022)0071 – C9-0050/2022 – 2022/0051(COD))

Relator de parecer: Pierfrancesco Majorino

PA_Legam

JUSTIFICAÇÃO SUCINTA

A forma como as empresas operam nos países em desenvolvimento constitui um fator fundamental para o respeito dos direitos humanos, do ambiente e dos sistemas de Estado de direito e de boa governação destes países e para a consecução dos seus objetivos de desenvolvimento sustentável, em conformidade com a Agenda 2030 das Nações Unidas. Por conseguinte, é importante assegurar que as empresas se comportem de forma responsável, evitem danos e contribuam para o desenvolvimento económico, social e ambiental dos países em desenvolvimento.

A diretiva em apreço representa um passo em frente muito importante nesse sentido. Ainda que o relator se congratule com a proposta, considera que são necessárias melhorias significativas para assegurar um comportamento responsável das empresas nos países em desenvolvimento.

Há que assegurar uma abordagem holística através do reforço do respeito pelos sistemas de Estado de direito e de boa governação nos países, regiões ou territórios em que as empresas operam. O sucesso empresarial depende muito da sustentabilidade das sociedades nas quais as empresas operam, podendo estas desempenhar um papel importante na promoção do Estado de direito e da boa governação. Neste sentido, as empresas devem abster-se de práticas de corrupção e outras más práticas suscetíveis de debilitar os já pouco sólidos quadros institucionais e jurídicos existentes em muitos países em desenvolvimento e apoiar as estruturas existentes, cumprindo as leis e regulamentos ao longo das suas operações e da cadeia de valor, incluindo leis e políticas fiscais, cumprindo as obrigações contratuais e acordos comerciais e os procedimentos e decisões de resolução de litígios a todos os níveis.

O âmbito de aplicação deve ser alargado de modo a incluir o maior número possível de empresas e acrescentar alguns setores fundamentais, tais como a produção de petróleo e gás, o setor da refinação de petróleo ou a indústria da construção civil e os setores da logística e das infraestruturas. É necessário reforçar as definições, a fim de incluir os efeitos negativos no Estado de direito e na boa governação, fornecer algumas orientações sobre os efeitos negativos no ambiente, bem como reforçar a definição de partes interessadas, nomeadamente através do aditamento de uma nova categoria de partes interessadas vulneráveis.

Dado o papel crucial a ser desempenhado pelas partes interessadas ao longo de todo o processo de dever de diligência, é proposto um novo artigo que visa definir o seu envolvimento significativo no processo e introduzir melhorias noutras disposições legais.

Foram introduzidas algumas alterações com vista a assegurar que as empresas fazem um mapeamento da sua cadeia de valor e divulgam as informações relevantes ao público e que qualquer decisão de suspender ou encerrar um negócio é tomada com o envolvimento significativo das partes interessadas relevantes e atendendo aos efeitos negativos que possa causar.

De acordo com as normas internacionais, as vias de recurso extrajudiciais representam mecanismos úteis para proporcionar vias de recurso e indemnização às vítimas ou a pessoas com um interesse legítimo ou contribuir para reparar os danos causados. No entanto, para que possam cumprir os seus objetivos, devem cumprir uma série de requisitos, tal como estabelecidos nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos

Humanos.

Não obstante os requisitos de comunicação de informações previstos na Diretiva 2013/34/UE, os Estados-Membros devem assegurar que as empresas apresentam relatórios sobre as matérias abrangidas pela diretiva em apreço e prestam as informações conexas com vista a apoiar as empresas e respetivas filiais e parceiros empresariais que operam nos países em desenvolvimento a identificar, prevenir e abordar eficazmente os efeitos negativos, potenciais ou reais.

O relator propôs também algumas orientações a serem fornecidas pela Comissão, a fim de prestar apoio às empresas e às autoridades dos Estados-Membros em relação à forma como as empresas devem cumprir as suas obrigações em matéria de dever de diligência, informando, nomeadamente, sobre os efeitos no Estado de direito e na boa governação, a aplicação de um dever de diligência reforçado em zonas afetadas por conflitos, a segurança, o envolvimento eficaz e significativo das partes interessadas em todos os processos de dever de diligência ou o mapeamento da cadeia de valor das empresas e processos eficientes para monitorizar o comportamento dos parceiros empresariais ao longo da cadeia de valor.

Houve igualmente um reforço das medidas de acompanhamento, de modo a ter em conta a necessidade de intensificar o apoio prestado nos países em desenvolvimento com vista à construção de um ambiente favorável e à proteção do espaço cívico, à sensibilização e ao reforço das capacidades das comunidades e das partes interessadas, incluindo sindicatos, ONG ou associações locais, à monitorização do comportamento e dos impactos das empresas ou ao apoio ao acesso à justiça por parte das vítimas e das pessoas e grupos com interesse legítimo.

Por último, é fundamental reforçar a responsabilidade civil, assegurando que os Estados-Membros tomam as medidas necessárias para tornar o acesso à justiça uma realidade, nomeadamente através da eliminação dos obstáculos existentes e da inversão do ónus da prova para as empresas.

ALTERAÇÕES

A Comissão do Desenvolvimento insta a Comissão dos Assuntos Jurídicos, competente quanto à matéria de fundo, a ter em conta as seguintes alterações:

Alteração 1

Proposta de diretiva Considerando 1

<i>Texto da Comissão</i>	<i>Alteração</i>
(1) A União baseia-se no respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos, conforme	(1) A União baseia-se no respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos, conforme

consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Os valores fundamentais que inspiraram a criação da própria União, bem como a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos e o respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, deverão orientar as ações da União no domínio internacional. Essas ações incluem a promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável dos países em desenvolvimento.

consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. **O artigo 191.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) estabelece que a política da União no domínio do ambiente deve contribuir para a preservação, proteção e melhoria da qualidade do ambiente, a proteção da saúde das pessoas, a utilização prudente e racional dos recursos naturais e a promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente e, designadamente, a combater as alterações climáticas.** Os valores fundamentais que inspiraram a criação da própria União, bem como a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos e o respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, deverão orientar as ações da União no domínio internacional. Essas ações incluem a promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável dos países em desenvolvimento. **Além disso, o artigo 208.º do TFUE estabelece que, na execução das políticas suscetíveis de afetar os países em desenvolvimento, a União deve ter em conta os objetivos da cooperação para o desenvolvimento.**

Alteração 2

Proposta de diretiva Considerando 2-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(2-A) Para alcançar esses objetivos, é necessária uma mudança sistémica na economia da União que assegure que a transição ecológica é realizada de forma justa e inclusiva, dentro dos limites do planeta. A concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela União e o seu apoio à concretização dos mesmos em países terceiros serão essenciais para que a União possa dar

provas de liderança mundial na concretização da transição para a sustentabilidade.

Alteração 3

**Proposta de diretiva
Considerando 4**

Texto da Comissão

(4) O comportamento das empresas de todos os setores da economia é fundamental para o êxito dos objetivos da União em matéria de sustentabilidade, uma vez que as empresas da União, especialmente as de grande dimensão, dependem de cadeias de valor mundiais. É igualmente do interesse das empresas proteger os direitos humanos e o ambiente, em especial tendo em conta a crescente preocupação dos consumidores e investidores em relação a estes temas. Já existem várias iniciativas de promoção de empresas que apoiam uma transformação orientada para valores a nível da União⁷⁷, bem como a nível nacional⁷⁸.

⁷⁷ Enterprise Models and the EU agenda (não traduzido para português), CEPS Policy Insights, n.º PI2021-02/janeiro de 2021.

⁷⁸ Por exemplo, <https://www.economie.gouv.fr/entreprises/societe-mission>

Alteração

(4) O comportamento das empresas de todos os setores da economia é fundamental para o êxito dos objetivos da União em matéria de sustentabilidade, uma vez que as empresas da União, especialmente as de grande dimensão, dependem de cadeias de valor mundiais. É igualmente do interesse das empresas proteger os direitos humanos, ***os direitos laborais*** e o ambiente, em especial tendo em conta a crescente preocupação dos consumidores e investidores em relação a estes temas. Já existem várias iniciativas de promoção de empresas que apoiam uma transformação orientada para valores a nível da União⁷⁷, bem como a nível nacional⁷⁸.

⁷⁷ Enterprise Models and the EU agenda (não traduzido para português), CEPS Policy Insights, n.º PI2021-02/janeiro de 2021.

⁷⁸ Por exemplo, <https://www.economie.gouv.fr/entreprises/societe-mission>

Alteração 4

**Proposta de diretiva
Considerando 6**

Texto da Comissão

(6) O conceito de dever de diligência

Alteração

(6) O conceito de dever de diligência

em matéria de direitos humanos foi especificado e desenvolvido nas Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais⁸⁰, que alargaram a aplicação do dever de diligência a questões ambientais e de governação. O Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável e os guias setoriais⁸¹ são quadros internacionalmente reconhecidos que estabelecem medidas práticas relativas ao dever de diligência para ajudar as empresas a identificar, prevenir, atenuar e responsabilizar-se pelos efeitos negativos, potenciais ou reais, associados às suas operações, cadeias de valor e outras relações empresariais. O conceito de dever de diligência está também integrado nas recomendações da Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁸².

⁸⁰ Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, atualização de 2011, disponível em <http://mneguidelines.oecd.org/guidelines/.https://mneguidelines.oecd.org/mneguidelines/>

⁸¹ Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável, 2018, e guias setoriais, disponível em <http://mneguidelines.oecd.org/guia-da-ocde-de-devida-diligencia-para-uma-conduta-empresarial-responsavel-2.pdf>.

⁸² Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da Organização Internacional do Trabalho, quinta edição, 2017, disponível

em matéria de direitos humanos foi especificado e desenvolvido nas Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais⁸⁰, que alargaram a aplicação do dever de diligência a questões ambientais e de governação. O Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável e os guias setoriais⁸¹ são quadros internacionalmente reconhecidos que estabelecem medidas práticas relativas ao dever de diligência para ajudar as empresas a identificar, prevenir, atenuar e responsabilizar-se pelos efeitos negativos, potenciais ou reais, associados às suas operações, cadeias de valor e outras relações empresariais. ***Essas orientações exigem também que as empresas respeitem o direito humanitário internacional e apliquem um dever de diligência acrescido, sensível às circunstâncias, sempre que operem em zonas afetadas por conflitos.*** O conceito de dever de diligência está também integrado nas recomendações da Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁸².

⁸⁰ Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, atualização de 2011, disponível em <http://mneguidelines.oecd.org/guidelines/.https://mneguidelines.oecd.org/mneguidelines/>

⁸¹ Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável, 2018, e guias setoriais, disponível em <http://mneguidelines.oecd.org/guia-da-ocde-de-devida-diligencia-para-uma-conduta-empresarial-responsavel-2.pdf>.

⁸² Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da Organização Internacional do Trabalho, quinta edição, 2017, disponível

em:
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_579899.pdf.

Alteração 5

Proposta de diretiva Considerando 7

Texto da Comissão

(7) Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas⁸³, adotados por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, incluem os objetivos de promover um crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável. A União impôs-se o objetivo de concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O setor privado ***contribui*** para esses objetivos.

⁸³ https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E.

Alteração 6

Proposta de diretiva Considerando 10-A (novo)

Texto da Comissão

em:
https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_579899.pdf.

Alteração

(7) Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas⁸³, adotados por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, incluem os objetivos de promover um crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável. A União impôs-se o objetivo de concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O setor privado ***deverá contribuir eficazmente*** para esses objetivos.

⁸³ https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E.

Alteração

(10-A) As práticas de dever de diligência previstas na presente diretiva deverão contribuir para preservar e restaurar a biodiversidade marinha e terrestre, nomeadamente travando, atenuando e invertendo a perda de biodiversidade e melhorando o estado de conservação dos ecossistemas, as suas funções e os serviços que prestam, e melhorando o ambiente, em especial o ar, a água e os solos, no âmbito dos principais objetivos em matéria de proteção da saúde e do

bem-estar das pessoas, dos animais e dos ecossistemas contra os riscos relacionados com o ambiente, em conformidade com a Agenda 2030.

Alteração 7

Proposta de diretiva Considerando 11-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(11-A) A identificação, a prevenção e a atenuação dos efeitos negativos no ambiente constitui um aspeto fundamental da presente diretiva. Nesse sentido, o conceito de «efeitos no ambiente» abrange todos os possíveis danos causados ao clima ou ao ambiente em resultado do incumprimento dos compromissos internacionais e da legislação da União e inclui também os impactos na qualidade do ar e na poluição atmosférica; na poluição ou contaminação da água, bem como no acesso aos recursos hídricos e à sua disponibilidade; na poluição, na contaminação, na erosão e na utilização do solo; na biodiversidade, incluindo danos à vida selvagem, aos fundos marinhos e ao ambiente marinho, à flora e fauna, aos habitats naturais e aos ecossistemas; na saúde humana, de acordo com a Abordagem «Uma Só Saúde»; no clima, incluindo através das emissões de gases com efeito de estufa e da destruição ou degradação dos sumidouros de carbono; e na transição para a economia circular, nomeadamente através dos danos à reutilização e à reciclabilidade, como, por exemplo, a contaminação dos fluxos de resíduos com substâncias perigosas.

Alteração 8

Proposta de diretiva
Considerando 13-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(13-A) A par do respeito pelos direitos humanos, o ambiente e o Estado de direito, o processo de dever de diligência deve incluir igualmente a boa governação. A boa governação refere-se às regras, processos e comportamentos com base nos quais se articulam os interesses, se gerem os recursos e se exerce o poder na sociedade. Tal inclui o processo através do qual as instituições públicas conduzem os assuntos públicos e gerem os recursos públicos de uma forma que promova o Estado de direito e a observância dos direitos humanos, incluindo os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais. Os elementos centrais da boa governação são a transparência, a integridade, a legalidade, uma política sensata, a participação, a responsabilização, a capacidade de resposta e a ausência de corrupção e de atos ilícitos. Há que considerar a boa governação como determinante para alcançar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar humano. Isto está, em particular, relacionado com o controlo da corrupção, que demonstrou afetar o bem-estar de forma direta e indireta.

Alteração 9

Proposta de diretiva
Considerando 13-B (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(13-B) É fundamental assegurar a implementação do dever de diligência em matéria de direitos humanos de uma forma que seja sensível à dimensão de género, reconhecendo que a desigualdade de género está impregnada nas

instituições estatais e do mercado e representa um obstáculo ao exercício dos direitos das mulheres e das raparigas. As violações dos direitos humanos não são neutras do ponto de vista do género e não devem ser tratadas como tal. As mulheres são frequentemente afetadas de forma desproporcionada por práticas comerciais adversas, o que requer um processo de dever de diligência que responda às suas necessidades específicas. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas têm em atenção a perspetiva de género em todas as etapas e atividades do processo de dever de diligência e apoiam ativamente a igualdade de género. As empresas devem colaborar com os fornecedores na criação de um sistema de auditoria social que seja sensível à questão do género. Além disso, os Estados-Membros devem assegurar a criação de processos e mecanismos de recurso que respondam às questões de género, a fim de garantir a igualdade de acesso e resultados iguais para todos os géneros. Para o efeito, é necessário que os mecanismos de reclamação das empresas sejam acessíveis, eficientes, seguros e justos para as mulheres, tendo igualmente em conta o facto de as mulheres serem mais suscetíveis de se deparar com obstáculos.

Alteração 10

Proposta de diretiva Considerando 14

Texto da Comissão

(14) A presente diretiva visa assegurar que as empresas ativas no mercado interno contribuem para o desenvolvimento sustentável e a transição das economias e sociedades ***para a sustentabilidade*** através da identificação, prevenção e atenuação, cessação e minimização dos efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos

Alteração

(14) A presente diretiva visa assegurar que as empresas ativas no mercado interno contribuem para o desenvolvimento sustentável e a transição ***para a sustentabilidade*** das economias e sociedades ***em que operam, incluindo fora do mercado da União***, através da identificação, prevenção e atenuação,

humanos *e* no ambiente associados às próprias operações, filiais e cadeias de valor das empresas.

cessação e minimização dos efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos, ***nos direitos laborais***, no ambiente, ***no Estado de direito e na boa governação*** associados às próprias operações, filiais e cadeias de valor das empresas, ***em especial nos países em desenvolvimento***.

Alteração 11

Proposta de diretiva Considerando 14-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(14-A) A presente diretiva deve garantir que as empresas exercem o dever de diligência segundo uma abordagem baseada no risco, em conformidade com as normas internacionais, a fim de assegurar que cumprem os requisitos estabelecidos na presente diretiva. Tal significa que a presente diretiva deve estabelecer um conjunto básico de requisitos para que as empresas de todos os setores exerçam um dever de diligência que abranja amplamente as suas cadeias de valor, a fim de identificar os domínios em que é mais provável que ocorram efeitos negativos graves e de dar prioridade à forma de atenuar e abordar esses riscos, uma vez identificados.

Alteração 12

Proposta de diretiva Considerando 15

Texto da Comissão

Alteração

(15) As empresas devem tomar as medidas adequadas para criar e aplicar medidas relativas ao dever de diligência, no que diz respeito às suas próprias operações, às suas filiais, bem como às

(15) As empresas devem tomar as medidas adequadas para criar e aplicar medidas relativas ao dever de diligência, no que diz respeito às suas próprias operações, às suas filiais, bem como às

suas relações empresariais *diretas e indiretas estabelecidas* ao longo das suas cadeias de valor, em conformidade com o disposto na presente diretiva. ***A presente diretiva não pode exigir que as empresas garantam, em todas as circunstâncias, que os efeitos negativos nunca ocorrerão ou que serão travados. Por exemplo, no que diz respeito às relações empresariais em que o efeito negativo resulta da intervenção do Estado, a empresa pode não estar em condições de chegar a esses resultados. Por conseguinte, as principais obrigações previstas na presente diretiva deverão ser «obrigações de meios».*** A empresa deve tomar as medidas adequadas que se possa razoavelmente esperar que resultem na prevenção ou minimização do efeito negativo nas circunstâncias do caso específico. Devem ser tidas em conta as especificidades da cadeia de valor, do setor ou da área geográfica da empresa em que operam os seus parceiros na cadeia de valor, o poder da empresa de influenciar as suas relações empresariais *diretas e indiretas* e a possibilidade de a empresa aumentar o seu poder de influência.

Alteração 13

Proposta de diretiva Considerando 16-A (novo)

Texto da Comissão

suas relações empresariais ao longo das suas cadeias de valor, em conformidade com o disposto na presente diretiva. ***Quando as empresas não estiverem em condições de evitar os efeitos negativos das cadeias de valor, devem ser obrigadas a pôr termo às relações empresariais prejudiciais e a modificar a estrutura das suas cadeias de valor, a fim de garantir que esse facto já não possa constituir a causa do efeito negativo, nem contribuir para este.*** A empresa deve tomar as medidas adequadas que se possa razoavelmente esperar que resultem na prevenção ou minimização do efeito negativo nas circunstâncias do caso específico. Devem ser tidas em conta as especificidades da cadeia de valor, do setor ou da área geográfica da empresa em que operam os seus parceiros na cadeia de valor, o poder da empresa de influenciar as suas relações empresariais e a possibilidade de a empresa aumentar o seu poder de influência.

Alteração

(16-A) As empresas devem desenvolver e adaptar as medidas de dever de diligência à luz do contexto político em que essas empresas, as suas filiais e as suas relações empresariais operam ao longo das suas cadeias de valor. Nas zonas de conflito e de alto risco, as empresas enfrentam um risco acrescido de se verem envolvidas em violações graves de direitos humanos. Nessas zonas, as empresas devem, por conseguinte, aplicar um dever de diligência reforçado e sensível ao conflito, a fim de enfrentar esses riscos acrescidos

e assegurar que não facilitam, financiam, exacerbam ou têm efeitos negativos no conflito ou contribuem para violações do direito internacional em matéria de direitos humanos ou do direito internacional humanitário em zonas de conflito ou de alto risco.

Alteração 14

Proposta de diretiva Considerando 17

Texto da Comissão

(17) Os efeitos negativos nos direitos humanos e no ambiente ocorrem nas próprias operações das empresas, nas filiais, nos produtos e nas suas cadeias de valor, em especial a nível do aprovisionamento de matérias-primas, do fabrico ou da eliminação de produtos ou resíduos. Para que o dever de diligência tenha um impacto significativo, deve abranger os efeitos negativos nos direitos humanos e no ambiente gerados ao longo do ciclo de produção, a utilização e eliminação de produtos ou a prestação de serviços, a nível das próprias operações, das filiais e das cadeias de valor.

Alteração

(17) Os efeitos negativos nos direitos humanos, ***nos direitos laborais*** e no ambiente, ***bem como no Estado de direito e na boa governação***, ocorrem nas próprias operações das empresas, nas filiais, nos produtos e nas suas cadeias de valor, em especial a nível do aprovisionamento de matérias-primas, do fabrico ou da eliminação de produtos ou resíduos. Para que o dever de diligência tenha um impacto significativo, deve abranger os efeitos negativos nos direitos humanos, ***nos direitos laborais*** e no ambiente, ***bem como no Estado de direito e na boa governação***, gerados ao longo do ciclo de produção, a utilização e eliminação de produtos ou a prestação de serviços, a nível das próprias operações, das filiais e das cadeias de valor.

Alteração 15

Proposta de diretiva Considerando 18

Texto da Comissão

(18) A cadeia de valor deve abranger as atividades relacionadas com a produção de um bem ou a prestação de serviços por uma empresa, incluindo o desenvolvimento

Alteração

(18) A cadeia de valor deve abranger as atividades relacionadas com a produção, ***distribuição e venda*** de um bem ou a prestação de serviços por uma empresa ***e***

do produto ou do serviço e a utilização e eliminação do produto, bem como as atividades conexas das relações empresariais **estabelecidas** da empresa. Deve abranger relações empresariais diretas e indiretas **estabelecidas** a montante que concebam, extraíam, **fabricam**, transportem, armazenem e forneçam matérias-primas, produtos, partes de produtos ou serviços à empresa que sejam necessários para o exercício das atividades da empresa, bem como relações empresariais a jusante, incluindo relações empresariais diretas e indiretas **estabelecidas**, que utilizem ou recebam produtos, partes de produtos ou serviços da empresa até ao fim de vida do produto, incluindo, nomeadamente, a distribuição do produto aos retalhistas, o transporte e armazenamento do produto, o desmantelamento do produto, a sua reciclagem, compostagem ou deposição em aterro.

quaisquer filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente, incluindo, ***nomeadamente***, o desenvolvimento do produto ou do serviço e a utilização e eliminação do produto, bem como as atividades conexas das relações empresariais da empresa. Deve abranger relações empresariais diretas e indiretas a montante que concebam, extraíam, ***fabriquem***, transportem, armazenem e forneçam matérias-primas, produtos, partes de produtos ou serviços à empresa ***e a quaisquer filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente*** que sejam necessários para o exercício das atividades da empresa, bem como relações empresariais a jusante, incluindo relações empresariais diretas e indiretas, que utilizem ou recebam produtos, partes de produtos ou serviços da empresa ***e de quaisquer filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente*** até ao fim de vida do produto, incluindo, nomeadamente, a distribuição do produto aos retalhistas, ***a venda de produtos ou prestação de serviços a clientes, independentemente da via (por exemplo, através de um acordo de franquia ou de licença)***, o transporte e armazenamento do produto, o desmantelamento do produto, a sua reciclagem, compostagem ou deposição em aterro. ***Tal como assinalado nas Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, a cadeia de valor deve abranger as várias estruturas que a empresa e quaisquer filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente utilizam para operar, incluindo, nomeadamente, acordos de franquia, licença ou subcontratação.***

Alteração 16

Proposta de diretiva Considerando 19

Texto da Comissão

(19) No que diz respeito às empresas financeiras reguladas que concedem empréstimos, ***créditos ou outros serviços financeiros***, a «cadeia de valor» no que diz respeito à prestação desses serviços deve limitar-se às atividades dos clientes que recebem esses serviços e às suas filiais cujas atividades estão relacionadas com o contrato em questão. ***Os clientes que são agregados familiares e pessoas singulares que não atuam a título profissional ou empresarial, bem como as pequenas e médias empresas, não devem ser considerados como fazendo parte da cadeia de valor. As atividades das empresas ou outras entidades jurídicas incluídas na cadeia de valor desse cliente não devem ser abrangidas.***

Alteração 17

Proposta de diretiva Considerando 20

Texto da Comissão

(20) A fim de permitir que as empresas identifiquem adequadamente os efeitos negativos para a sua cadeia de valor e possam obter um efeito de alavanca adequado, as obrigações em matéria de dever de diligência ***previstas na presente diretiva*** devem ***limitar-se*** às relações empresariais estabelecidas. Para efeitos da presente diretiva, entende-se por relações empresariais ***estabelecidas*** as relações empresariais diretas e indiretas ***que são, ou que se espera que sejam duradouras, tendo em conta a sua intensidade e duração e que não representem uma parte pouco significativa ou acessória da cadeia de valor. A qualificação da natureza das relações empresariais como «estabelecidas» deve ser reavaliada periodicamente e, pelo menos, de 12 em***

Alteração

(19) No que diz respeito às empresas financeiras reguladas que concedem ***financiamento*** (empréstimos ***e outras formas de crédito***), ***seguros ou resseguros***, a «cadeia de valor» no que diz respeito à prestação desses serviços deve limitar-se às atividades dos clientes que recebem esses serviços e às suas filiais cujas atividades estão relacionadas com o contrato em questão.

Alteração

(20) A fim de permitir que as empresas identifiquem adequadamente os efeitos negativos para a sua cadeia de valor e possam obter um efeito de alavanca adequado, as obrigações em matéria de dever de diligência devem ***abranger todas as*** relações empresariais. Para efeitos da presente diretiva, entende-se por relações empresariais as relações empresariais diretas e indiretas.

12 meses. Se a relação empresarial direta de uma empresa estiver estabelecida, então todas as relações empresariais indiretas conexas devem também ser consideradas como estabelecidas em relação a essa empresa.

Alteração 18

Proposta de diretiva Considerando 21

Texto da Comissão

(21) Nos termos da presente diretiva, as empresas da UE com mais de **500** trabalhadores, em média, e um volume de negócios líquido superior a **150** milhões de EUR a nível mundial no exercício anterior ao último exercício financeiro devem cumprir o dever de diligência. No que diz respeito às empresas que não preenchem esses critérios, mas que tinham mais de **250** trabalhadores, em média, e mais de **40** milhões de EUR de volume de negócios líquido a nível mundial no exercício anterior ao último exercício financeiro e que operam num ou mais setores de grande impacto, o dever de diligência deve aplicar-se dois anos a contar da data de termo do período de transposição da presente diretiva, a fim de prever um período de adaptação mais longo. A fim de assegurar um encargo proporcionado, as empresas que operam nesses setores de grande impacto devem ser obrigadas a cumprir o dever de diligência mais direcionado, centrando-se nos efeitos negativos graves. Os trabalhadores temporários, incluindo os destacados nos termos do artigo 1.º, n.º 3, alínea c), da Diretiva 96/71/CE, com a redação que lhe foi dada pela Diretiva (UE) 2018/957 do Parlamento Europeu e do Conselho¹⁰³, devem ser incluídos no cálculo do número de trabalhadores da empresa utilizadora. Os trabalhadores destacados nos termos do artigo 1.º, n.º 3, alíneas a) e b), da Diretiva

Alteração

(21) Nos termos da presente diretiva, as empresas da UE com mais de **250** trabalhadores, em média, e um volume de negócios líquido superior a **40** milhões de EUR a nível mundial no exercício anterior ao último exercício financeiro devem cumprir o dever de diligência. No que diz respeito às empresas que não preenchem esses critérios, mas que tinham mais de **50** trabalhadores, em média, e mais de **8** milhões de EUR de volume de negócios líquido a nível mundial no exercício anterior ao último exercício financeiro e que operam num ou mais setores de grande impacto, o dever de diligência deve aplicar-se dois anos a contar da data de termo do período de transposição da presente diretiva, a fim de prever um período de adaptação mais longo. A fim de assegurar um encargo proporcionado, as empresas que operam nesses setores de grande impacto devem ser obrigadas a cumprir o dever de diligência mais direcionado, centrando-se nos efeitos negativos graves. Os trabalhadores temporários, incluindo os destacados nos termos do artigo 1.º, n.º 3, alínea c), da Diretiva 96/71/CE, com a redação que lhe foi dada pela Diretiva (UE) 2018/957 do Parlamento Europeu e do Conselho¹⁰³, devem ser incluídos no cálculo do número de trabalhadores da empresa utilizadora. Os trabalhadores destacados nos termos do artigo 1.º, n.º 3, alíneas a) e b), da Diretiva

96/71/CE, com a redação que lhe foi dada pela Diretiva (UE) 2018/957, só devem ser incluídos no cálculo do número de trabalhadores da empresa de origem.

¹⁰³ Diretiva (UE) 2018/957 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de junho de 2018, que altera a Diretiva 96/71/CE relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços (JO L 173 de 9.7.2018, p. 16).

Alteração 19

Proposta de diretiva Considerando 22

Texto da Comissão

(22) A fim de refletir os domínios prioritários da ação internacional destinados a dar resposta às questões dos direitos humanos *e* do ambiente, **a seleção de setores de grande impacto para efeitos da presente diretiva deverá basear-se** nos guias setoriais existentes da OCDE em matéria de dever de diligência. Para efeitos da presente diretiva, devem ser considerados de grande impacto **os seguintes setores**: fabrico de têxteis, couro e produtos afins (incluindo calçado) *e* comércio por grosso de têxteis, vestuário e calçado; agricultura, silvicultura, pescas (incluindo a aquicultura), fabrico de produtos alimentares e comércio por grosso de matérias-primas agrícolas, animais vivos, madeira, alimentos e bebidas; a extração de recursos minerais, independentemente do local onde são extraídos (incluindo petróleo bruto, gás natural, carvão, lenhite, metais e minérios metálicos, bem como todos os outros minerais não metálicos e produtos de pedra), o fabrico de produtos metálicos de base, outros produtos minerais não metálicos e produtos metálicos transformados (exceto máquinas e

96/71/CE, com a redação que lhe foi dada pela Diretiva (UE) 2018/957, só devem ser incluídos no cálculo do número de trabalhadores da empresa de origem.

¹⁰³ Diretiva (UE) 2018/957 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de junho de 2018, que altera a Diretiva 96/71/CE relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços (JO L 173 de 9.7.2018, p. 16).

Alteração

(22) A fim de refletir os domínios prioritários da ação internacional destinados a dar resposta às questões dos direitos humanos *e laborais*, do ambiente, **do Estado de direito e da boa governação, a presente diretiva deve prever uma lista dos setores de grande impacto com base, entre outros**, nos guias setoriais existentes da OCDE em matéria de dever de diligência. Para efeitos da presente diretiva, **entre os setores que** devem ser considerados de grande impacto **incluem-se: o setor da energia, incluindo o petróleo, o gás, a energia nuclear, o vapor, a eletricidade e outras fontes, ao longo do seu ciclo de vida, da extração, refinação, produção, combustão de combustíveis, transporte e armazenamento à gestão de resíduos, incluindo os resíduos radioativos; o setor dos produtos químicos; fabrico de têxteis, vestuário, peles, couro e produtos afins (incluindo calçado), comércio por grosso e a retalho de têxteis, vestuário e calçado; produção de plásticos, o transporte e a gestão de resíduos; agricultura, silvicultura, pescas (incluindo a aquicultura), ordenamento do território e**

equipamentos) e o comércio por grosso de recursos minerais, produtos minerais básicos e intermédios (incluindo minérios metálicos e metais, materiais de construção, combustíveis, produtos químicos e outros produtos intermédios). *No que diz respeito ao setor financeiro, devido às suas especificidades, em especial no que diz respeito à cadeia de valor e aos serviços oferecidos, mesmo que seja abrangido pelos guias setoriais da OCDE, este não deverá fazer parte dos setores de grande impacto abrangidos pela presente diretiva. Ao mesmo tempo, neste setor, a cobertura mais ampla dos efeitos negativos potenciais ou reais deve ser assegurada incluindo igualmente no âmbito de aplicação empresas de muito grande dimensão que são empresas financeiras reguladas, mesmo que não tenham uma forma jurídica com responsabilidade limitada.*

gestão dos recursos (incluindo em relação à conservação da natureza e outras atividades conexas); fabrico de produtos alimentares e comércio por grosso de matérias-primas agrícolas, animais vivos, produtos animais, madeira, alimentos e bebidas, e venda aos consumidores; extração, transporte, transformação, refinação e manipulação de recursos minerais, independentemente do local onde são extraídos (incluindo petróleo bruto, gás natural, carvão, lenhite, metais e minérios metálicos, bem como todos os outros minerais não metálicos e produtos de pedra), o fabrico de produtos metálicos de base, outros produtos minerais não metálicos e produtos metálicos transformados (exceto máquinas e equipamentos) e o comércio por grosso de recursos minerais, produtos minerais básicos e intermédios (incluindo minérios metálicos e metais, materiais de construção, combustíveis, produtos químicos e outros produtos intermédios); setor da construção, logística e construção de infraestruturas; setor dos transportes, logística e armazenamento; produção, utilização e gestão dos resíduos de produtos eletrónicos; setor da gestão de resíduos; atividades financeiras e de seguros; tecnologia, atividades digitais e plataformas em linha; fabrico e comércio de armas e munições, incluindo produtos de dupla utilização, o fabrico e o comércio de veículos militares de combate; atividades de segurança privada e atividades ligadas aos sistemas de segurança, incluindo o desenvolvimento e funcionamento de tecnologias biométricas e de vigilância.

Alteração 20

Proposta de diretiva Considerando 23

(23) A fim de alcançar plenamente os objetivos da presente diretiva de atenuar os efeitos negativos nos direitos humanos e no ambiente no que diz respeito às operações, filiais e cadeias de valor das empresas, as empresas de países terceiros com operações significativas na UE devem também ser abrangidas. Mais concretamente, a diretiva deverá aplicar-se às empresas de países terceiros que tenham gerado um volume de negócios líquido de, pelo menos, **150** milhões de EUR na União no exercício anterior ao último exercício financeiro ou um volume de negócios líquido superior a **40** milhões de EUR mas inferior a **150** milhões de EUR no exercício anterior ao último exercício financeiro num ou mais setores de grande impacto, dois anos a contar da data de termo do período de transposição da presente diretiva.

(23) A fim de alcançar plenamente os objetivos da presente diretiva de atenuar os efeitos negativos nos direitos humanos **e laborais**, no ambiente, **no Estado de direito e na boa governação** no que diz respeito às operações, filiais e cadeias de valor das empresas, as empresas de países terceiros com operações significativas na UE devem também ser abrangidas. Mais concretamente, a diretiva deverá aplicar-se às empresas de países terceiros que tenham gerado um volume de negócios líquido de, pelo menos, **40** milhões de EUR na União no exercício anterior ao último exercício financeiro ou um volume de negócios líquido superior a **8** milhões de EUR mas inferior a **40** milhões de EUR no exercício anterior ao último exercício financeiro num ou mais setores de grande impacto, dois anos a contar da data de termo do período de transposição da presente diretiva. **As empresas poderiam ter várias estruturas, resultando numa única empresa com um volume de negócios líquido abaixo do limiar. Tal como referido no guia interpretativo dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, as empresas poderiam operar, inter alia, através de várias filiais ou seguir um modelo de franquia. As empresas poderiam igualmente contratar externamente ou subcontratar partes importantes das suas atividades. Por conseguinte, o volume de negócios líquido gerado pela empresa na União deve incluir o volume de negócios líquido gerado diretamente na União pela empresa e o volume de negócios líquido gerado na União pelas filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente, bem como o volume de negócios líquido gerado na União através de empresas terceiras com as quais a empresa ou as filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente tenham celebrado um acordo vertical em troca do pagamento de**

Alteração 21

Proposta de diretiva Considerando 24

Texto da Comissão

(24) Para definir o âmbito de aplicação em relação às empresas de países terceiros, deve ser escolhido o critério do volume de negócios descrito, uma vez que cria uma ligação territorial entre as empresas de países terceiros e o território da União. O volume de negócios é um indicador dos efeitos que as atividades dessas empresas poderiam ter no mercado interno. Em conformidade com o direito internacional, esses efeitos justificam a aplicação do direito da União às empresas de países terceiros. A fim de assegurar a identificação do volume de negócios pertinente das empresas em causa, devem ser utilizados os métodos de cálculo do volume de negócios líquido das empresas de países terceiros, tal como estabelecido na Diretiva 2013/34/UE, com a redação que lhe foi dada pela Diretiva (UE) 2021/2101. A fim de assegurar a aplicação efetiva da presente diretiva, não deverá, por sua vez, ser aplicado um limiar para os trabalhadores para determinar as empresas de países terceiros que são abrangidas pela presente diretiva, uma vez que, para efeitos da presente diretiva, o conceito de «trabalhadores» se baseia no direito da União e não pode ser facilmente transposto fora da União. Na ausência de uma metodologia clara e coerente, incluindo nos quadros contabilísticos, para determinar os trabalhadores das empresas de países terceiros, esse limiar de trabalhadores criaria, por conseguinte, incerteza jurídica e seria difícil de aplicar para as autoridades de supervisão. A definição de volume de negócios deve basear-se na Diretiva

Alteração

(24) Para definir o âmbito de aplicação em relação às empresas de países terceiros, deve ser escolhido o critério do volume de negócios descrito, uma vez que cria uma ligação territorial entre as empresas de países terceiros e o território da União. O volume de negócios é um indicador dos efeitos que as atividades dessas empresas poderiam ter no mercado interno. Em conformidade com o direito internacional, esses efeitos justificam a aplicação do direito da União às empresas de países terceiros. A fim de assegurar a identificação do volume de negócios pertinente das empresas em causa, devem ser utilizados os métodos de cálculo do volume de negócios líquido das empresas de países terceiros, tal como estabelecido na Diretiva 2013/34/UE, com a redação que lhe foi dada pela Diretiva (UE) 2021/2101. A fim de assegurar a aplicação efetiva da presente diretiva, não deverá, por sua vez, ser aplicado um limiar para os trabalhadores para determinar as empresas de países terceiros que são abrangidas pela presente diretiva, uma vez que, para efeitos da presente diretiva, o conceito de «trabalhadores» se baseia no direito da União e não pode ser facilmente transposto fora da União. Na ausência de uma metodologia clara e coerente, incluindo nos quadros contabilísticos, para determinar os trabalhadores das empresas de países terceiros, esse limiar de trabalhadores criaria, por conseguinte, incerteza jurídica e seria difícil de aplicar para as autoridades de supervisão. A definição de volume de negócios deve basear-se na Diretiva

2013/34/UE, que já estabeleceu os métodos utilizados para calcular o volume de negócios líquido para as empresas de países terceiros, uma vez que as definições de volume de negócios e de receitas são semelhantes também nos quadros contabilísticos internacionais. Com o objetivo de assegurar que a autoridade de supervisão saiba quais as empresas de países terceiros que geram o volume de negócios exigido na União para serem abrangidas pelo âmbito de aplicação da presente diretiva, esta deverá exigir que uma autoridade de supervisão do Estado-Membro onde o representante autorizado da empresa de um país terceiro está domiciliado ou estabelecido e, se for diferente, uma autoridade de supervisão do Estado-Membro onde a empresa gerou a maior parte do seu volume de negócios líquido na União no exercício anterior ao último exercício financeiro seja informada de que a empresa é uma empresa abrangida pelo âmbito de aplicação da presente diretiva.

2013/34/UE, que já estabeleceu os métodos utilizados para calcular o volume de negócios líquido para as empresas de países terceiros, uma vez que as definições de volume de negócios e de receitas são semelhantes também nos quadros contabilísticos internacionais. ***As empresas de países terceiros devem ser consideradas como geradoras de volume de negócios líquido na União, mesmo que não operem diretamente na União, mas através de várias estruturas, incluindo, nomeadamente, filiais e sucursais e acordos verticais em troca do pagamento de direitos de exploração, tal como assinalado no guia interpretativo dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, bem como acordos de contratação externa ou de subcontratação.*** Com o objetivo de assegurar que a autoridade de supervisão saiba quais as empresas de países terceiros que geram o volume de negócios exigido na União para serem abrangidas pelo âmbito de aplicação da presente diretiva, esta deverá exigir que uma autoridade de supervisão do Estado-Membro onde o representante autorizado da empresa de um país terceiro está domiciliado ou estabelecido e, se for diferente, uma autoridade de supervisão do Estado-Membro onde a empresa gerou a maior parte do seu volume de negócios líquido na União no exercício anterior ao último exercício financeiro seja informada de que a empresa é uma empresa abrangida pelo âmbito de aplicação da presente diretiva.

Alteração 22

Proposta de diretiva Considerando 25

Texto da Comissão

(25) Tendo em vista alcançar um

PE736.709v02-00

Alteração

(25) Tendo em vista alcançar um

22/133

AD\1271249PT.docx

contributo significativo para a transição para a sustentabilidade, o dever de diligência nos termos da presente diretiva deve ser cumprido no que diz respeito aos efeitos negativos nos direitos humanos das pessoas protegidas resultantes da violação de um dos direitos e proibições consagrados nas convenções internacionais enumeradas no anexo da presente diretiva. A fim de assegurar uma cobertura abrangente dos direitos humanos, uma violação de uma proibição ou de um direito não especificamente enumerado nesse anexo que prejudique diretamente um interesse jurídico protegido por essas convenções deverá igualmente ser incluído nos efeitos negativos nos direitos humanos abrangidos pela presente diretiva, **desde que a empresa em causa possa razoavelmente ter determinado o risco dessa violação e quaisquer medidas adequadas a tomar para cumprir as obrigações em matéria de dever de diligência previstas na presente diretiva, tendo em conta todas as circunstâncias pertinentes das suas operações, como o setor e o contexto operacional.** O dever de diligência deve ainda abranger os efeitos negativos no ambiente resultantes da violação de uma das proibições e obrigações **decorrentes das** convenções internacionais no domínio do ambiente enumeradas no anexo da presente diretiva.

contributo significativo para a transição para a sustentabilidade, o dever de diligência nos termos da presente diretiva deve **evitar quaisquer efeitos negativos no exercício dos direitos humanos e laborais por parte de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, conforme consagrado nas convenções internacionais** e ser cumprido no que diz respeito aos efeitos negativos nos direitos humanos das pessoas protegidas resultantes da violação de um dos direitos e proibições consagrados nas convenções internacionais enumeradas no anexo da presente diretiva **ou da inexistência de medidas adequadas de dever de diligência em matéria de luta contra a corrupção.** A fim de assegurar uma cobertura abrangente dos direitos humanos **e laborais**, uma violação de uma proibição ou de um direito não especificamente enumerado nesse anexo que prejudique diretamente um interesse jurídico protegido por essas convenções deverá igualmente ser incluído nos efeitos negativos nos direitos humanos **ou laborais** abrangidos pela presente diretiva. O dever de diligência deve ainda abranger os efeitos negativos no ambiente resultantes da violação de uma das proibições e obrigações **previstas na legislação da União e internacional em matéria de ambiente, incluindo, mas sem se limitar às** convenções internacionais no domínio do ambiente enumeradas no anexo da presente diretiva, **ou da inexistência de medidas adequadas de dever de diligência em matéria de luta contra a corrupção, bem como, em particular, os efeitos negativos na qualidade do ar, na poluição do ar e da atmosfera, na poluição da água, na contaminação da água, no acesso à água e no esgotamento da água doce, no solo, nomeadamente na poluição do solo, na contaminação do solo, na erosão e degradação do solo, na biodiversidade, incluindo danos à vida selvagem, nos fundos marinhos e no ambiente marinho, na flora e fauna, nos habitats naturais e nos ecossistemas, na**

saúde humana de acordo com a Abordagem «Uma Só Saúde», no clima, incluindo através das emissões de gases com efeito de estufa e da destruição ou degradação dos sumidouros de carbono.

Alteração 23

Proposta de diretiva Considerando 25-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(25-A) O comportamento das empresas pode ter um efeito negativo nos sistemas de Estado de direito e de boa governação, em particular nos países em desenvolvimento. Poderiam aproveitar as vulnerabilidades existentes nos sistemas institucionais e jurídicos para fazer negócio, violando os quadros jurídicos internacionais ou regionais existentes, em particular quando as regras não fossem respeitadas, incluindo o não pagamento dos seus impostos, a permissão de que os seus processos democráticos, legislativos, executivos, administrativos ou judiciais fossem influenciados por práticas corruptas e a violência ou intimidação, ou quando as empresas estejam envolvidas direta ou indiretamente em atividades criminosas, com as graves consequências daí resultantes para esses países e as suas comunidades. A corrupção e a deficiência do Estado de direito prejudicam em grande medida o respeito pelos direitos humanos e o ambiente. A corrupção permite às empresas evitarem assumir a responsabilidade pelo seu impacto nos direitos humanos e no ambiente, põe em perigo os defensores dos direitos humanos e do ambiente, bem como do Estado de direito e da boa governação, e enfraquece a qualidade, frequência e confiança nas atividades de execução das autoridades públicas (por exemplo, as autoridades de inspeção do trabalho e do ambiente) e nos

Alteração 24

Proposta de diretiva Considerando 27

Texto da Comissão

(27) A fim de exercer um dever de diligência adequado em matéria de direitos humanos *e* ambiente no que diz respeito às suas operações, às suas filiais e às suas cadeias de valor, as empresas abrangidas pela presente diretiva devem integrar o dever de diligência nas políticas empresariais, identificar, prevenir e atenuar, bem como fazer cessar e minimizar a extensão dos efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos *e* no ambiente, estabelecer e manter um ***procedimento*** de reclamação, avaliar a eficácia das medidas tomadas em conformidade com os requisitos estabelecidos na presente diretiva e ***comunicar publicamente informações*** sobre o dever de diligência. A fim de garantir clareza para as empresas, a presente diretiva deve estabelecer uma distinção clara entre, em especial, as medidas de prevenção e atenuação dos efeitos negativos potenciais e aquelas que visam fazer cessar ou, quando tal não for possível, minimizar os efeitos negativos reais.

Alteração

(27) A fim de exercer um dever de diligência adequado em matéria de direitos humanos, ***laborais***, ambiente, ***Estado de direito e boa governação*** no que diz respeito às suas operações, ***aos bens produzidos e aos serviços prestados ao longo do seu ciclo de vida***, bem como aos ***das*** suas filiais e às suas cadeias de valor, as empresas abrangidas pela presente diretiva devem, ***após uma consulta significativa com as partes interessadas***, devem integrar o dever de diligência nas políticas empresariais, identificar, prevenir e atenuar, bem como fazer cessar e minimizar a extensão dos efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos, no ambiente, ***no Estado de direito e na boa governação***, estabelecer e manter um ***mecanismo*** de reclamação, ***acompanhar e*** avaliar a eficácia das medidas tomadas em conformidade com os requisitos estabelecidos na presente diretiva e ***apresentar relatórios*** sobre o dever de diligência ***e informações conexas***, ***a fim de apoiar as empresas, bem como as suas filiais e parceiros empresariais que operem em países em desenvolvimento a*** identificar, prevenir e responder ***eficazmente aos efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos, nos direitos laborais, no ambiente e nos sistemas de Estado de direito e de boa governação***. A fim de garantir clareza para as empresas, a presente diretiva deve estabelecer uma distinção clara entre, em especial, as medidas de prevenção e atenuação dos efeitos negativos potenciais e aquelas que visam fazer cessar ou, quando tal não for possível, minimizar *e*

reparar os efeitos negativos reais.

Alteração 25

Proposta de diretiva Considerando 28

Texto da Comissão

(28) A fim de assegurar que o dever de diligência é incluído nas políticas empresariais das empresas, e em conformidade com o quadro internacional pertinente, as empresas devem integrar o dever de diligência em todas as suas políticas empresariais e dispor de uma política em matéria de dever de diligência. A política em matéria de dever de diligência deve incluir uma descrição da abordagem da empresa em matéria de dever de diligência, mesmo a longo prazo, e um código de conduta que descreva as regras e os princípios a seguir pelos trabalhadores *e* filiais da empresa; uma descrição dos processos relativos ao dever de diligência aplicados, ***incluindo as medidas tomadas para verificar o cumprimento do código de conduta e alargar a sua aplicação às relações empresariais estabelecidas.*** O código de conduta deve aplicar-se a todas as funções e operações empresariais pertinentes, incluindo as decisões de aquisição. As empresas devem também atualizar anualmente a sua política em matéria de dever de diligência.

Alteração

(28) A fim de assegurar que o dever de diligência é incluído nas políticas empresariais das empresas, e em conformidade com o quadro internacional pertinente, as empresas devem integrar o dever de diligência em todas as suas políticas empresariais e dispor de uma política em matéria de dever de diligência. A política em matéria de dever de diligência deve incluir uma descrição da abordagem da empresa em matéria de dever de diligência, mesmo a longo prazo, e um código de conduta que descreva as regras e os princípios a seguir pelos trabalhadores, filiais da empresa *e* ***entidades com as quais a empresa ou qualquer das suas filiais tenham relações empresariais;*** uma descrição dos processos relativos ao dever de diligência aplicados; ***uma descrição das medidas destinadas a prevenir e atenuar os efeitos negativos potenciais e a fazer cessar e minimizar a extensão dos efeitos negativos reais;*** ***uma descrição das medidas corretivas tomadas durante o ano anterior na sequência de qualquer alegação de violação do código de conduta e de qualquer novo efeito negativo;*** ***uma descrição dos mecanismos de reparação previstos na presente diretiva;*** ***uma descrição dos resultados das avaliações dos processos, medidas e procedimentos.*** O código de conduta deve aplicar-se a todas as funções e operações empresariais pertinentes, incluindo as decisões de aquisição. ***As empresas devem estabelecer políticas adequadas para evitar transferir os custos do processo de dever de diligência para os parceiros empresariais que se encontram numa***

posição mais fraca. A política em matéria de dever de diligência deve incluir, nomeadamente, uma estratégia de coinvestimento para reforçar a capacidade dos parceiros empresariais mais fracos para exercer o dever de diligência. As empresas devem também atualizar anualmente a sua política em matéria de dever de diligência.

Alteração 26

Proposta de diretiva

Considerando 29

Texto da Comissão

(29) Para cumprir as obrigações em matéria de dever de diligência, as empresas devem tomar medidas adequadas no que diz respeito à identificação, prevenção e cessação dos efeitos negativos. Uma «Medida adequada» significa uma medida capaz de alcançar os objetivos do dever de diligência, proporcional ao grau de gravidade e à probabilidade do efeito negativo, e de que a empresa possa razoavelmente dispor, tendo em conta as circunstâncias do caso específico, incluindo as características do setor económico e da relação empresarial específica e a influência da empresa, bem como a necessidade de assegurar a definição de prioridades de ação. Neste contexto, em consonância com os quadros internacionais, a influência da empresa sobre uma relação empresarial deve incluir, por um lado, a sua capacidade de persuadir a relação empresarial a tomar medidas para fazer cessar ou prevenir efeitos negativos (por exemplo, através da propriedade ou do controlo factual, do poder de mercado, dos requisitos de pré-qualificação, da ligação dos incentivos empresariais aos direitos humanos e ao desempenho ambiental, etc.) e, por outro lado, o grau de influência ou de alavanca que a empresa poderia razoavelmente exercer, por exemplo,

Alteração

(29) Para cumprir as obrigações em matéria de dever de diligência, as empresas devem tomar medidas adequadas no que diz respeito à identificação, prevenção e cessação dos efeitos negativos. Uma «Medida adequada» significa uma medida capaz de alcançar os objetivos do dever de diligência, proporcional ao grau de gravidade e à probabilidade do efeito negativo, e de que a empresa possa razoavelmente dispor, tendo em conta as circunstâncias do caso específico, incluindo as características do setor económico e da relação empresarial específica e a influência da empresa, bem como a necessidade de assegurar a definição de prioridades de ação. Neste contexto, em consonância com os quadros internacionais, a influência da empresa sobre uma relação empresarial deve incluir, por um lado, a sua capacidade de persuadir a relação empresarial a tomar medidas para fazer cessar ou prevenir efeitos negativos (por exemplo, através da propriedade ou do controlo factual, do poder de mercado, dos requisitos de pré-qualificação, da ligação dos incentivos empresariais aos direitos humanos, ao desempenho ambiental, **ao Estado de direito e à boa governação**, etc.) e, por outro lado, o grau de influência ou de alavanca que a empresa poderia

através da cooperação com o parceiro empresarial em questão ou da colaboração com outra empresa que seja o parceiro empresarial direto da relação empresarial associada a um efeito negativo.

Alteração 27

Proposta de diretiva Considerando 30

Texto da Comissão

(30) Nos termos das obrigações em matéria de dever de diligência previstas na presente diretiva, uma empresa deve identificar os efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos *e* no ambiente. A fim de permitir uma identificação exaustiva dos efeitos negativos, essa identificação deve basear-se em informações *quantitativas e qualitativas*. Por exemplo, no que diz respeito aos efeitos negativos no ambiente, a empresa deve obter informações sobre as condições de base em locais ou instalações de maior risco nas cadeias de valor. A identificação dos efeitos negativos deve incluir a avaliação *dos* direitos humanos *e do contexto ambiental* de uma forma dinâmica e a intervalos regulares: antes de uma nova atividade ou relação, antes de tomar decisões importantes ou alterações na operação; em resposta ou antecipação de alterações no *ambiente* operacional; e periodicamente, pelo menos de 12 em 12 meses, ao longo do ciclo de vida de uma atividade ou relação. As empresas financeiras reguladas que concedem empréstimos, créditos ou outros serviços financeiros *só devem* identificar os efeitos negativos no início do contrato. Ao identificarem os efeitos negativos, as empresas devem também identificar e avaliar o impacto do modelo de negócio e das estratégias de uma relação empresarial, incluindo as práticas comerciais, de

razoavelmente exercer, por exemplo, através da cooperação com o parceiro empresarial em questão ou da colaboração com outra empresa que seja o parceiro empresarial direto da relação empresarial associada a um efeito negativo.

Alteração

(30) Nos termos das obrigações em matéria de dever de diligência previstas na presente diretiva, uma empresa deve identificar os efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos *e laborais*, no ambiente, *no Estado de direito e na boa governação*. A fim de permitir uma identificação exaustiva dos efeitos negativos, essa identificação deve basear-se em informações *recebidas após um envolvimento significativo das partes interessadas, bem como em dados quantitativos e qualitativos adicionais*. Por exemplo, no que diz respeito aos efeitos negativos no ambiente, a empresa deve obter informações sobre as condições de base em locais ou instalações de maior risco nas cadeias de valor. A identificação dos efeitos negativos deve incluir a avaliação *do contexto em matéria de* direitos humanos, *direitos laborais, ambiente, Estado de direito e boa governação* de uma forma dinâmica e a intervalos regulares: antes de uma nova atividade ou relação, antes de tomar decisões importantes ou alterações na operação; em resposta ou antecipação de alterações no *contexto* operacional e periodicamente, pelo menos de 12 em 12 meses, ao longo do ciclo de vida de uma atividade ou relação. *Deve dispor-se de orientações adequadas para garantir que* as empresas financeiras reguladas que concedem empréstimos, créditos ou outros

contratação pública e de fixação de preços. Caso a empresa não possa prevenir, fazer cessar ou minimizar todos os seus efeitos negativos ao mesmo tempo, deve poder dar prioridade à sua ação, desde que tome as medidas razoáveis à sua disposição, tendo em conta as circunstâncias específicas.

serviços financeiros *possam* identificar *devidamente* os efeitos negativos no início do contrato, *no âmbito dos processos de integração de novos clientes pertinentes, devendo essa identificação ser objeto de atualização anual*. Ao identificarem os efeitos negativos, as empresas devem também identificar e avaliar o impacto do modelo de negócio e das estratégias de uma relação empresarial, incluindo as práticas comerciais, de contratação pública e de fixação de preços. Caso a empresa não possa prevenir, fazer cessar ou minimizar todos os seus efeitos negativos ao mesmo tempo, deve poder dar prioridade à sua ação, desde que tome as medidas razoáveis à sua disposição, tendo em conta as circunstâncias específicas. *Para o fazer eficazmente, a empresa deve desenvolver e aplicar, em consulta com as partes interessadas, uma estratégia de definição de prioridades, que tenha em conta o grau de gravidade, a probabilidade, a duração, a propagação e a reversibilidade dos diferentes efeitos negativos potenciais nos direitos humanos, nos direitos laborais, no ambiente e nos sistemas de Estado de direito e de boa governação.*

Alteração 28

Proposta de diretiva Considerando 31

Texto da Comissão

(31) A fim de evitar encargos indevidos para as *empresas de menor dimensão que operam em setores de grande impacto abrangidos pela presente diretiva*, essas empresas só devem ser *obrigadas a identificar os efeitos negativos graves potenciais ou reais que sejam pertinentes para o respetivo setor*.

Alteração

(31) A fim de evitar encargos indevidos para as *pequenas e médias empresas (PME)*, essas empresas devem ser *apoiadas com medidas e instrumentos específicos adequados*.

Alteração 29

Proposta de diretiva
Considerando 32

Texto da Comissão

(32) Em conformidade com as normas internacionais, a prevenção *e* a atenuação, bem como a cessação e a minimização dos efeitos negativos, devem ter em conta os interesses das pessoas afetadas negativamente. *A fim de permitir uma vinculação contínua com o parceiro empresarial da cadeia de valor em vez de pôr termo às relações empresariais (desvinculação) e, eventualmente, agravar os efeitos negativos, a presente diretiva deve assegurar que a desvinculação seja uma medida de último recurso*, em consonância com a política de tolerância zero da União em relação ao trabalho infantil. *A cessação de uma relação empresarial em que foi detetado trabalho infantil poderia expor a criança a efeitos negativos ainda mais graves nos direitos humanos. Este aspeto deve, por conseguinte, ser tido em conta na decisão sobre as medidas adequadas a tomar.*

Alteração

(32) Em conformidade com as normas internacionais, a prevenção, a atenuação *e a reparação*, bem como a cessação e a minimização dos efeitos negativos, devem ter *plenamente* em conta os interesses, *as necessidades e as circunstâncias* das pessoas afetadas negativamente *e ser concebidas e determinadas com base num envolvimento significativo destas. As empresas devem envolver de forma atempada, acessível, eficiente e significativa as partes interessadas afetadas pela decisão de suspender ou fazer cessar os efeitos negativos antes de tomarem essa decisão, devendo corrigir os efeitos negativos derivados dessas ações.* Em consonância com a política de tolerância zero da União em relação ao trabalho infantil, *as empresas devem desvincular-se das relações empresariais que explorem, seja de que forma for, o trabalho infantil, tal como definido na Convenção n.º 182 da OIT. A empresa deve fazê-lo de forma responsável e como último recurso, a partir do momento em que as medidas aplicadas para pôr termo ao trabalho infantil tenham fracassado.*

Alteração 30

Proposta de diretiva
Considerando 33

Texto da Comissão

(33) Nos termos das obrigações em matéria de dever de diligência previstas na presente diretiva, se uma empresa identificar potenciais efeitos negativos nos direitos humanos *ou* no ambiente, deve tomar as medidas adequadas para os prevenir e atenuar adequadamente. A fim

Alteração

(33) Nos termos das obrigações em matéria de dever de diligência previstas na presente diretiva, se uma empresa identificar potenciais efeitos negativos nos direitos humanos, *nos direitos laborais*, no ambiente, *no Estado de direito e na boa governação*, deve tomar as medidas

de proporcionar clareza e segurança jurídicas às empresas, a presente diretiva deve estabelecer as medidas que as empresas devem tomar para prevenir e atenuar os potenciais efeitos negativos, se for caso disso, em função das circunstâncias.

adequadas para os prevenir e atenuar adequadamente. A fim de proporcionar clareza e segurança jurídicas às empresas, a presente diretiva deve estabelecer as medidas que as empresas devem tomar para prevenir e atenuar os potenciais efeitos negativos, se for caso disso, em função das circunstâncias.

Alteração 31

Proposta de diretiva Considerando 34

Texto da Comissão

(34) A fim de cumprir a obrigação de prevenção e atenuação prevista na presente diretiva, as empresas devem ser obrigadas a tomar as medidas a seguir expostas, ***se for caso disso. Sempre que necessário, devido à complexidade das medidas de prevenção,*** as empresas devem elaborar e aplicar um plano de ação de prevenção. As empresas devem ***procurar*** obter garantias contratuais dos seus parceiros diretos com os quais tenham uma relação empresarial ***estabelecida*** de que se comprometem a assegurar o cumprimento do código de conduta ou do plano de ação de prevenção, nomeadamente ***procurando obter*** garantias contratuais correspondentes junto dos seus parceiros, na medida em que as suas atividades estejam integradas na cadeia de valor das empresas. As garantias contratuais devem ser acompanhadas de medidas adequadas para verificar o cumprimento. A fim de assegurar uma prevenção abrangente dos efeitos negativos, potenciais ou reais, as empresas devem também realizar investimentos com o intuito de prevenir efeitos negativos, prestar um apoio específico e proporcionado a uma PME com a qual tenham uma relação empresarial ***estabelecida***, tais como o financiamento, por exemplo, por intermédio de financiamento direto, empréstimos com

Alteração

(34) A fim de cumprir a obrigação de prevenção e atenuação prevista na presente diretiva, as empresas devem ser obrigadas a tomar as medidas a seguir expostas. As empresas devem elaborar e aplicar um plano de ação de prevenção. As empresas devem ***obter*** garantias contratuais dos seus parceiros diretos com os quais tenham uma relação empresarial de que se comprometem a assegurar o cumprimento do código de conduta ou do plano de ação de prevenção, nomeadamente ***obtendo*** garantias contratuais correspondentes junto dos seus parceiros, na medida em que as suas atividades estejam integradas na cadeia de valor das empresas. As garantias contratuais devem ser acompanhadas de medidas adequadas para verificar o cumprimento. A fim de assegurar uma prevenção abrangente dos efeitos negativos, potenciais ou reais, as empresas devem também ***adaptar os seus modelos de negócio e estratégias, incluindo as práticas comerciais, de contratação pública, de aquisição e de fixação de preços,*** e realizar investimentos com o intuito de prevenir efeitos negativos, prestar um apoio específico e proporcionado a uma PME com a qual tenham uma relação empresarial, tais como o financiamento, por exemplo, por intermédio de financiamento direto,

taxa de juro reduzida, garantias de aprovisionamento contínuo e assistência na obtenção de financiamento, a fim de ajudar a aplicar o código de conduta ou o plano de ação de prevenção, ou as orientações técnicas, nomeadamente sob a forma de formação, modernização dos sistemas de gestão e colaboração com outras empresas.

empréstimos com taxa de juro reduzida, garantias de aprovisionamento contínuo e assistência na obtenção de financiamento, a fim de ajudar a aplicar o código de conduta ou o plano de ação de prevenção, ou as orientações técnicas, nomeadamente sob a forma de formação, modernização dos sistemas de gestão e colaboração com outras empresas.

Alteração 32

Proposta de diretiva Considerando 35

Texto da Comissão

(35) A fim de refletir toda a gama de opções para a empresa nos casos em que os efeitos potenciais não possam ser resolvidos com as medidas de prevenção ou minimização descritas, a presente diretiva deve também contemplar **a possibilidade** de a empresa procurar celebrar um contrato com o parceiro empresarial indireto, com vista a assegurar a conformidade com o código de conduta da empresa ou um plano de ação de prevenção, e adotar medidas adequadas para verificar a conformidade da relação empresarial indireta com o contrato.

Alteração

(35) A fim de refletir toda a gama de opções para a empresa nos casos em que os efeitos potenciais não possam ser resolvidos com as medidas de prevenção ou minimização descritas, a presente diretiva deve também contemplar **o requisito** de a empresa procurar celebrar um contrato com o parceiro empresarial indireto, com vista a assegurar a conformidade com o código de conduta da empresa ou um plano de ação de prevenção, e adotar medidas adequadas para verificar a conformidade da relação empresarial indireta com o contrato.

Alteração 33

Proposta de diretiva Considerando 36

Texto da Comissão

(36) A fim de assegurar a eficácia da prevenção e da atenuação dos potenciais efeitos negativos, as empresas devem dar prioridade ao seu envolvimento nas relações empresariais na cadeia de valor, em vez de lhes pôr termo, esta uma medida de último recurso depois de tentarem

Alteração

(36) A fim de assegurar a eficácia da prevenção e da atenuação dos potenciais efeitos negativos, as empresas devem dar prioridade ao seu envolvimento nas relações empresariais na cadeia de valor, em vez de lhes pôr termo, esta uma medida de último recurso depois de tentarem

prevenir e atenuar os potenciais efeitos negativos sem êxito. No entanto, nos casos em que as medidas de prevenção ou atenuação descritas não consigam atenuar os efeitos negativos potenciais, a diretiva deve também contemplar a obrigação de as empresas se absterem de estabelecer novas relações ou de alargar as relações existentes com o parceiro em questão e, ***quando a lei que rege as suas relações o permita***, suspender temporariamente as relações comerciais com o parceiro em questão, prosseguindo simultaneamente os esforços de prevenção e minimização, se houver uma expectativa razoável de que esses esforços serão bem-sucedidos ***a curto prazo***; ou pôr termo à relação empresarial no que diz respeito às atividades em causa se o potencial efeito negativo for grave. A fim de permitir que as empresas cumpram essa obrigação, os Estados-Membros devem prever a possibilidade de pôr termo à relação empresarial em contratos regidos pela sua legislação. É possível que a prevenção de efeitos negativos a nível das relações empresariais indiretas exija a colaboração com outra empresa, por exemplo, uma empresa que tenha uma relação contratual direta com o fornecedor. Em alguns casos, essa colaboração pode ser a única forma realista de prevenir efeitos negativos, em especial quando a relação empresarial indireta não está preparada para celebrar um contrato com a empresa. Nestes casos, a empresa deve colaborar com a entidade que possa prevenir ou atenuar os efeitos negativos mais eficazmente ao nível da relação empresarial indireta, respeitando simultaneamente o direito da concorrência.

prevenir e atenuar os potenciais efeitos negativos sem êxito. No entanto, nos casos em que as medidas de prevenção ou atenuação descritas não consigam atenuar os efeitos negativos potenciais, a diretiva deve também contemplar a obrigação de as empresas se absterem de estabelecer novas relações ou de alargar as relações existentes com o parceiro em questão e suspender temporariamente as relações comerciais com o parceiro em questão, prosseguindo simultaneamente os esforços de prevenção, minimização ***e reparação***, ***se for caso disso***, se houver uma expectativa razoável de que esses esforços serão bem-sucedidos ***de acordo com um plano conjunto e calendarizado***; ou pôr termo à relação empresarial no que diz respeito às atividades em causa se o potencial efeito negativo for grave ***ou se o efeito negativo for recorrente***. ***As empresas devem colaborar de forma significativa com as partes interessadas afetadas pela decisão de desvinculação antes de tomar essa decisão, corrigir os efeitos negativos relacionados com a decisão de desvinculação e, se for caso disso, procurar reparar os efeitos negativos passados***. A fim de permitir que as empresas cumpram essa obrigação, os Estados-Membros devem prever a possibilidade de pôr termo à relação empresarial em contratos regidos pela sua legislação. É possível que a prevenção de efeitos negativos a nível das relações empresariais indiretas exija a colaboração com outra empresa, por exemplo, uma empresa que tenha uma relação contratual direta com o fornecedor. Em alguns casos, essa colaboração pode ser a única forma realista de prevenir efeitos negativos, em especial quando a relação empresarial indireta não está preparada para celebrar um contrato com a empresa. Nestes casos, a empresa deve colaborar com a entidade que possa prevenir ou atenuar os efeitos negativos mais eficazmente ao nível da relação empresarial indireta, respeitando

simultaneamente o direito da concorrência.

Alteração 34

Proposta de diretiva Considerando 37

Texto da Comissão

(37) No que diz respeito às relações empresariais diretas e indiretas, a cooperação entre a indústria, os regimes industriais e as iniciativas multilaterais podem ajudar a criar um efeito de alavanca adicional para identificar, atenuar e prevenir efeitos negativos. Por conseguinte, as empresas deverão poder recorrer a essas iniciativas para apoiar o cumprimento das suas obrigações em matéria de dever de diligência estabelecidas na presente diretiva, na medida em que tais regimes e iniciativas sejam adequados para apoiar o cumprimento dessas obrigações. As empresas poderão avaliar, por sua própria iniciativa, o alinhamento destes regimes e iniciativas com as obrigações decorrentes da presente diretiva. A fim de assegurar uma informação completa sobre essas iniciativas, a diretiva deve também contemplar a possibilidade de a Comissão e os Estados-Membros facilitarem a divulgação de informações sobre esses regimes ou iniciativas e os seus resultados. A Comissão, em colaboração com os Estados-Membros, pode emitir orientações para avaliar a adequação dos regimes industriais e das iniciativas multilaterais.

Alteração

(37) No que diz respeito às relações empresariais diretas e indiretas, a cooperação entre a indústria, os regimes industriais e as iniciativas multilaterais podem ajudar a criar um efeito de alavanca adicional para identificar, atenuar e prevenir efeitos negativos. Por conseguinte, as empresas deverão poder recorrer a essas iniciativas para apoiar o cumprimento das suas obrigações em matéria de dever de diligência estabelecidas na presente diretiva, na medida em que tais regimes e iniciativas sejam adequados para apoiar o cumprimento dessas obrigações. As empresas poderão avaliar, por sua própria iniciativa, o alinhamento destes regimes e iniciativas com as obrigações decorrentes da presente diretiva. ***O simples facto de cumprir os regimes industriais e as iniciativas multilaterais não deve eximir uma empresa das suas obrigações e da sua responsabilidade em caso de incumprimento das obrigações em matéria de dever de diligência estabelecidas na presente diretiva.*** A fim de assegurar uma informação completa sobre essas iniciativas, a diretiva deve também contemplar a possibilidade de a Comissão e os Estados-Membros facilitarem a divulgação de informações sobre esses regimes ou iniciativas e os seus resultados. A Comissão, em colaboração com os Estados-Membros, pode emitir orientações para avaliar a adequação dos regimes industriais e das iniciativas multilaterais.

Alteração 35

Proposta de diretiva Considerando 38

Texto da Comissão

(38) Nos termos das obrigações em matéria de dever de diligência estabelecidas na presente diretiva, se uma empresa identificar efeitos negativos reais nos direitos humanos **ou** no ambiente, deve tomar as medidas adequadas para os fazer cessar. É exetável que uma empresa consiga fazer cessar os efeitos negativos reais associados às suas próprias operações e às filiais. No entanto, importa clarificar que, no que diz respeito às relações empresariais **estabelecidas**, sempre que não seja possível fazer cessar os efeitos negativos, as empresas devem **minimizar a extensão desses efeitos**. A minimização da extensão dos efeitos negativos deve exigir um resultado que seja o mais próximo possível da cessação do efeito negativo. A fim de proporcionar clareza e segurança jurídicas às empresas, a presente diretiva deve definir as medidas que as empresas devem tomar para fazer cessar os efeitos negativos reais nos direitos humanos **e** no ambiente e minimizar a sua extensão, se for caso disso, em função das circunstâncias.

Alteração 36

Proposta de diretiva Considerando 39

Texto da Comissão

(39) A fim de cumprir a obrigação prevista na presente diretiva, de fazer cessar os efeitos negativos reais e

Alteração

(38) Nos termos das obrigações em matéria de dever de diligência estabelecidas na presente diretiva, se uma empresa identificar efeitos negativos reais nos direitos humanos, **nos direitos laborais**, no ambiente, **no Estado de direito e na boa governação**, deve tomar as medidas adequadas para os fazer cessar. É exetável que uma empresa consiga fazer cessar os efeitos negativos reais associados às suas próprias operações e às filiais **e exija o mesmo dos seus parceiros**. No entanto, importa clarificar que, no que diz respeito às relações empresariais, sempre que não seja possível fazer cessar os efeitos negativos, as empresas devem **minimizá-los tanto quanto possível**. A minimização da extensão dos efeitos negativos deve exigir um resultado que seja o mais próximo possível da cessação do efeito negativo. A fim de proporcionar clareza e segurança jurídicas às empresas, a presente diretiva deve definir as medidas que as empresas devem tomar para fazer cessar os efeitos negativos reais nos direitos humanos, **nos direitos laborais**, no ambiente, **no Estado de direito e na boa governação** e minimizar a sua extensão, se for caso disso, em função das circunstâncias.

minimizar a sua extensão d as empresas devem ser obrigadas a tomar as seguintes medidas: devem neutralizar o efeito negativo ou ***minimizar a sua extensão*** através de uma ação proporcional à gravidade e à extensão do ***efeito negativo, bem como à contribuição do comportamento da empresa para o*** efeito negativo. Sempre que necessário, devido ao facto de não ser possível fazer cessar de imediato o efeito negativo, as empresas devem conceber e aplicar um plano de medidas corretivas com prazos de ação razoáveis e claramente definidos e indicadores qualitativos e quantitativos para aferir as melhorias. As empresas devem ainda ***procurar*** obter garantias contratuais de um parceiro empresarial direto com o qual tenham uma relação empresarial ***estabelecida*** de que irá assegurar o cumprimento do código de conduta da empresa e, se necessário, do plano de ação de prevenção, nomeadamente ***procurando obter*** garantias contratuais correspondentes junto dos seus parceiros, na medida em que as suas atividades estejam integradas na cadeia de valor da empresa. As garantias contratuais devem ser acompanhadas de medidas adequadas para verificar o cumprimento. Por último, as empresas devem também realizar investimentos com o intuito de fazer cessar ou minimizar ***a extensão do*** efeito negativo, prestar apoio específico e proporcionado às PME com as quais tenham uma relação empresarial estabelecida e colaborar com outras entidades, incluindo, ***se for caso disso***, para aumentar a capacidade da empresa para fazer cessar o efeito negativo.

Alteração 37

Proposta de diretiva Considerando 40

Texto da Comissão

minimizar a sua extensão d as empresas devem ser obrigadas a tomar as seguintes medidas: devem neutralizar o efeito negativo ou ***minimizá-lo tanto quanto possível*** através de uma ação proporcional à gravidade e à extensão do efeito negativo. Sempre que necessário, devido ao facto de não ser possível fazer cessar de imediato o efeito negativo, as empresas devem conceber e aplicar um plano de medidas corretivas com prazos de ação razoáveis e claramente definidos e indicadores qualitativos e quantitativos para aferir as melhorias. As empresas devem ainda ***obter*** garantias contratuais de um parceiro empresarial direto com o qual tenham uma relação empresarial de que irá assegurar o cumprimento do código de conduta da empresa e, se necessário, do plano de ação de prevenção, nomeadamente ***obtendo*** garantias contratuais correspondentes junto dos seus parceiros, na medida em que as suas atividades estejam integradas na cadeia de valor da empresa. As garantias contratuais devem ser acompanhadas de medidas adequadas para verificar o cumprimento. Por último, as empresas devem também realizar investimentos com o intuito de fazer cessar ou minimizar ***tanto quanto possível o*** efeito negativo, prestar apoio específico e proporcionado às PME com as quais tenham uma relação empresarial estabelecida e colaborar com outras entidades, incluindo para aumentar a capacidade da empresa para fazer cessar o efeito negativo.

Alteração

(40) A fim de refletir toda a gama de opções para a empresa nos casos em que os efeitos reais não possam ser resolvidos através das medidas descritas, a presente diretiva deve também contemplar **a possibilidade** de a empresa procurar celebrar um contrato com o parceiro empresarial indireto, com vista a assegurar a conformidade com o código de conduta da empresa ou um plano de medidas corretivas, e adotar medidas adequadas para verificar a conformidade da relação empresarial indireta com o contrato.

Alteração 38

Proposta de diretiva Considerando 41

Texto da Comissão

(41) A fim de assegurar a eficácia da cessação ou minimização dos efeitos negativos reais, as empresas devem dar prioridade ao seu envolvimento nas relações empresariais na cadeia de valor, em vez de lhes pôr termo, esta uma medida de último recurso depois de tentarem fazer cessar ou minimizar os efeitos negativos reais sem êxito. No entanto, nos casos em que as medidas descritas não consigam fazer cessar ou atenuar adequadamente os efeitos negativos reais, a presente diretiva deve também contemplar a obrigação de as empresas se absterem de estabelecer novas relações ou de alargar as relações existentes com o parceiro em questão e, ***sempre que a lei que rege as suas relações o permita***, suspender temporariamente as relações comerciais com o parceiro em questão, prosseguindo simultaneamente os esforços para fazer cessar ou minimizar a extensão do efeito negativo, ou pôr termo à relação empresarial no que diz respeito às atividades em causa se o efeito negativo for considerado grave. A fim de permitir que as empresas cumpram essa obrigação, os Estados-Membros devem prever a

(40) A fim de refletir toda a gama de opções para a empresa nos casos em que os efeitos reais não possam ser resolvidos através das medidas descritas, a presente diretiva deve também contemplar **o possível requisito** de a empresa procurar celebrar um contrato com o parceiro empresarial indireto, com vista a assegurar a conformidade com o código de conduta da empresa ou um plano de medidas corretivas, e adotar medidas adequadas para verificar a conformidade da relação empresarial indireta com o contrato.

Alteração

(41) A fim de assegurar a eficácia da cessação ou minimização dos efeitos negativos reais, as empresas devem dar prioridade ao seu envolvimento nas relações empresariais na cadeia de valor, em vez de lhes pôr termo, esta uma medida de último recurso depois de tentarem fazer cessar ou minimizar os efeitos negativos reais sem êxito. No entanto, nos casos em que as medidas descritas não consigam fazer cessar ou atenuar adequadamente os efeitos negativos reais, a presente diretiva deve também contemplar a obrigação de as empresas se absterem de estabelecer novas relações ou de alargar as relações existentes com o parceiro em questão e suspender temporariamente as relações comerciais com o parceiro em questão, prosseguindo simultaneamente os esforços para fazer cessar ou minimizar a extensão do efeito negativo, ou pôr termo à relação empresarial no que diz respeito às atividades em causa se o efeito negativo for considerado grave ou for recorrente. A fim de permitir que as empresas cumpram essa obrigação, os Estados-Membros devem prever a possibilidade de pôr termo à

possibilidade de pôr termo à relação empresarial em contratos regidos pela sua legislação.

relação empresarial em contratos regidos pela sua legislação.

Alteração 39

Proposta de diretiva Considerando 42

Texto da Comissão

(42) As empresas devem prever a possibilidade de as pessoas e organizações lhes apresentarem reclamações diretamente em caso de preocupações legítimas relativas a efeitos negativos potenciais ou reais em matéria de direitos humanos *e* ambiente. As organizações que podem apresentar tais reclamações devem incluir sindicatos e outros representantes dos trabalhadores que representem pessoas que trabalham na cadeia de valor em causa, ***bem como organizações da sociedade civil ativas nos domínios relacionados com a cadeia de valor em causa, caso tenham conhecimento de um efeito negativo potencial ou real.*** As empresas devem estabelecer um procedimento para tratar essas reclamações e informar os trabalhadores, os sindicatos e outros representantes dos trabalhadores, ***se for caso disso,*** sobre esses processos. O recurso ao mecanismo de reclamação e reparação não deve impedir o queixoso de recorrer a vias de recurso judiciais. Em conformidade com as normas internacionais, os queixosos devem ter o direito de solicitar à empresa um acompanhamento adequado da reclamação e de se reunir com os representantes da empresa a um nível adequado para debater os efeitos negativos graves, potenciais ou reais, que são objeto da reclamação. ***Este acesso não deve conduzir a solicitações injustificadas por parte das empresas.***

Alteração

(42) As empresas devem prever a possibilidade de as pessoas, ***grupos de pessoas, comunidades, entidades e*** organizações lhes apresentarem reclamações diretamente em caso de preocupações legítimas relativas a efeitos negativos potenciais ou reais em matéria de direitos humanos, ***direitos laborais,*** ambiente, ***Estado de direito e boa governação.*** As organizações que podem apresentar tais reclamações devem incluir sindicatos e outros representantes dos trabalhadores que representem pessoas que trabalham na cadeia de valor em causa, organizações da sociedade civil *e* ***defensores dos direitos humanos, do ambiente e do Estado de direito e da boa governação, ou outras pessoas singulares ou coletivas que tenham como fim estatutário a defesa dos direitos humanos, dos direitos laborais, do ambiente ou do Estado de direito e da boa governação.*** As empresas devem estabelecer um procedimento para tratar essas reclamações e informar ***todas as partes interessadas, nomeadamente*** os trabalhadores, os sindicatos e outros representantes dos trabalhadores sobre esses processos. O recurso ao mecanismo de reclamação e reparação não deve impedir o queixoso de recorrer a vias de recurso judiciais. Em conformidade com as normas internacionais, os queixosos devem ter o direito de solicitar à empresa um acompanhamento adequado da reclamação e de se reunir com os representantes da empresa a um nível adequado para debater

os efeitos negativos graves, potenciais ou reais, que são objeto da reclamação.

Alteração 40

Proposta de diretiva Considerando 43

Texto da Comissão

(43) As empresas devem acompanhar a aplicação e a eficácia das suas medidas relativas ao dever de diligência. Devem realizar avaliações periódicas das suas próprias operações, das suas filiais e, quando associadas às cadeias de valor da empresa, das suas relações empresariais **estabelecidas**, a fim de avaliar a eficácia da identificação, prevenção, minimização, cessação e atenuação dos efeitos negativos nos direitos humanos *e* no ambiente. Essas avaliações devem verificar se os efeitos negativos são devidamente identificados, se são aplicadas medidas relativas ao dever de diligência e se os efeitos negativos foram efetivamente prevenidos ou lhes foi posto um termo. A fim de assegurar que essas avaliações estão atualizadas, estas devem ser realizadas pelo menos de 12 em 12 meses e revistas no intervalo desse período se existirem motivos razoáveis para acreditar que poderiam ter surgido novos riscos importantes de efeitos negativos.

Alteração

(43) As empresas devem acompanhar a aplicação e a eficácia das suas medidas relativas ao dever de diligência. Devem, **em consulta com as partes interessadas**, realizar avaliações periódicas das suas próprias operações, das suas filiais e, quando associadas às cadeias de valor da empresa, das suas relações empresariais, a fim de avaliar a eficácia da identificação, prevenção, minimização, cessação e atenuação dos efeitos negativos nos direitos humanos, **nos direitos laborais**, no ambiente, **no Estado de direito e na boa governação**. Essas avaliações devem verificar se os efeitos negativos são devidamente identificados, se são aplicadas medidas relativas ao dever de diligência e se os efeitos negativos foram efetivamente prevenidos ou lhes foi posto um termo. A fim de assegurar que essas avaliações estão atualizadas, estas devem ser realizadas pelo menos de 12 em 12 meses e revistas no intervalo desse período se existirem motivos razoáveis para acreditar que poderiam ter surgido novos riscos importantes de efeitos negativos.

Alteração 41

Proposta de diretiva Considerando 44

Texto da Comissão

(44) Tal como nas normas internacionais existentes estabelecidas pelos Princípios

Alteração

(44) Tal como nas normas internacionais existentes estabelecidas pelos Princípios

Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas e no quadro da OCDE, faz parte do requisito de dever de diligência comunicar informações úteis para o exterior sobre as políticas, os processos e as atividades em matéria de dever de diligência realizados para identificar e corrigir os efeitos negativos potenciais ou reais, incluindo as constatações e os resultados dessas atividades. A proposta de alteração da Diretiva 2013/34/UE no que respeita à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas estabelece as obrigações de comunicação de informações pertinentes para as empresas abrangidas pela presente diretiva. ***A fim de evitar a duplicação das obrigações de comunicação de informações, a presente diretiva não deverá, por conseguinte, introduzir quaisquer novas obrigações de comunicação de informações para além das previstas na Diretiva 2013/34/UE para as empresas abrangidas por essa diretiva, nem as normas de comunicação de informações que deverão ser desenvolvidas nos termos da mesma. No que diz respeito às empresas abrangidas pelo âmbito de aplicação da presente diretiva, mas que não são abrangidas pela Diretiva 2013/34/UE, a fim de cumprirem a sua obrigação de comunicação no âmbito do dever de diligência previsto na presente diretiva, devem publicar no seu sítio Web uma declaração anual numa língua de uso corrente na esfera empresarial internacional.***

Alteração 42

Proposta de diretiva Considerando 44-A (novo)

Texto da Comissão

Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas e no quadro da OCDE, faz parte do requisito de dever de diligência comunicar informações úteis para o exterior sobre as políticas, os processos e as atividades em matéria de dever de diligência realizados para identificar e corrigir os efeitos negativos potenciais ou reais, incluindo as constatações e os resultados dessas atividades. A proposta de alteração da Diretiva 2013/34/UE no que respeita à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas estabelece as obrigações de comunicação de informações pertinentes para as empresas abrangidas pela presente diretiva. ***Não obstante os requisitos de comunicação de informações nos termos da Diretiva 2013/34/UE, os Estados-Membros devem assegurar que as empresas apresentam relatórios sobre as matérias abrangidas pela presente diretiva, publicando de forma acessível e atempada, no seu sítio Web, as suas políticas em matéria de dever de diligência, planos de ação de prevenção, plano de medidas corretivas, procedimentos para tratar essas reclamações, relatórios sobre o resultado das avaliações, bem como outras informações relevantes.***

Alteração

(44-A) As empresas devem prestar às partes interessadas informações adequadas, completas e significativas

sobre efeitos negativos, reais e potenciais, nos direitos humanos, nos direitos laborais, no ambiente, no Estado de direito e na boa governação, e as medidas tomadas em cumprimento do dever de diligência. As partes interessadas devem também poder solicitar informações adicionais a uma empresa relativamente às medidas tomadas para cumprir as obrigações estabelecidas na presente diretiva. A confidencialidade das informações comerciais e industriais não pode constituir impedimento para o acesso a informações relacionadas com a aplicação por uma empresa das disposições de direito nacional de transposição da presente diretiva.

Alteração 43

Proposta de diretiva Considerando 45-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(45-A) A fim de assegurar uma aplicação adequada da presente diretiva, é fundamental assegurar um envolvimento pleno, seguro, transparente, significativo e eficaz de todas as partes interessadas ao longo de todas as etapas do processo de dever de diligência em toda a cadeia de valor. De acordo com as normas internacionais, esse processo deve ser interativo, acessível, capaz de dar resposta às necessidades, contínuo, sensível às questões de género e à especificidade da situação das crianças e adaptado às partes interessadas vulneráveis. O seu envolvimento deve ter lugar em tempo útil e antes das decisões que possam causar quaisquer efeitos negativos. Toda a informação relevante necessária para que as partes interessadas possam formar uma opinião com conhecimento de causa deve ser disponibilizada de forma concisa, abrangente, facilmente acessível e transparente, incluindo informações

significativas sobre os respectivos projetos, operações e investimentos e os seus efeitos negativos, potenciais ou reais.

Alteração 44

Proposta de diretiva Considerando 45-B (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(45-B) Em particular, as empresas devem prestar especial atenção e assegurar o envolvimento significativo dos grupos potencialmente afetados, incluindo os trabalhadores e os defensores dos direitos humanos, dos direitos ambientais e do Estado de direito e da boa governação ao longo de todo o processo de dever de diligência. Em conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas e a Linhas Diretrizes da OCDE, as empresas devem estabelecer um diálogo com as partes interessadas potencialmente afetadas, com o objetivo de compreender e responder aos seus interesses e preocupações. Devem, em especial, dialogar com aqueles que, provavelmente, são os mais vulneráveis aos efeitos negativos relacionados com as operações ou a cadeia de valor da empresa, como os pequenos agricultores, os trabalhadores agrícolas, os povos indígenas, as comunidades locais e as mulheres. O direito ao consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas e das comunidades locais deve também ser plenamente integrado nos processos de diálogo e consulta pertinentes, em conformidade com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. O processo de envolvimento deve incluir o reconhecimento expresso do papel do diálogo social e da colaboração com os representantes dos trabalhadores e os sindicatos, conforme descrito nas Linhas

Alteração 45

Proposta de diretiva Considerando 45-C (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(45-C) A Comissão deve criar um grupo consultivo de peritos para fornecer informações e responder a perguntas sobre a presente diretiva, a fim de minimizar os custos de aplicação quer para as entidades abrangidas pelo seu âmbito de aplicação, quer para as entidades não abrangidas. Tal permitirá garantir que a qualidade da informação obtida no resumo do relatório sobre o dever de diligência seja precisa e a sua apresentação oportuna. Permitirá também reduzir as formalidades burocráticas para as empresas.

Alteração 46

Proposta de diretiva Considerando 46

Texto da Comissão

Alteração

(46) A fim de prestar apoio e instrumentos práticos às empresas ou às autoridades dos Estados-Membros sobre a forma como as empresas devem cumprir as suas obrigações em matéria de dever de diligência, a Comissão, utilizando como referência as orientações e normas internacionais pertinentes, e em consulta com os Estados-Membros e as partes interessadas, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a

(46) A fim de prestar apoio e instrumentos práticos às empresas ou às autoridades dos Estados-Membros sobre a forma como as empresas devem cumprir as suas obrigações em matéria de dever de diligência, a Comissão, utilizando como referência as orientações e normas internacionais pertinentes, e em consulta com os Estados-Membros e as partes interessadas, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a

Agência Europeia do Ambiente e, se for caso disso, organismos internacionais com conhecimentos especializados em matéria de dever de diligência, deve ter a possibilidade de emitir orientações, nomeadamente para setores específicos ou efeitos negativos específicos.

Agência Europeia do Ambiente, *a Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust), a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol), a Procuradoria Europeia, o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF)* e, se for caso disso, organismos internacionais com conhecimentos especializados em matéria de dever de diligência, deve ter a possibilidade de emitir orientações, nomeadamente para setores específicos ou efeitos negativos específicos.

Alteração 47

Proposta de diretiva Considerando 49

Texto da Comissão

(49) A Comissão e os Estados-Membros devem continuar a trabalhar em parceria com países terceiros para apoiar os operadores económicos a montante no que concerne ao reforço da capacidade de prevenir e atenuar eficazmente os efeitos negativos nos direitos humanos *e* no ambiente das suas operações e relações empresariais, prestando especial atenção aos desafios enfrentados pelos pequenos agricultores. Devem utilizar os seus instrumentos de vizinhança, desenvolvimento e cooperação internacional para apoiar os governos dos países terceiros e os operadores económicos a montante dos países terceiros a corrigir os efeitos negativos das suas operações e das suas relações empresariais a montante nos direitos humanos *e* no ambiente. Tal poderá incluir a colaboração com os governos dos países parceiros, o setor privado local e as partes interessadas no combate às causas profundas dos efeitos negativos nos direitos humanos *e* no ambiente.

Alteração

(49) A Comissão e os Estados-Membros devem continuar a trabalhar em parceria com países terceiros para apoiar os operadores económicos a montante no que concerne ao reforço da capacidade de prevenir e atenuar eficazmente os efeitos negativos nos direitos humanos, ***nos direitos laborais***, no ambiente, ***no Estado de direito e na boa governação*** das suas operações e relações empresariais, prestando especial atenção aos desafios enfrentados pelos pequenos agricultores, ***que estão entre os intervenientes mais marginalizados nas cadeias de valor mundiais. Se as suas necessidades não forem satisfeitas, os pequenos agricultores não poderão custear as melhorias sociais (por exemplo, a eliminação do trabalho infantil) e ambientais (por exemplo, a não desflorestação ou a diversificação sustentável) que os compradores, os governos e os consumidores esperam deles. A Comissão e os Estados-Membros*** devem, ***doravante***, utilizar os seus instrumentos de vizinhança, desenvolvimento e cooperação internacional, ***bem como os instrumentos***

comerciais, para apoiar os governos dos países terceiros e os operadores económicos a montante dos países terceiros a corrigir os efeitos negativos das suas operações e das suas relações empresariais a montante nos direitos humanos, ***nos direitos laborais***, no ambiente, ***no Estado de direito e na boa governação***, nomeadamente através do reforço das capacidades e dos conhecimentos especializados que facilitem às empresas abrangidas pelo âmbito de aplicação da presente diretiva o cumprimento das suas obrigações em matéria de dever de diligência. Tal poderá incluir a colaboração com os governos dos países parceiros, o setor privado local e as partes interessadas no combate às causas profundas dos efeitos negativos nos direitos humanos, ***nos direitos laborais*** no ambiente, ***no Estado de direito e na boa governação***. No mesmo sentido, a Comissão e os Estados-Membros devem prestar apoio específico às partes interessadas, incluindo as organizações da sociedade civil e os defensores dos direitos humanos, dos direitos laborais, do ambiente, do Estado de direito e da boa governação nos países em desenvolvimento, a fim de assegurar o seu envolvimento significativo e seguro em todos os processos de dever de diligência. Há que apoiar, em particular, as organizações da sociedade civil nacionais e locais no acompanhamento das práticas empresariais e na responsabilização das empresas, devendo o acesso à justiça ser facilitado através de medidas e fundos específicos. A Comissão deve também ponderar a criação de programas específicos de apoio aos defensores dos direitos humanos, dos direitos laborais, do ambiente, do Estado de direito e da boa governação que se encontrem em situação de risco devido à sua atividade de controlo das práticas empresariais. Além disso, a Comissão e os Estados-Membros devem intensificar o seu diálogo com os países terceiros a fim de contribuir para a

criação de ambientes em que os riscos de retaliação sejam minimizados.

Alteração 48

Proposta de diretiva Considerando 50

Texto da Comissão

(50) A fim de assegurar que a presente diretiva contribui eficazmente para combater as alterações climáticas, as empresas devem adotar um plano com vista a assegurar que o seu modelo de negócio e a sua estratégia sejam **compatíveis** com a transição para uma economia sustentável e com a limitação do aumento da temperatura a 1,5 °C, em conformidade com o Acordo de Paris. **Caso o clima seja ou devesse ter sido identificado como um risco principal para as operações da empresa ou um efeito principal das mesmas**, a empresa deve incluir objetivos de redução das emissões no seu plano.

Alteração

(50) A fim de assegurar que a presente diretiva contribui eficazmente para combater as alterações climáticas, as empresas devem, **em consulta com as partes interessadas**, adotar um plano com vista a assegurar que o seu modelo de negócio e a sua estratégia estejam **alinhados** com a transição para uma economia sustentável e com a limitação do aumento da temperatura a 1,5 °C, em conformidade com o Acordo de Paris **e com o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050, o mais tardar, estabelecido no Regulamento (UE) 2021/1119, de acordo com as últimas recomendações do PIAC e do Conselho Consultivo Científico Europeu sobre as Alterações Climáticas. Por conseguinte**, a empresa deve incluir objetivos de redução das emissões no seu plano.

Alteração 49

Proposta de diretiva Considerando 51

Texto da Comissão

(51) A fim de assegurar que esse plano de redução das emissões seja devidamente aplicado e integrado nos incentivos financeiros dos administradores, o plano deve ser devidamente tido em conta aquando da fixação da remuneração variável dos administradores, **se a mesma**

Alteração

(51) A fim de assegurar que esse plano de redução das emissões seja devidamente aplicado e integrado nos incentivos financeiros dos administradores, o plano deve ser devidamente tido em conta aquando da fixação da remuneração variável dos administradores.

estiver ligada à contribuição de um administrador para a estratégia empresarial da empresa e aos interesses e sustentabilidade a longo prazo.

Alteração 50

Proposta de diretiva Considerando 54

Texto da Comissão

(54) A fim de assegurar a aplicação efetiva das medidas nacionais de execução da presente diretiva, os Estados-Membros devem prever sanções dissuasivas, proporcionadas e eficazes aplicáveis às violações dessas medidas. Para que esse regime de sanções seja eficaz, as sanções administrativas a impor pelas autoridades nacionais de supervisão devem incluir sanções pecuniárias. ***Sempre que*** o sistema jurídico de um Estado-Membro ***não*** estabelecer sanções administrativas, tal como previstas na presente diretiva, ***as regras em matéria de sanções administrativas devem ser aplicadas de modo a que a sanção seja iniciada pela autoridade de supervisão competente e imposta*** pela autoridade judicial. ***Assim, esses Estados-Membros devem assegurar que a aplicação das regras e sanções tem um efeito equivalente às sanções administrativas impostas pelas autoridades de supervisão competentes.***

Alteração

(54) A fim de assegurar a aplicação efetiva das medidas nacionais de execução da presente diretiva, os Estados-Membros devem prever sanções dissuasivas, proporcionadas e eficazes aplicáveis às violações dessas medidas. Para que esse regime de sanções seja eficaz, as sanções administrativas a impor pelas autoridades nacionais de supervisão devem incluir sanções pecuniárias ***que sejam proporcionais ao volume de negócios da empresa.*** O sistema jurídico de um Estado-Membro ***deve*** estabelecer sanções administrativas, tal como previstas na presente diretiva, ***sem prejuízo da sua reavaliação*** pela autoridade judicial ***competente.***

Alteração 51

Proposta de diretiva Considerando 56

Texto da Comissão

(56) A fim de assegurar uma indemnização eficaz das vítimas de efeitos negativos, os Estados-Membros devem ser

Alteração

(56) A fim de assegurar uma indemnização eficaz das vítimas de efeitos negativos, os Estados-Membros devem ser

obrigados a estabelecer regras que regulem a responsabilidade civil das empresas por danos resultantes **do incumprimento do processo de dever de diligência**. **A empresa deve** ser **responsável** pelos danos se não **cumprir** as obrigações de prevenir e atenuar efeitos negativos potenciais ou de fazer cessar os efeitos negativos reais e minimizar a sua extensão e se, em resultado desse incumprimento, se verificar a ocorrência de um efeito negativo que deveria ter sido identificado, prevenido, atenuado, cessado ou minimizado através da aplicação de medidas adequadas e que tenha resultado em danos.

obrigados a estabelecer regras que regulem a responsabilidade civil das empresas por danos resultantes **dos efeitos negativos**. **As empresas devem ser estritamente responsáveis pelos danos decorrentes de quaisquer efeitos negativos resultantes das operações próprias ou das suas filiais**. **No que diz respeito aos danos causados por efeitos negativos resultantes das operações de parceiros com os quais tenham uma relação empresarial, as empresas devem ser responsáveis** pelos danos se não **cumprirem** as obrigações de prevenir e atenuar efeitos negativos potenciais ou de fazer cessar os efeitos negativos reais e minimizar a sua extensão e se, em resultado desse incumprimento, se verificar a ocorrência de um efeito negativo que deveria ter sido identificado, prevenido, atenuado, cessado ou minimizado através da aplicação de medidas adequadas e que tenha resultado em danos.

Alteração 52

Proposta de diretiva Considerando 57

Texto da Comissão

(57) No que diz respeito aos danos ocorridos ao nível das relações empresariais indiretas **estabelecidas, a responsabilidade da empresa deve estar sujeita a condições específicas**. A empresa **não deve ser responsável se tiver aplicado medidas específicas relativas ao dever de diligência**. No entanto, a empresa **não deve ser exonerada de responsabilidade pela aplicação de tais medidas, caso não fosse razoável esperar que as medidas efetivamente tomadas, incluindo no que diz respeito à verificação do cumprimento, sejam adequadas para prevenir, atenuar, fazer cessar ou minimizar o** efeito negativo. Além disso, na avaliação da existência e extensão da responsabilidade,

Alteração

(57) No que diz respeito aos danos ocorridos ao nível das relações empresariais indiretas, **qualquer pessoa com um interesse legítimo deve ter o direito de obter da empresa a extensão total dos danos resultantes de qualquer efeito negativo, devendo a empresa beneficiar de uma garantia jurídica para obter uma indemnização dos parceiros com os quais tenha uma relação empresarial e que sejam responsáveis pelo** efeito negativo.

devem ser tidos em devida conta os esforços da empresa, na medida em que estejam diretamente relacionados com os danos em questão, para cumprir quaisquer medidas corretivas que lhes sejam exigidas por uma autoridade de supervisão, quaisquer investimentos efetuados e qualquer apoio específico prestado, bem como qualquer colaboração com outras entidades para corrigir os efeitos negativos nas suas cadeias de valor.

Alteração 53

Proposta de diretiva Considerando 58

Texto da Comissão

(58) *O regime de responsabilidade não determina a quem cabe* provar que a ação da empresa era *razoavelmente* adequada nas circunstâncias do caso em apreço, *pelo que esta questão é deixada ao critério do direito nacional.*

Alteração

(58) *O entrave mais significativo ao acesso das vítimas de efeitos negativos à justiça são a dificuldade em* provar o *incumprimento das obrigações da empresa. As violações das obrigações previstas na diretiva que tenham implicado danos para uma pessoa ou um grupo de pessoas podem ser extremamente difíceis de provar em tribunal ou perante qualquer outro órgão competente pelos queixosos, pois muitas vezes isso exige o acesso a informações de que só a empresa dispõe. Por conseguinte, os Estados-Membros tomam as medidas necessárias, de acordo com os respetivos sistemas judiciais, para assegurar que, quando uma pessoa que se considere lesada por um incumprimento das responsabilidades de dever de diligência apresentar, perante um tribunal ou outro órgão competente, elementos de facto constitutivos da presunção de incumprimento direto ou indireto das responsabilidades de dever de diligência, incumba à parte demandada demonstrar que a ação da empresa era adequada nas circunstâncias do caso em apreço, contribuindo assim para garantir o acesso*

a um recurso efetivo.

Alteração 54

Proposta de diretiva

Considerando 58-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(58-A) O direito de recurso é um direito humano reconhecido internacionalmente, consagrado no artigo 8.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e no artigo 2.º, n.º 3, do Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos, e é também um direito fundamental da União na aceção do artigo 47.º da Carta. Por conseguinte, os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas tenham acesso a um recurso efetivo e que os custos e a duração do processo não impeçam os requerentes de terem acesso aos tribunais ou a órgãos (ou estruturas ou mecanismos) extrajudiciais. Estas medidas poderiam assumir, por exemplo, a forma de financiamento público, incluindo apoio estrutural às vítimas de efeitos negativos reais ou potenciais, a limitação das custas judiciais ou administrativas aplicáveis ou o acesso a apoio judiciário.

Alteração 55

Proposta de diretiva

Considerando 59

Texto da Comissão

Alteração

(59) No que diz respeito às regras em matéria de responsabilidade civil, a responsabilidade civil de uma empresa por danos resultantes do incumprimento do dever de diligência adequado não deve prejudicar a responsabilidade civil das suas filiais nem a respetiva responsabilidade civil dos parceiros empresariais diretos e

(59) No que diz respeito às regras em matéria de responsabilidade civil, a responsabilidade civil de uma empresa por danos resultantes do incumprimento do dever de diligência adequado não deve prejudicar a responsabilidade civil das suas filiais nem a respetiva responsabilidade civil dos parceiros empresariais diretos e

indiretos da cadeia de valor. Além disso, as regras em matéria de responsabilidade civil previstas na presente diretiva não devem prejudicar as regras da União ou nacionais em matéria de responsabilidade civil relacionadas com os efeitos negativos nos direitos humanos ou com os efeitos negativos no ambiente que estabeleçam a responsabilidade em situações não abrangidas pela presente diretiva ou que estabeleçam uma responsabilidade mais estrita do que a estabelecida na presente diretiva.

Alteração 56

Proposta de diretiva Considerando 59-A (novo)

Texto da Comissão

indiretos da cadeia de valor. Além disso, as regras em matéria de responsabilidade civil previstas na presente diretiva não devem prejudicar as regras da União ou nacionais em matéria de responsabilidade civil relacionadas com os efeitos negativos nos direitos humanos, ***os efeitos negativos nos direitos laborais*** ou com os efeitos negativos no ambiente que estabeleçam a responsabilidade em situações não abrangidas pela presente diretiva ou que estabeleçam uma responsabilidade mais estrita do que a estabelecida na presente diretiva.

Alteração

(59-A) Os sindicatos, as organizações da sociedade civil ou outros intervenientes pertinentes que atuem no interesse público, como instituições nacionais dos direitos humanos ou um Provedor de Justiça, devem poder intentar ações representativas nos seus tribunais em nome e para a proteção dos interesses coletivos das vítimas de efeitos negativos reais e potenciais, devendo essas entidades ter os direitos e obrigações de uma parte reclamante no processo.

Alteração 57

Proposta de diretiva Considerando 61

Texto da Comissão

(61) A fim de assegurar que as vítimas de violações dos direitos humanos e de danos ***ambientais*** possam intentar uma ação de indemnização e pedir uma

Alteração

(61) A fim de assegurar que as vítimas de violações dos direitos humanos ***ou laborais*** e de danos ***ao ambiente, ao Estado de direito e à boa governação***

indenização por danos resultantes do incumprimento, por parte de uma empresa, das obrigações em matéria de dever de diligência decorrentes da presente diretiva, mesmo que a lei aplicável a esses pedidos não seja a lei de um Estado-Membro, como, por exemplo, em conformidade com as regras de direito internacional privado quando os danos ocorrem num país terceiro, a presente diretiva deve exigir que os Estados-Membros assegurem que a responsabilidade prevista nas disposições de direito nacional que transpõem o presente artigo tem aplicação imperativa nos casos em que a lei aplicável aos pedidos para o efeito não seja a lei de um Estado-Membro.

possam intentar uma ação de indenização e pedir uma indenização por danos resultantes do incumprimento, por parte de uma empresa, das obrigações em matéria de dever de diligência decorrentes da presente diretiva, mesmo que a lei aplicável a esses pedidos não seja a lei de um Estado-Membro, como, por exemplo, em conformidade com as regras de direito internacional privado quando os danos ocorrem num país terceiro, ***em particular nos países em desenvolvimento***, a presente diretiva deve exigir que os Estados-Membros assegurem que a responsabilidade prevista nas disposições de direito nacional que transpõem o presente artigo tem aplicação imperativa nos casos em que a lei aplicável aos pedidos para o efeito não seja a lei de um Estado-Membro.

Alteração 58

Proposta de diretiva Considerando 64

Texto da Comissão

(64) A responsabilidade pelo dever de diligência deve ser atribuída aos administradores da empresa, em conformidade com os quadros internacionais em matéria de dever de diligência. Os administradores devem, por conseguinte, ser responsáveis pela aplicação e supervisão das medidas relativas ao dever de diligência previstas na presente diretiva e pela adoção da política de dever de diligência da empresa, tendo em conta o contributo das partes interessadas e das organizações da sociedade civil e integrando o dever de diligência nos sistemas de gestão das empresas. Os administradores devem também adaptar a estratégia empresarial aos efeitos reais e potenciais identificados e a quaisquer medidas relativas ao dever de

Alteração

(64) A responsabilidade pelo dever de diligência deve ser atribuída aos administradores da empresa, em conformidade com os quadros internacionais em matéria de dever de diligência. Os administradores devem, por conseguinte, ser responsáveis pela aplicação e supervisão das medidas relativas ao dever de diligência previstas na presente diretiva e pela adoção da política de dever de diligência da empresa, tendo em conta o contributo das partes interessadas e das organizações da sociedade civil ***identificadas conjuntamente como pertinentes*** e integrando o dever de diligência nos sistemas de gestão das empresas. Os administradores devem também adaptar a estratégia empresarial aos efeitos reais e potenciais identificados e a quaisquer

diligência tomadas.

medidas relativas ao dever de diligência tomadas.

Alteração 59

Proposta de diretiva Considerando 65

Texto da Comissão

(65) As pessoas que trabalham para empresas sujeitas a obrigações em matéria de dever de diligência nos termos da presente diretiva ou que estão em contacto com essas empresas no contexto das suas atividades profissionais podem desempenhar um papel fundamental na exposição de violações das regras da presente diretiva. Podem, assim, contribuir para prevenir e dissuadir tais violações e reforçar a aplicação da presente diretiva. Por conseguinte, a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho¹⁰⁶ deve aplicar-se à denúncia de todas as violações da presente diretiva e à proteção das pessoas que as denunciam.

¹⁰⁶ Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União (JO L 305 de 26.11.2019, p. 17).

Alteração 60

Proposta de diretiva Considerando 65-A (novo)

Alteração

(65) As pessoas que trabalham para empresas sujeitas a obrigações em matéria de dever de diligência nos termos da presente diretiva ou que estão em contacto com essas empresas no contexto das suas atividades profissionais podem desempenhar um papel fundamental na exposição de violações das regras da presente diretiva. Podem, assim, contribuir para prevenir e dissuadir tais violações e reforçar a aplicação da presente diretiva. Por conseguinte, a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho¹⁰⁶ deve aplicar-se à denúncia de todas as violações da presente diretiva e à proteção das pessoas que as denunciam. ***Em especial, as partes interessadas que apresentem reclamações ou preocupações devem ser eficazmente protegidas, designadamente assegurando a confidencialidade e o anonimato da reclamação ou preocupação levantada.***

¹⁰⁶ Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União (JO L 305 de 26.11.2019, p. 17).

(65-A) Os defensores dos direitos humanos, dos direitos laborais, dos direitos ambientais e do Estado de direito e da boa governação estão na linha da frente no que respeita às consequências dos efeitos negativos no ambiente, nos direitos humanos, no Estado de direito e na boa governação em todo o mundo e na União, podendo ser diretamente ameaçados, intimidados, perseguidos, assediados ou mesmo assassinados, pelo que devem igualmente beneficiar de uma proteção equilibrada e eficaz. As empresas devem medir os riscos reais e potenciais das suas atividades, bem como os riscos contextuais para os defensores dos direitos humanos, dos direitos laborais, dos direitos ambientais e do Estado de direito e da boa governação, cooperar com eles e publicar uma política sobre os defensores que inclua uma posição de tolerância zero no que respeita a ameaças ou violência contra os mesmos. As políticas das empresas devem incluir explicitamente nos seus protocolos de dever de diligência a salvaguarda dos direitos dos defensores dos direitos fundiários e direitos ambientais.

Alteração 61

Proposta de diretiva Considerando 69

(69) A presente diretiva **não prejudica** as obrigações nos domínios dos direitos humanos, da proteção do ambiente e das alterações climáticas impostas por outros atos legislativos da União. Se as disposições da presente diretiva colidirem com uma disposição de outro ato legislativo da União que prossiga os mesmos objetivos e preveja obrigações

(69) A presente diretiva **rege-se pelo princípio de «não prejudicar», em conformidade com** as obrigações nos domínios dos direitos humanos, da proteção do ambiente e das alterações climáticas impostas por outros atos legislativos da União. Se as disposições da presente diretiva colidirem com uma disposição de outro ato legislativo da

mais amplas ou mais específicas, as disposições do outro ato legislativo da União deverão prevalecer na medida do conflito e aplicar-se a essas obrigações específicas.

União que prossiga os mesmos objetivos e preveja obrigações mais amplas ou mais específicas, as disposições do outro ato legislativo da União deverão prevalecer na medida do conflito e aplicar-se a essas obrigações específicas.

Alteração 62

Proposta de diretiva Considerando 70

Texto da Comissão

(70) A Comissão deve avaliar e comunicar se devem ser acrescentados novos setores à lista de setores de grande impacto abrangidos pela presente diretiva, a fim de a alinhar com as orientações da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos ou à luz de dados concretos sobre a exploração laboral, as violações dos direitos humanos ou as novas ameaças ambientais emergentes, se a lista de convenções internacionais pertinentes referida na presente diretiva deve ser alterada, em especial à luz da evolução a nível internacional, ***ou se as disposições relativas ao dever de diligência nos termos da presente diretiva devem ser alargadas aos impactos climáticos adversos.***

Alteração

(70) A Comissão deve avaliar e comunicar, ***numa base regular***, se devem ser acrescentados novos setores à lista de setores de grande impacto abrangidos pela presente diretiva, a fim de a alinhar com as orientações da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos ou à luz de dados concretos sobre a exploração laboral, as violações dos direitos humanos ou as novas ameaças ambientais emergentes, se a lista de convenções internacionais pertinentes referida na presente diretiva deve ser alterada, em especial à luz da evolução a nível internacional.

Alteração 63

Proposta de diretiva Considerando 71

Texto da Comissão

(71) O objetivo da presente diretiva que passa por explorar melhor o potencial do mercado único de modo a contribuir para a transição para uma economia sustentável e para o desenvolvimento sustentável através da prevenção ***e*** atenuação dos efeitos

Alteração

(71) O objetivo da presente diretiva, que passa por explorar melhor o potencial do mercado único de modo a contribuir para a transição para uma economia sustentável e para o desenvolvimento sustentável através da prevenção, atenuação ***e reparação*** dos

negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos e no ambiente associados às cadeias de valor das empresas, não pode ser suficientemente alcançado pelos Estados-Membros a título individual ou de forma descoordenada, mas pode, devido às dimensões ou aos efeitos das ações, ser mais bem alcançado ao nível da União. Em especial, os problemas mencionados e as suas causas são de dimensão transnacional, uma vez que muitas empresas operam à escala da União ou a nível mundial e as cadeias de valor se alargam a outros Estados-Membros e a países terceiros. Além disso, as medidas de cada Estado-Membro correm o risco de ser ineficazes e conduzir à fragmentação do mercado interno. Por conseguinte, a União pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do TUE. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, a presente diretiva não excede o necessário para atingir aquele objetivo.

efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos, ***nos direitos laborais e no ambiente, no Estado de direito e na boa governação*** associados às cadeias de valor das empresas, não pode ser suficientemente alcançado pelos Estados-Membros a título individual ou de forma descoordenada, mas pode, devido às dimensões ou aos efeitos das ações, ser mais bem alcançado ao nível da União. Em especial, os problemas mencionados e as suas causas são de dimensão transnacional, uma vez que muitas empresas operam à escala da União ou a nível mundial e as cadeias de valor se alargam a outros Estados-Membros e a países terceiros. Além disso, as medidas de cada Estado-Membro correm o risco de ser ineficazes e conduzir à fragmentação do mercado interno. Por conseguinte, a União pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do TUE. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, a presente diretiva não excede o necessário para atingir aquele objetivo.

Alteração 64

Proposta de diretiva Artigo 1

Texto da Comissão

Artigo 1.º

Objeto

1. A presente diretiva estabelece regras relativas:

(a) A obrigações das empresas ***em***

Alteração

Artigo 1.º

Objeto

-1. A presente diretiva visa assegurar que as empresas respeitam os direitos humanos, os direitos laborais, o Estado de direito e a boa governação e protegem o ambiente no âmbito das suas operações, produtos e serviços, bem como no das suas filiais e cadeias de valor.

1. A presente diretiva estabelece regras relativas:

(a) A obrigações das empresas ***em***

matéria de efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos *e* no ambiente, no que diz respeito às suas próprias operações, às operações das suas filiais e às operações da cadeia de valor realizadas por entidades com as quais a empresa tenha uma relação empresarial *estabelecida e*

(b) À responsabilidade por violações das obrigações acima referidas.

A natureza das relações empresariais tal como «estabelecidas» é reavaliada periodicamente e, pelo menos, de 12 em 12 meses.

2. A presente diretiva não constitui motivo para reduzir o nível de proteção dos direitos humanos *ou* do ambiente *ou a proteção* do clima *previstos* na legislação dos Estados-Membros no momento da adoção da presente diretiva.

3. A presente diretiva não prejudica as obrigações nos domínios dos direitos humanos, da proteção do ambiente e das alterações climáticas impostas por outros atos legislativos da União. Se as disposições da presente diretiva colidirem com uma disposição de outro ato legislativo da União que prossiga os mesmos objetivos e preveja obrigações mais amplas ou mais específicas, as disposições do outro ato legislativo da União prevalecem na medida do conflito e aplicam-se a essas obrigações específicas.

relação à abordagem baseada no risco adotada para reparar os seus efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos *e laborais e os efeitos negativos* no ambiente *e no clima, bem como no Estado de direito e na boa governação*, no que diz respeito às suas próprias operações, *produtos e serviços*, às operações, *produtos e serviços* das suas filiais e às operações da cadeia de valor realizadas por entidades com as quais a empresa tenha uma relação empresarial;

(b) À responsabilidade por violações das obrigações acima referidas; *e*

(b-A) Ao acesso à justiça, incluindo vias de recurso judiciais e extrajudiciais para as vítimas dos efeitos negativos e pessoas ou grupos de pessoas com um interesse legítimo.

2. A presente diretiva não constitui motivo para reduzir o nível de proteção dos direitos humanos *e laborais*, do ambiente, do clima *ou do Estado de direito e da boa governação previsto* na legislação dos Estados-Membros no momento da adoção da presente diretiva *e por qualquer outra legislação aplicável*.

3. A presente diretiva não prejudica as obrigações nos domínios dos direitos humanos, da proteção do ambiente e das alterações climáticas, *da proteção dos direitos laborais, bem como do respeito do Estado de direito e da boa governação* impostas por outros atos legislativos da União. Se as disposições da presente diretiva colidirem com uma disposição de outro ato legislativo da União que prossiga os mesmos objetivos e preveja obrigações mais amplas ou mais específicas, as disposições do outro ato legislativo da União prevalecem na medida do conflito e aplicam-se a essas obrigações específicas.

Alteração 65

Proposta de diretiva

Artigo 2

Texto da Comissão

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1. A presente diretiva aplica-se às empresas constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-Membro e que preencham uma das seguintes condições:

(a) A empresa tinha, em média, mais de **500** trabalhadores e tinha um volume de negócios mundial líquido superior a **150** milhões de EUR no último exercício financeiro para o qual foram elaboradas demonstrações financeiras anuais;

(b) A empresa não atingiu os limiares previstos na alínea a), mas tinha, em média, mais de **250** trabalhadores e tinha um volume de negócios mundial líquido superior a **40** milhões de EUR no último exercício financeiro para o qual foram elaboradas demonstrações financeiras anuais, desde que pelo menos 50 % desse volume de negócios líquido tenha sido gerado num ou mais dos seguintes setores:

i) fabrico de têxteis, couro e produtos afins (incluindo calçado) e comércio por grosso de têxteis, vestuário e calçado,

ii) agricultura, silvicultura, pescas (incluindo a aquicultura), fabrico de produtos alimentares e comércio por grosso de matérias-primas agrícolas, animais vivos, madeira, alimentos e bebidas,

iii) a extração de recursos minerais,

Alteração

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1. A presente diretiva aplica-se às empresas **e grupos de empresas** constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-Membro e que preencham uma das seguintes condições:

(a) A empresa tinha, em média, mais de **250** trabalhadores e tinha um volume de negócios mundial líquido superior a **40** milhões de EUR no último exercício financeiro para o qual foram elaboradas demonstrações financeiras anuais;

(b) A empresa não atingiu os limiares previstos na alínea a), mas tinha, em média, mais de **50** trabalhadores e tinha um volume de negócios mundial líquido superior a **8** milhões de EUR no último exercício financeiro para o qual foram elaboradas demonstrações financeiras anuais, desde que pelo menos 50 % desse volume de negócios líquido tenha sido gerado num ou mais dos seguintes setores:

i) fabrico de têxteis, **vestuário**, couro e produtos afins (incluindo calçado) e comércio por grosso **e a retalho** de têxteis, vestuário e calçado,

ii) agricultura, silvicultura, pescas (incluindo a aquicultura), **gestão de terras e recursos (incluindo no que respeita à conservação da natureza ou outras atividades conexas)**, fabrico de produtos alimentares e comércio por grosso de matérias-primas agrícolas, animais vivos, madeira, alimentos e bebidas, **e venda aos consumidores**;

iii) **a energia**, a extração, **transporte**,

independentemente do local onde são extraídos (incluindo petróleo bruto, gás natural, carvão, lenhite, metais e minérios metálicos, bem como todos os outros minerais não metálicos e produtos de pedra), o fabrico de produtos metálicos de base, outros produtos minerais não metálicos e produtos metálicos transformados (exceto máquinas e equipamentos) e o comércio por grosso de recursos minerais, produtos minerais básicos e intermédios (incluindo metais e minérios metálicos, materiais de construção, combustíveis, produtos químicos e outros produtos intermédios).

2. A presente diretiva também se aplica às empresas constituídas em conformidade com a legislação de um país terceiro e que preencham uma das seguintes condições:

- (a) ter gerado um volume de negócios líquido superior a **150** milhões de EUR na União no exercício anterior ao último exercício financeiro;
- (b) ter gerado um volume de negócios líquido superior a **40** milhões de EUR, mas não superior a **150** milhões de EUR, na União, no exercício anterior ao último exercício financeiro, desde que pelo menos 50 % do seu volume de negócios mundial líquido tenha sido gerado num ou mais dos setores enumerados no n.º 1, alínea b).

3. Para efeitos **do n.º 1**, o número de trabalhadores a tempo parcial é calculado numa base equivalente a tempo inteiro. Os trabalhadores temporários devem ser incluídos no cálculo do número de trabalhadores da mesma forma que se

transformação, refinação e manipulação de recursos minerais, independentemente do local onde são extraídos (incluindo petróleo bruto, gás natural, carvão, lenhite, metais e minérios metálicos, bem como todos os outros minerais não metálicos e produtos de pedra), o fabrico de produtos metálicos de base, outros produtos minerais não metálicos e produtos metálicos transformados (exceto máquinas e equipamentos), **o fabrico de produtos informáticos, eletrónicos e óticos** e o comércio por grosso de recursos minerais, produtos minerais básicos e intermédios (incluindo metais e minérios metálicos, materiais de construção, combustíveis, produtos químicos e outros produtos intermédios);

iii-A) construção, logística, infraestruturas e outros projetos de engenharia civil; e

iii-B) produção de petróleo e gás e o setor da refinação de petróleo.

2. A presente diretiva também se aplica às empresas constituídas em conformidade com a legislação de um país terceiro e que preencham uma das seguintes condições:

- (a) ter gerado um volume de negócios líquido superior a **40** milhões de EUR na União no exercício anterior ao último exercício financeiro;
- (b) ter gerado um volume de negócios líquido superior a **8** milhões de EUR, mas não superior a **40** milhões de EUR, na União, no exercício anterior ao último exercício financeiro, desde que pelo menos 50 % do seu volume de negócios mundial líquido tenha sido gerado num ou mais dos setores enumerados no n.º 1, alínea b).

3. Para efeitos **da presente diretiva**, o número de trabalhadores a tempo parcial é calculado numa base equivalente a tempo inteiro. Os trabalhadores temporários devem ser incluídos no cálculo do número de trabalhadores da mesma forma que se

fossem trabalhadores empregados diretamente pela empresa durante o mesmo período.

fossem trabalhadores empregados diretamente pela empresa durante o mesmo período. *Além disso:*

(a) o número médio de trabalhadores deve incluir:

- i) os trabalhadores na empresa,*
- ii) os trabalhadores nas filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente, e*
- iii) os trabalhadores nas empresas terceiras com as quais a empresa ou as filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente tenham celebrado um acordo vertical em troca do pagamento de direitos de exploração ou de um acordo de contratação externa ou de subcontratação;*

(b) o volume de negócios líquido deve incluir o volume de negócios mundial líquido gerado:

- i) pela empresa, e*
- ii) pelas filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente e pelas empresas terceiras com as quais a empresa ou as filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente tenham celebrado um acordo vertical em troca do pagamento de direitos de exploração ou de um acordo de contratação externa ou de subcontratação.*

Para efeitos do n.º 2, o volume de negócios líquido inclui:

- i) o volume de negócios líquido na União da empresa,*
- ii) o volume de negócios líquido na União das filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente, e*
- iii) o volume de negócios líquido na União através de empresas terceiras com as quais a empresa ou as filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente tenham celebrado um acordo vertical em troca do pagamento de direitos de exploração ou de um acordo de*

4. No que respeita às empresas a que se refere o n.º 1, o Estado-Membro competente para reger as questões abrangidas pela presente diretiva é o Estado-Membro em que a empresa tem a sua sede social.

contratação externa ou de subcontratação.

4. No que respeita às empresas a que se refere o n.º 1, o Estado-Membro competente para reger as questões abrangidas pela presente diretiva é o Estado-Membro em que a empresa tem a sua sede social.

Alteração 66

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea a) – subalínea ii-A) (nova)

Texto da Comissão

Alteração

iii-A) uma pessoa coletiva de qualquer tipo que, independentemente do fim para o qual foi constituída e do setor em que opera, desenvolve atividades de natureza comercial;

Alteração 67

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea b)

Texto da Comissão

Alteração

(b) «Efeito negativo no ambiente», um ***efeito negativo no*** ambiente resultante da violação de uma das proibições e obrigações ***decorrentes das*** convenções internacionais no domínio do ambiente enumeradas no anexo, parte II;

(b) «Efeito negativo no ambiente», um ***dano grave ao*** ambiente resultante da violação de uma das proibições e obrigações ***ao abrigo do direito internacional no domínio do ambiente, nomeadamente as*** convenções internacionais no domínio do ambiente enumeradas no anexo, parte II, ***de uma violação na aceção da Diretiva (UE) .../... do Parlamento Europeu e do Conselho^{I-A}, de ..., relativa à proteção do ambiente através do direito penal, ou um efeito negativo numa das seguintes categorias ambientais, embora não exclusivamente:***

(a) ***qualidade do ar e poluição do ar e da atmosfera;***

- (b) *poluição da água, contaminação da água, acesso à água e esgotamento da água doce;*
- (c) *solo, nomeadamente a poluição, a contaminação, a erosão, a utilização e a degradação dos solos;*
- (d) *biodiversidade, incluindo danos à vida selvagem, aos fundos marinhos e ao ambiente marinho, à flora e fauna, aos habitats naturais e aos ecossistemas;*
- (e) *saúde humana, de acordo com a Abordagem «Uma Só Saúde»;*
- (f) *clima, incluindo através das emissões de gases com efeito de estufa e da destruição ou degradação dos sumidouros de carbono; e*
- (g) *transição para uma economia circular, incluindo, entre outros aspetos, a alteração da reutilização e da reciclabilidade, como, por exemplo, a contaminação do fluxo de resíduos com substâncias perigosas;*

^{1-A} Diretiva (UE) .../... do Parlamento Europeu e do Conselho, de ..., relativa à proteção do ambiente através do direito penal.

Alteração 68

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea c)

Texto da Comissão

(c) «Efeito negativo nos direitos humanos», *um efeito negativo nas pessoas protegidas resultante da violação de um dos direitos ou proibições enumerados no anexo, parte I, secção 1*, conforme consagrados nas convenções internacionais enumeradas no anexo, parte I, secção 2;

Alteração

(c) «Efeito negativo nos direitos humanos *e laborais*», *qualquer dano ou redução no exercício dos direitos humanos e laborais de uma pessoa ou de um grupo de pessoas*, conforme consagrados nas convenções internacionais, *em particular as convenções enumeradas no anexo, parte I, secção 2, sobretudo no que se*

refere à posição protegida no anexo, parte 1, secção 1, e estabelecidos através da jurisprudência pertinente e do trabalho das comissões competentes;

Alteração 69

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea c-A) (nova)

Texto da Comissão

Alteração

(c-A) «Efeito negativo no Estado de direito e na boa governação», inclui as violações enumeradas no anexo, parte II-A, tal como definidas nos instrumentos internacionais pertinentes e designa os danos causados ao funcionamento eficaz dos sistemas de Estado de direito e de boa governação num país, região ou território no qual a empresa ou a sua filial ou os seus parceiros da cadeia de valor operam quando há uma violação das obrigações e proibições impostas pelos atos jurídicos em matéria de Estado de direito ou de boa governação a nível nacional ou internacional, incluindo as convenções de combate à corrupção; o «efeito negativo no Estado de direito e na boa governação» inclui também os efeitos nas estruturas informais;

Alteração 70

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea e) – parte introdutória

Texto da Comissão

Alteração

(e) «Relação empresarial», uma relação **com** um contratante, subcontratante ou qualquer outra entidade jurídica («parceiro»):

(e) «Relação empresarial», uma relação **entre uma empresa ou uma das suas filiais e** um contratante, subcontratante ou qualquer outra entidade jurídica («parceiro») **na cadeia de valor**:

Alteração 71

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea f)

Texto da Comissão

(f) «Relação empresarial estabelecida», uma relação empresarial, direta ou indireta, que é, ou se prevê que seja duradoura, tendo em conta a sua intensidade ou duração, e que não represente uma parte pouco significativa ou meramente acessória da cadeia de valor;

Alteração

Suprimido

Alteração 72

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea g)

Texto da Comissão

(g) «Cadeia de valor», as atividades relacionadas com a produção de bens ou a prestação de serviços por uma empresa, incluindo o desenvolvimento do produto ou do serviço e a utilização e eliminação do produto, bem como as atividades conexas das relações empresariais *estabelecidas* a montante e a jusante da empresa. *No que diz respeito às empresas na aceção da alínea a), subalínea iv), a «cadeia de valor» no que respeita à prestação destes serviços específicos inclui apenas as atividades dos clientes que recebem esse empréstimo, crédito e outros serviços financeiros, bem como de outras empresas pertencentes ao mesmo grupo, cujas atividades estejam relacionadas com o contrato em questão. A cadeia de valor dessas empresas financeiras reguladas não abrange as PME que recebem empréstimos, créditos, financiamento, seguros ou resseguros dessas entidades;*

Alteração

(g) «Cadeia de valor», as atividades relacionadas com a produção, *distribuição e venda* de bens ou a prestação de serviços por uma empresa *ou quaisquer filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente*, incluindo o desenvolvimento do produto ou do serviço e a utilização e eliminação do produto, bem como as atividades conexas das relações empresariais a montante e a jusante da empresa, *e incluindo os regimes de trabalho semiformais e informais, bem como a subcontratação e o trabalho no domicílio*. A «cadeia de valor» *das empresas financeiras reguladas* no que respeita à prestação *de serviços de financiamento, seguro ou resseguro* não abrange as PME *e as pessoas singulares* que recebem empréstimos, créditos, financiamento, seguros ou resseguros dessas entidades. *A cadeia de valor a jusante dessas empresas financeiras reguladas abrange apenas os clientes que são parceiros empresariais diretos;*

Alteração 73

Proposta de diretiva

Artigo 3 – n.º 1 – alínea h)

Texto da Comissão

(h) «Verificação independente por terceiros», a verificação do cumprimento por uma empresa, ou partes da sua cadeia de valor, das obrigações em matéria de direitos humanos e ambientais decorrentes das disposições da presente diretiva por um auditor independente da empresa, isento de quaisquer conflitos de interesses, com experiência e competência em matéria de ambiente *e* de direitos humanos e responsável pela qualidade e fiabilidade da auditoria;

Alteração

(h) «Verificação independente por terceiros», a verificação do cumprimento por uma empresa, ou partes da sua cadeia de valor, das obrigações em matéria de direitos humanos, **laborais** e ambientais, **de Estado de direito e boa governação** decorrentes das disposições da presente diretiva por um auditor independente da empresa, isento de quaisquer conflitos de interesses, com experiência e competência em matéria de ambiente, de direitos humanos **e laborais, de Estado de direito e de boa governação** e responsável pela qualidade e fiabilidade da auditoria;

Alteração 74

Proposta de diretiva

Artigo 3.º – n.º 1 – alínea l)

Texto da Comissão

(l) «Efeito negativo grave», um efeito negativo grave no ambiente **ou** um efeito negativo grave nos direitos humanos que seja especialmente significativo pela sua natureza, ou que afete um grande número de pessoas ou uma grande área do ambiente, ou que seja irreversível ou particularmente difícil de corrigir em resultado das medidas necessárias para restabelecer a situação prevalecente antes da ocorrência do efeito;

Alteração

(l) «Efeito negativo grave», um efeito negativo grave no ambiente, um efeito negativo grave nos direitos humanos **e laborais ou um dano no funcionamento dos sistemas de Estado de direito e de boa governação no país, região ou território no qual a empresa ou as suas filiais da cadeia de valor operem**, que seja especialmente significativo pela sua natureza, ou que afete um grande número de pessoas ou uma grande área do ambiente, ou que seja irreversível ou particularmente difícil de corrigir em resultado das medidas necessárias para restabelecer a situação prevalecente antes da ocorrência do efeito, **ou que afete as principais instituições ou estruturas responsáveis por prestar proteção e serviços à população ou proteger o**

ambiente, de uma forma que as impeça de desempenharem as suas funções, interferindo nos processos de decisão no âmbito da corrupção, violência e intimidação e impedindo as populações de exercerem os seus direitos humanos ou prejudicando gravemente o ambiente;

Alteração 75

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea n)

Texto da Comissão

(n) «Partes interessadas», os trabalhadores da empresa, os trabalhadores das suas filiais e outras pessoas, grupos de pessoas, comunidades ou entidades cujos direitos ou interesses sejam ou possam ser afetados pelos ***produtos, serviços e operações dessa empresa, das*** suas filiais e ***das*** suas relações empresariais;

Alteração

(n) «Partes interessadas»:

- i)* os trabalhadores da empresa, os trabalhadores das suas filiais, ***os trabalhadores das cadeias de valor*** e outras pessoas, grupos de pessoas, comunidades ou entidades, ***ou organizações da sociedade civil e sindicatos*** cujos direitos ou interesses sejam ou possam ser afetados pelos ***efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos, no ambiente, nos sistemas de Estado de direito e de boa governação causados por uma empresa, pelas*** suas filiais e ***pelas*** suas relações empresariais, ***incluindo ao longo da cadeia de valor;***
- ii)* ***outras pessoas coletivas ou singulares que abordem, promovam, representem, protejam e defendam, como parte do seu objetivo estatutário ou não, questões relacionadas com a presente diretiva;***

Alteração 76

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea n-A) (nova)

Texto da Comissão

Alteração

(n-A) «Defensores dos direitos humanos e laborais, do ambiente, do Estado de direito e da boa governação», as pessoas, grupos e estruturas da sociedade, incluindo organizações não governamentais, que promovem ou lutam pela proteção e concretização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais universalmente reconhecidos e pela defesa do ambiente, do Estado de direito e da boa governação;

Alteração 77

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea n-B) (nova)

Texto da Comissão

Alteração

(n-B) «Partes interessadas vulneráveis», as pessoas e grupos titulares de direitos que se encontrem em situações de marginalização e de vulnerabilidade, devido a contextos específicos ou ao cruzamento de fatores, incluindo, entre outros, o sexo, género, idade, raça, etnia, classe, educação, identidade indígena, estatuto de migrante, deficiência, bem como estatuto social e económico, que são as causas de diversos efeitos negativos, muitas vezes desproporcionados, e criam discriminação, bem como um obstáculo adicional à participação e ao acesso à justiça;

Alteração 78

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea n-C) (nova)

(n-C) «Envolvimento significativo», um processo contínuo de interação e diálogo entre uma empresa e as partes interessadas afetadas que permite à empresa ouvir, compreender e responder aos seus interesses e preocupações de boa fé; Inclui um processo proactivo, interativo, capaz de dar resposta às necessidades, contínuo e sensível às questões de género e às questões relacionadas com as crianças, de envolvimento com as partes interessadas e as suas organizações representativas, adaptado às partes interessadas vulneráveis, como os pequenos agricultores, os povos indígenas e as comunidades locais e que tenha lugar ao longo de todo o processo de dever de diligência, que garanta um seguimento adequado da aplicação dos compromissos acordados, assegurando a tomada em consideração dos efeitos negativos para as partes interessadas afetadas e potencialmente afetadas;

Alteração 79

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea q)

(q) «Medida adequada», uma medida capaz de alcançar os objetivos do dever de diligência, proporcional ao grau de gravidade e à probabilidade do efeito negativo, e à disposição razoável da empresa, tendo em conta as circunstâncias do caso em apreço, incluindo as características do setor económico e da relação empresarial específica e a influência da empresa, bem como a necessidade de assegurar a definição de prioridades de ação.

(q) «Medidas adequadas», um conjunto de medidas capazes de alcançar os objetivos do dever de diligência ***e de abordar eficazmente os efeitos negativos, potenciais ou reais, proporcionais*** ao grau de gravidade e à probabilidade do efeito negativo, e à disposição razoável da empresa, ***após uma consulta e um diálogo significativos, comprovadas e regulares com as partes interessadas pertinentes,*** tendo em conta as circunstâncias do caso em apreço, incluindo as características do setor económico e da relação empresarial

específica e a influência da empresa, bem como a necessidade de assegurar a definição de prioridades de ação;

Alteração 80

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea q-A) (nova)

Texto da Comissão

Alteração

(q-A) «Zonas de conflito e de alto risco», as zonas em situação de conflito armado, as zonas frágeis em situação de pós-conflito, as zonas ocupadas e/ou anexadas, bem como as zonas caracterizadas por sistemas deficientes ou inexistentes em matéria de Estado de direito e de governação e segurança, como os Estados desestruturados, e por violações generalizadas e graves do direito internacional humanitário ou do direito internacional em matéria de direitos humanos;

Alteração 81

Proposta de diretiva

Artigo 3 – parágrafo 1 – alínea q-B) (nova)

Texto da Comissão

Alteração

(q-B) «Setores de risco elevado», setores de atividade que estão associados a uma maior probabilidade de efeitos negativos nos direitos humanos, nos direitos laborais, no ambiente e no clima ou no Estado de direito e na boa governação, conforme enumerados no anexo, parte II-B.

Alteração 82

Proposta de diretiva

Artigo 4 – n.º 1

Texto da Comissão

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas ***exercem o dever de diligência em matéria de*** direitos humanos ***e de*** ambiente, de acordo com o estabelecido nos artigos 5.º a 11.º («dever de diligência»), ***nomeadamente***:

(a) Integrando o dever de diligência nas suas políticas, em conformidade com o artigo 5.º;

(b) Identificando os efeitos negativos, potenciais ou reais, em conformidade com o artigo 6.º;

(c) Prevenindo ***e atenuando*** os efeitos negativos potenciais, ***cessando*** os efeitos negativos reais ***e*** minimizando a sua extensão, em conformidade com os artigos 7.º e 8.º;

(d) Estabelecendo e mantendo ***um procedimento*** de reclamação em conformidade com o artigo 9.º;

(e) Avaliando a eficácia da sua política e das suas medidas em matéria de dever de diligência, em conformidade com o

Alteração

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas ***respeitam os*** direitos humanos, ***o*** ambiente, ***o Estado de direito e a boa governação e não causam nem contribuem para causar, direta ou indiretamente, efeitos negativos nos*** direitos humanos, ***no ambiente, no Estado de direito e na boa governação, obrigando-as a levar a cabo um processo de dever de diligência adequado***, de acordo com o estabelecido nos artigos 5.º a 11.º («dever de diligência»), ***realizando as seguintes ações segundo uma abordagem baseada no risco, a saber***:

(a) Integrando o dever de diligência nas suas políticas, em conformidade com o artigo 5.º;

(b) Identificando ***os riscos e*** os efeitos negativos, potenciais ou reais, em conformidade com o artigo 6.º;

(c) Prevenindo os efeitos negativos potenciais, ***atenuando*** os efeitos negativos reais, ***pondo-lhes termo***, minimizando a sua extensão ***e reparando-os***, em conformidade com os artigos 7.º e 8.º;

(c-A) Assegurando que o dever de diligência é um processo contínuo e preventivo, realizado com base na definição de prioridades em função do nível de gravidade, probabilidade e urgência dos efeitos negativos, potenciais ou reais e da natureza e contexto das operações, em conformidade com o artigo 7.º;

c-B) Quando necessário, desvinculando-se de forma responsável;

(d) Estabelecendo e mantendo ***mecanismos*** de reclamação ***eficazes*** em conformidade com o artigo 9.º;

(e) ***Acompanhando e*** avaliando a eficácia da sua política e das suas medidas em matéria de dever de diligência, em

artigo 10.º;

(f) ***Comunicando publicamente informações*** sobre o dever de diligência, em conformidade com o artigo 11.º.

conformidade com o artigo 10.º;

(f) ***Apresentando relatórios públicos*** sobre o dever de diligência, em conformidade com o artigo 11.º;

(f-A) Assegurando um envolvimento significativo, regular, acessível, além de seguro e atempado, com as partes interessadas e as suas relações empresariais durante todo o processo de dever de diligência, em conformidade com o artigo 11.º-A.

Alteração 83

Proposta de diretiva

Artigo 4 – n.º 1-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

1-A. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas não adotem modelos de negócio e estratégias que causem ou contribuam para causar efeitos negativos nos direitos humanos, no ambiente, no Estado de direito e na boa governação, e que identifiquem, previnam, atenuem e deem conta da forma como abordam os efeitos nos direitos humanos, no ambiente, no Estado de direito e na boa governação que ocorrem no âmbito das suas operações, das operações das suas filiais e das suas cadeias de valor.

Alteração 84

Proposta de diretiva

Artigo 4 – n.º 1-B (novo)

Texto da Comissão

Alteração

1-B. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas que operam em zonas de conflito e de alto risco adotam medidas de diligência reforçadas

e mais sensíveis aos conflitos, a fim de dar resposta aos riscos mais elevados de violações graves dos direitos humanos e de danos ao ambiente e de assegurar que as suas operações e atividades não agravam ou financiam os conflitos. Esse processo de dever de diligência reforçado deve incluir uma análise sensível aos conflitos e um envolvimento eficaz, seguro e significativo das partes interessadas, em conformidade com o artigo 11.º-A. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas que operam nas zonas de conflito e de alto risco respeitam as suas obrigações em matéria de direito internacional humanitário.

Alteração 85

Proposta de diretiva

Artigo 5

Texto da Comissão

Artigo 5.º

Integrar o dever de diligência nas políticas das empresas

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas integram o dever de diligência em todas as suas políticas empresariais e aplicam uma política em matéria de dever de diligência. A política em matéria de dever de diligência deve incluir todos os seguintes elementos:

(a) Uma descrição da abordagem da empresa, incluindo a longo prazo, em matéria de dever de diligência;

Alteração

Artigo 5.º

Integrar o dever de diligência nas políticas das empresas

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas integram o dever de diligência em todas as suas políticas empresariais e ***adotam, publicam e*** aplicam uma política em matéria de dever de diligência. A política em matéria de dever de diligência deve ***prever um envolvimento significativo, seguro e regular com as partes interessadas, em conformidade com o artigo 11.º-A, segundo uma abordagem baseada no risco, e*** incluir, ***pelo menos***, todos os seguintes elementos:

(a) Uma descrição da abordagem da empresa, incluindo a ***curto, médio e*** longo prazo, em matéria de dever de diligência, ***nomeadamente uma descrição exaustiva da empresa, das suas relações empresariais e das suas cadeias de valor,***

(b) Um código de conduta que **descreva** as regras e os princípios a seguir pelos trabalhadores *e* filiais da empresa;

(c) Uma descrição dos processos instaurados para aplicar o dever de diligência, incluindo as medidas tomadas para verificar o cumprimento do código de conduta *e* alargar a sua aplicação às relações empresariais **estabelecidas**.

incluindo, inter alia, uma lista das relações empresariais da empresa e dos respetivos locais de produção;

(b) Um código de conduta que **defina** as regras e os princípios a seguir **pela direção da empresa**, pelos trabalhadores, **pelas filiais e pelos parceiros da cadeia de valor, e estabelecido com o pleno envolvimento e consulta pertinente das partes interessadas, de acordo com o artigo 11.º-A;**

(c) Uma descrição dos processos instaurados para aplicar o dever de diligência **ao longo da cadeia de valor**, incluindo:

i) as medidas tomadas para verificar o cumprimento do código de conduta, **nomeadamente as ferramentas, a metodologia, os objetivos e o calendário das medidas;**

ii) **as medidas para** alargar a sua aplicação às relações empresariais, **incluindo disposições contratuais; e**

iii) **uma descrição das medidas destinadas a garantir a segurança e o envolvimento significativo das partes interessadas, em conformidade com o artigo 11.º-A;**

(c-A) **Uma descrição dos efeitos negativos, potenciais ou reais, identificados e avaliados em conformidade com o artigo 6.º, em relação às operações diretas e indiretas da empresa, incluindo através de qualquer das filiais e sucursais que detenha direta ou indiretamente, bem como das operações empresariais e cadeias de valor;**

(c-B) **Uma descrição das medidas destinadas a prevenir e atenuar os efeitos negativos potenciais e a fazer cessar e minimizar a extensão dos efeitos negativos reais, em conformidade com os**

artigos 7.º e 8.º;

(c-C) A capacidade dos parceiros empresariais mais fracos para exercer o dever de diligência, tendo em conta a alavancagem da empresa para assegurar que os custos do processo do dever de diligência não são transferidos para parceiros empresariais que estão numa posição mais fraca; e

(c-D) Uma descrição do mecanismo de reclamação a que se refere o artigo 9.º.

Quando a descrição dos processos referidos na alínea c) incluir uma referência à verificação independente por terceiros, as empresas devem acrescentar à sua política de dever de diligência um relatório completo sobre os resultados das auditorias de terceiros durante os três anos anteriores.

1-A. No caso das empresas que operam num dos setores referidos no artigo 3.º, alínea q-B), a descrição da abordagem da empresa, o código de conduta e a descrição dos processos e medidas exigidas nos termos do n.º 1, alíneas a) a c), do presente artigo devem também incluir uma descrição pormenorizada dos riscos e impactos específicos desse setor.

2. Cabe aos Estados-Membros assegurar que as empresas atualizam **anualmente** a sua política em matéria de dever de diligência.

2. Cabe aos Estados-Membros assegurar que as empresas **reveem**, atualizam **e publicam** a sua política em matéria de dever de diligência **de imediato, logo que identifiquem quaisquer novos efeitos negativos, potenciais e reais, ou sempre que se verifiquem alterações substanciais nas suas cadeias de valor, e pelo menos uma vez por ano. As políticas em matéria de dever de diligência das empresas devem estar acessíveis ao público.**

2-A. Os Estados-Membros devem estabelecer regras para assegurar que os órgãos de gestão ou de supervisão, consoante o caso, dependendo da legislação nacional das empresas a que se refere o artigo 2.º, n.º 1, aplicam e

supervisionam as medidas relativas ao dever de diligência referidas no artigo 4.º e, em particular, a política em matéria de dever de diligência referida no presente artigo, com a devida consideração pelos contributos relevantes das partes interessadas.

2-B. *O desenvolvimento e a aplicação de normas e princípios comuns para um código de conduta aplicável a uma ou a várias indústrias, a fim de apoiar o cumprimento eficaz da presente diretiva, não constitui uma violação do direito da concorrência aplicável.*

Alteração 86

Proposta de diretiva Artigo 6

Texto da Comissão

Artigo 6.º

Identificar os efeitos negativos potenciais ou reais

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas tomam medidas adequadas para identificar os efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos *e* no ambiente *das suas próprias* operações ou das operações das suas filiais *e, quando relacionados com as* suas cadeias de valor, *das suas* relações empresariais *estabelecidas*, nos termos dos n.ºs 2, 3 e 4.

Alteração

Artigo 6.º

Identificar *e avaliar* os efeitos negativos potenciais ou reais

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas tomam medidas adequadas para identificar *e avaliar* os efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos *e laborais*, no ambiente, *no Estado de direito e na boa governação decorrentes dos seus próprios modelos de negócio e estratégias*, operações, *produtos e serviços* ou *dos* das operações das suas filiais *e parceiros das* suas cadeias de valor *com os quais as empresas tenham* relações empresariais, *segundo uma abordagem baseada no risco e* nos termos dos n.ºs 2, 3 e 4.

1-A. *Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas fazem um mapeamento das suas cadeias de valor e divulgam publicamente informações relevantes, incluindo nomes, locais, tipos de produtos e serviços fornecidos, bem como outras informações relevantes*

relativas às suas filiais e atividades empresariais. Com base nos resultados desse levantamento, as empresas podem realizar uma avaliação aprofundada das áreas em que os efeitos negativos foram identificados como sendo mais prováveis ou mais significativos.

1-B. *A gravidade de um efeito negativo deve ser avaliada com base na sua seriedade, na sua elevada probabilidade de ocorrência, no número de pessoas afetadas ou na extensão do ambiente afetado, na sua irreversibilidade e na dificuldade de proporcionar soluções considerando as medidas necessárias para restaurar a situação prevalecente antes do efeito negativo.*

2. Em derrogação do n.º 1, as empresas a que se refere o artigo 2.º, n.º 1, alínea b), e o artigo 2.º, n.º 2, alínea b), só são obrigadas a identificar os efeitos negativos **graves** potenciais ou reais pertinentes para o setor em causa a que se refere o artigo 2.º, n.º 1, alínea b).

3. Quando as empresas referidas no artigo 3.º, alínea a), subalínea iv), concedem créditos, empréstimos ou outros serviços financeiros, a identificação dos efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos e no ambiente só deve ser efetuada antes da prestação desse serviço.

4. Os Estados-Membros devem assegurar que, para efeitos de identificação dos efeitos negativos a que se refere o n.º 1 com base, **se for caso disso**, em informações quantitativas e qualitativas, as empresas **têm o direito de utilizar** os recursos adequados, incluindo relatórios independentes e informações recolhidas através **do procedimento** de reclamação **previsto** no artigo 9.º. As empresas devem também, **se for caso disso, proceder a consultas com** grupos potencialmente afetados, **incluindo trabalhadores e outras**

2. Em derrogação do n.º 1, as empresas a que se refere o artigo 2.º, n.º 1, alínea b), e o artigo 2.º, n.º 2, alínea b), só são obrigadas a identificar os efeitos negativos potenciais ou reais pertinentes para o setor em causa a que se refere o artigo 2.º, n.º 1, alínea b).

3. Quando as empresas referidas no artigo 3.º, alínea a), subalínea iv), concedem créditos, empréstimos ou outros serviços financeiros, a identificação dos efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos e no ambiente, **bem como no Estado de direito e na boa governação**, só deve ser efetuada **de acordo com medidas adequadas baseadas no risco** antes da prestação desse serviço.

4. Os Estados-Membros devem assegurar que, para efeitos de identificação **e avaliação** dos efeitos negativos a que se refere o n.º 1 com base em informações quantitativas e qualitativas, as empresas **utilizam** os recursos adequados, incluindo **informações acessíveis ao público e** relatórios independentes, **informações que lhes são comunicadas** e informações recolhidas através **dos mecanismos** de reclamação **previstos** no artigo 9.º. As empresas devem também **assegurar um envolvimento eficaz e significativo de**

partes interessadas pertinentes, a fim de recolher informações sobre os efeitos negativos reais ou potenciais.

todas as partes interessadas e as suas organizações representativas, incluindo os trabalhadores e os grupos potencialmente afetados, a fim de recolher informações sobre os efeitos negativos reais ou potenciais. *Esta abordagem no setor dos serviços financeiros basear-se-á em orientações claras para o setor financeiro.*

4-A. *Os Estados-Membros devem assegurar que as partes interessadas têm o direito a solicitar informação adicional de uma empresa no que diz respeito às ações tomadas em conformidade com o artigo 4.º e que a empresa responda a esse pedido em conformidade com o artigo 11.º-A.*

Alteração 87

Proposta de diretiva Artigo 7

Texto da Comissão

Artigo 7.º

Prevenir efeitos negativos potenciais

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas tomam medidas adequadas para prevenir, ou caso a prevenção não seja possível ou não seja imediatamente possível, atenuar adequadamente os potenciais efeitos negativos nos direitos humanos *e* no ambiente que tenham sido, ou devessem ter sido, identificados nos termos do artigo 6.º, ***em conformidade com os n.os 2, 3, 4 e 5 do presente artigo.***

Alteração

Artigo 7.º

Prevenir efeitos negativos potenciais

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas tomam medidas adequadas para prevenir, ou caso a prevenção não seja possível ou não seja imediatamente possível, atenuar adequadamente os potenciais efeitos negativos nos direitos humanos *e laborais*, no ambiente, ***no Estado de direito e na boa governação, ou os efeitos negativos no Estado e na boa governação relacionados com as suas operações, produtos e serviços, os das suas filiais e os que se produzem nas suas próprias atividades e nas suas cadeias de valor*** e que tenham sido, ou devessem ter sido, identificados nos termos do artigo 6.º, ***segundo uma abordagem baseada no risco.***

1-A. *Para efeitos do n.º 1, deve ser exigido às empresas que desenvolvam e apliquem um plano de ação de prevenção,*

com prazos para a aplicação de medidas adequadas razoáveis e claramente definidos e indicadores qualitativos e quantitativos para aferir as melhorias. O plano de ação de prevenção deve ser disponibilizado ao público e ser elaborado com o envolvimento eficaz e significativo das partes interessadas, em conformidade com o artigo 11.º-A.

As medidas adequadas aplicam-se às próprias operações de uma empresa e das suas filiais, bem como às relações empresariais diretas e indiretas.

Caso uma empresa não esteja em condições de evitar ou atenuar simultaneamente todos os potenciais efeitos negativos, esse plano deve incluir uma estratégia de definição de prioridades, a qual deve ter em conta o nível de gravidade e de probabilidade dos diferentes efeitos negativos nos direitos humanos, no ambiente e nos sistemas de Estado de direito e de boa governação.

2. As empresas devem tomar as seguintes medidas, *se for caso disso*:

(a) Sempre que necessário, devido à natureza ou complexidade das medidas exigidas para a prevenção, elaborar e aplicar um plano de ação de prevenção com prazos de ação razoáveis e claramente definidos e indicadores qualitativos e quantitativos para aferir as melhorias. O plano de ação de prevenção deve ser elaborado em consulta com as partes interessadas afetadas;

(b) Procurar obter garantias contratuais dos parceiros empresariais com os quais tenham uma relação empresarial direta de que se comprometem a assegurar o cumprimento do código de conduta da empresa e, se necessário, do plano de ação de prevenção, nomeadamente procurando obter garantias contratuais correspondentes junto dos seus parceiros, na medida em

2. *Para efeitos dos n.ºs 1 e 2*, as empresas devem tomar *as medidas adequadas, incluindo* as seguintes medidas:

(b) Obter garantias contratuais baseadas em termos justos, razoáveis e não discriminatórios, ou outras garantias no âmbito das relações empresariais ao longo da cadeia de valor, no que diz respeito à implementação de um plano de ação de prevenção;

que as suas atividades estejam integradas na cadeia de valor da empresa (contratação em cascata). Quando essas garantias contratuais forem obtidas, aplica-se o n.º 4;

(c) Realizar os investimentos necessários, nomeadamente em processos *e infraestruturas* de gestão ou produção, *para cumprir o disposto no n.º 1;*

(d) Prestar um apoio específico e proporcionado a uma PME com a qual a empresa tenha uma relação empresarial *estabelecida*, em que o cumprimento do código de conduta ou do plano de ação de prevenção comprometeria a viabilidade da PME;

(e) Em conformidade com o direito da União, incluindo o direito da concorrência, colaborar com outras entidades, nomeadamente, *se for caso disso*, a fim de reforçar a capacidade da empresa para fazer cessar o efeito negativo, em especial se nenhuma outra ação for adequada ou eficaz.

3. No que diz respeito aos efeitos negativos potenciais que as medidas

(c) Realizar os investimentos necessários, nomeadamente em processos *de gestão ou produção, no reforço de capacidades, em ações conjuntas de prevenção e atenuação com parceiros da cadeia de valor, em infraestruturas e na rastreabilidade dos produtos;*

(c-A) Adaptar os modelos de negócio e estratégias, a fim de prevenir e dar resposta aos efeitos negativos potenciais;

(c-B) Formar, comunicar ou colaborar com fornecedores sobre a aplicação das leis de proteção pertinentes.

(d) *Ponderar* prestar um apoio específico e proporcionado a uma PME com a qual a empresa tenha uma relação empresarial, em que o cumprimento do código de conduta ou do plano de ação de prevenção comprometeria a viabilidade da PME;

(e) Em conformidade com o direito da União, incluindo o direito da concorrência, colaborar com outras entidades, nomeadamente a fim de reforçar a capacidade da empresa para fazer cessar o efeito negativo, em especial se nenhuma outra ação for adequada ou eficaz;

(e-A) No caso das empresas que detêm ações, exercer os seus direitos de voto com vista a prevenir efeitos negativos nos direitos humanos, no ambiente e no Estado de direito e na boa governação.

(e-B) Proceder a avaliações em matéria de direitos humanos que sejam sensíveis à dimensão de género, inclusive através da recolha e utilização de dados desagregados.

3. No que diz respeito aos efeitos negativos potenciais que as medidas

previstas no n.º 2 não consigam prevenir ou atenuar adequadamente, a empresa pode procurar celebrar um contrato com um parceiro com o qual tenha uma relação indireta, com vista a assegurar o cumprimento do código de conduta ou de um plano de ação de prevenção da empresa. Quando esse contrato for celebrado, aplica-se o n.º 4.

4. As garantias contratuais ou o contrato são acompanhados de medidas adequadas para verificar o cumprimento. Para efeitos de verificação do cumprimento, a empresa pode recorrer a iniciativas setoriais adequadas ou à verificação independente por terceiros.

Sempre que sejam obtidas garantias contratuais ou seja celebrado um contrato com uma PME, as condições utilizadas devem ser justas, razoáveis e não discriminatórias. Sempre que sejam tomadas medidas para verificar o cumprimento das PME, a empresa deve suportar os custos da verificação independente por terceiros.

5. No que diz respeito aos efeitos negativos potenciais, na aceção do n.º 1, que não seja possível prevenir ou atenuar adequadamente com as medidas previstas nos n.ºs 2, 3 e 4, **a empresa é obrigada a abster-se** de estabelecer relações novas ou de alargar as relações existentes com o parceiro associadas à cadeia de valor ou em cuja cadeia de valor se verificou o efeito **e deve, sempre que a lei que rege as suas relações o permita**, tomar as seguintes medidas:

(a) Suspender **temporariamente** as

previstas no n.º 2 não consigam prevenir ou atenuar adequadamente, a empresa pode procurar celebrar um contrato com um parceiro com o qual tenha uma relação indireta, com vista a assegurar o cumprimento do código de conduta ou de um plano de ação de prevenção da empresa. Quando esse contrato for celebrado, aplica-se o n.º 4.

4. As garantias contratuais ou o contrato são acompanhados de medidas adequadas para verificar o cumprimento. Para efeitos de verificação do cumprimento, a empresa pode recorrer a iniciativas setoriais adequadas ou à verificação independente por terceiros. **A verificação da conformidade através de iniciativas setoriais ou a verificação independente por terceiros não dispensa a empresa do cumprimento das suas obrigações e da sua responsabilidade ao abrigo da presente diretiva.**

Sempre que sejam obtidas garantias contratuais ou seja celebrado um contrato com uma PME, as condições utilizadas devem ser justas, razoáveis e não discriminatórias. Sempre que sejam tomadas medidas para verificar o cumprimento das PME, a empresa deve suportar os custos da verificação independente por terceiros.

5. No que diz respeito aos efeitos negativos potenciais, na aceção do n.º 1, que não seja possível prevenir ou atenuar adequadamente com as medidas previstas nos n.ºs 2, 3 e 4, **devido ao facto de a atenuação se revelar impossível ou inaceitável ou de não haver uma perspetiva razoável de obtenção de mudanças, as empresas abstêm-se** de estabelecer relações novas ou de alargar as relações existentes com o parceiro associadas à cadeia de valor ou em cuja cadeia de valor se verificou o efeito.

Nesses casos, as empresas devem tomar as seguintes medidas:

(a) Suspender as relações comerciais

relações comerciais com o parceiro em questão, prosseguindo simultaneamente os esforços de prevenção e *minimização, se houver uma expectativa razoável de que esses esforços podem ser bem-sucedidos a curto prazo;*

(b) Pôr termo à relação empresarial no que diz respeito às atividades em causa se o efeito negativo potencial for grave.

Os Estados-Membros devem prever a possibilidade de pôr termo à relação empresarial em contratos regidos pela sua legislação.

6. Em derrogação do n.º 5, alínea b), quando as empresas a que se refere o artigo 3.º, alínea a), subalínea iv), concedem créditos, empréstimos ou outros serviços financeiros, não são obrigadas a rescindir o contrato de crédito, empréstimo ou outro contrato de serviços financeiros quando for razoável esperar que tal cause um prejuízo substancial à entidade a quem o serviço é prestado.

Alteração 88

com o parceiro em questão, prosseguindo simultaneamente os esforços de prevenção e *atenuação;*

(b) Pôr termo à relação empresarial no que diz respeito às atividades em causa se o efeito negativo potencial for grave *ou se o efeito negativo for recorrente.*

As empresas devem envolver de forma atempada, eficiente e significativa as partes interessadas afetadas pela decisão de suspender ou pôr termo à relação empresarial antes de tomarem essa decisão, devendo abordar os efeitos negativos derivados dessas ações.

As empresas devem tomar medidas adequadas para prevenir, atenuar e fazer cessar os efeitos negativos decorrentes da suspensão ou cessação da relação empresarial.

A cessação de uma relação empresarial não deve recair sobre a responsabilidade de uma empresa de abordar os efeitos negativos reais gerados no decurso da duração da relação.

Os Estados-Membros devem prever a possibilidade de *suspender ou* pôr termo à relação empresarial em contratos regidos pela sua legislação.

6. Em derrogação do n.º 5, alínea b), quando as empresas a que se refere o artigo 3.º, alínea a), subalínea iv), concedem créditos, empréstimos ou outros serviços financeiros, não são obrigadas a rescindir o contrato de crédito, empréstimo ou outro contrato de serviços financeiros quando for razoável esperar que tal cause um prejuízo substancial à entidade a quem o serviço é prestado.

Proposta de diretiva

Artigo 8

Texto da Comissão

Artigo 8.º

Fazer cessar os efeitos negativos reais

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas tomam as medidas adequadas para fazer cessar os efeitos negativos reais que tenham sido ou devessem ter sido identificados nos termos do artigo 6.º, de acordo com os n.ºs 2 a 6 do presente artigo.

2. Se não for possível fazer cessar o efeito negativo, os Estados-Membros devem assegurar que as empresas minimizam *a extensão desse* efeito.

3. As empresas devem tomar as seguintes medidas, se for caso disso:

(a) *Neutralizar o* efeito negativo ou minimizar *a sua extensão*, nomeadamente através do pagamento de indemnizações às *pessoas afetadas* e de compensações financeiras às comunidades afetadas. A ação deve ser proporcional à gravidade e à extensão do efeito negativo e à contribuição do comportamento da empresa para o efeito negativo;

Alteração

Artigo 8.º

Atenuar e fazer cessar os efeitos negativos reais

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas tomam as medidas adequadas para *atenuar e* fazer cessar os efeitos negativos reais *que ocorrem nas suas próprias atividades e nas suas cadeias de valor e* que tenham sido ou devessem ter sido identificados nos termos do artigo 6.º, *segundo uma abordagem baseada no risco e* de acordo com os n.ºs 2 a 6 do presente artigo.

2. Se não for possível fazer cessar o efeito negativo, os Estados-Membros devem assegurar que as empresas minimizam *esse* efeito, *tanto quanto possível*.

3. As empresas devem tomar as seguintes medidas, se for caso disso:

(a) *Tomar medidas adequadas para reparar integralmente ou contribuir para a reparação integral do* efeito negativo ou *para o* minimizar *tanto quanto possível através das medidas corretivas adequadas*, nomeadamente através do pagamento de indemnizações e de compensações financeiras às *pessoas, grupos de pessoas ou* comunidades afetadas *e da plena compensação financeira pelos danos ao ambiente ou aos sistemas de Estado de direito e de boa governação. Em caso de pagamento de indemnizações por danos ou de compensações financeiras pelos efeitos negativos resultantes da conduta dos seus parceiros empresariais, as empresas devem dispor de garantias legais para obterem uma compensação por parte desses parceiros*. A ação deve ser proporcional à gravidade e à extensão do efeito negativo e à contribuição do comportamento da empresa para o efeito

negativo. *A reparação inclui uma série de formas substanciais cujo objetivo será neutralizar ou reparar qualquer dano aos direitos humanos, ao ambiente, bem como ao Estado de direito e à boa governação. Refere-se a qualquer dano ou prejuízo que uma empresa tenha causado ou para o qual tenha contribuído através de atos ou omissões; inclui os pedidos de desculpa, a restituição, a reabilitação, a compensação financeira ou não financeira, a restauração do ambiente e as sanções, bem como a prevenção de danos através, por exemplo, de injunções ou garantias de não repetição;*

(a-A) No caso dos povos indígenas, as ações de reparação devem seguir as normas internacionais, reconhecidas pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e incluir ações que visem obter a restituição das suas terras, territórios e recursos;

(b) Sempre que necessário, devido ao facto de não ser possível fazer cessar de imediato o efeito negativo, conceber e aplicar um plano de medidas corretivas com prazos de ação razoáveis e claramente definidos e indicadores qualitativos e quantitativos para aferir as melhorias. *Se for caso disso*, o plano de medidas corretivas deve ser elaborado *em consulta com as partes interessadas*;

(b) Sempre que necessário, devido ao facto de não ser possível fazer cessar de imediato o efeito negativo, conceber e aplicar um plano de medidas corretivas com prazos de ação razoáveis e claramente definidos e indicadores qualitativos e quantitativos para aferir as melhorias; O plano de medidas corretivas deve ser elaborado *com o envolvimento significativo das partes interessadas, e disponibilizado ao público*; *A ação deve ser proporcional à gravidade e à extensão do efeito negativo e à contribuição do comportamento da empresa para o efeito negativo;*

(b-A) As medidas adequadas aplicam-se, se for caso disso, às próprias operações da empresa, às suas filiais, bem como às suas relações empresariais diretas e indiretas;

(b-B) Adaptar os processos, as operações e os projetos;

(b-C) Se necessário, cessar processos, operações e projetos;

(c) *Procurar* obter garantias

(c) Obter garantias contratuais dos

contratuais dos parceiros diretos com os quais tenham uma relação empresarial **estabelecida** de que se comprometem a assegurar o cumprimento do código de conduta e, se necessário, do plano de medidas corretivas, nomeadamente **procurando obter** garantias contratuais correspondentes junto dos seus parceiros, na medida em que façam parte da cadeia de valor (contratação em cascata). Quando essas garantias contratuais forem obtidas, aplica-se o n.º 5;

(d) Realizar os investimentos necessários, nomeadamente em processos **e infraestruturas** de gestão ou produção, para cumprir o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3;

(e) Prestar um apoio específico e proporcionado a uma PME com a qual a empresa tenha uma relação empresarial **estabelecida**, em que o cumprimento do código de conduta ou do plano de medidas

parceiros diretos com os quais tenham uma relação empresarial de que se comprometem a:

i) respeitar os direitos humanos, os direitos dos trabalhadores, o ambiente e o Estado de direito e a boa governação e aplicar o plano de prevenção;

ii) assegurar o cumprimento do código de conduta e, se necessário, do plano de medidas corretivas; e

iii) informar os trabalhadores e as outras partes interessadas dos mecanismos de reclamação estabelecidos pela empresa ou nas quais a empresa participa, nos termos do artigo 9.º, nomeadamente obtendo garantias contratuais correspondentes junto dos seus parceiros, na medida em que façam parte da cadeia de valor (contratação em cascata); quando essas garantias contratuais forem obtidas, aplica-se o n.º 5;

(d) Realizar os investimentos necessários, nomeadamente em processos de gestão ou produção **e em infraestruturas, na rastreabilidade dos produtos, bem como no reforço de capacidades, em planos conjuntos de reparação e atenuação com os parceiros da cadeia de valor**, para cumprir o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3;

(d-A) Adaptar os modelos de negócio e estratégias;

(e) Prestar um apoio específico e proporcionado a uma PME com a qual a empresa tenha uma relação empresarial, em que o cumprimento do código de conduta ou do plano de medidas corretivas

corretivas comprometeria a viabilidade da PME;

(f) Em conformidade com o direito da União, incluindo o direito da concorrência, colaborar com outras entidades, nomeadamente, *se for caso disso*, a fim de reforçar a capacidade da empresa para fazer cessar o efeito negativo, em especial se nenhuma outra ação for adequada ou eficaz.

4. No que diz respeito aos efeitos negativos reais que as medidas previstas no n.º 3 não consigam fazer cessar ou atenuar adequadamente, a empresa pode procurar celebrar um contrato com um parceiro com o qual tenha uma relação indireta, com vista a assegurar o cumprimento do código de conduta ou de um plano de medidas corretivas da empresa. Quando esse contrato for celebrado, aplica-se o n.º 5.

5. As garantias contratuais ou o contrato são acompanhados de medidas adequadas para verificar o cumprimento. Para efeitos de verificação do cumprimento, a empresa pode recorrer a iniciativas setoriais adequadas ou à verificação independente por terceiros.

Sempre que sejam obtidas garantias contratuais ou seja celebrado um contrato com uma PME, as condições utilizadas devem ser justas, razoáveis e não discriminatórias. Sempre que sejam tomadas medidas para verificar o cumprimento das PME, a empresa deve suportar os custos *da verificação*

comprometeria a viabilidade da PME;

(f) Em conformidade com o direito da União, incluindo o direito da concorrência, colaborar com outras entidades, nomeadamente a fim de reforçar a capacidade da empresa para fazer cessar o efeito negativo, em especial se nenhuma outra ação for adequada ou eficaz;

(f-A) As empresas que detêm ações devem exercer os seus direitos de voto com vista a prevenir efeitos negativos nos direitos humanos, no ambiente e no Estado de direito e na boa governação.

4. No que diz respeito aos efeitos negativos reais que as medidas previstas no n.º 3 não consigam fazer cessar ou atenuar adequadamente, a empresa pode procurar celebrar um contrato com um parceiro com o qual tenha uma relação indireta, com vista a assegurar o cumprimento do código de conduta ou de um plano de medidas corretivas da empresa. Quando esse contrato for celebrado, aplica-se o n.º 5.

5. As garantias contratuais ou o contrato são acompanhados de medidas adequadas para verificar o cumprimento. Para efeitos de verificação do cumprimento, a empresa pode recorrer a iniciativas setoriais adequadas ou à verificação independente por terceiros. ***A verificação da conformidade através de iniciativas setoriais ou a verificação independente por terceiros não dispensa a empresa do cumprimento das suas obrigações e da sua responsabilidade ao abrigo da presente diretiva.***

Sempre que sejam obtidas garantias contratuais ou seja celebrado um contrato com uma PME, as condições utilizadas devem ser justas, razoáveis e não discriminatórias. Sempre que sejam tomadas medidas para verificar o cumprimento das PME, a empresa deve suportar os custos *correspondentes*.

independente por terceiros.

6. No que diz respeito aos efeitos negativos reais, na aceção do n.º 1, que não seja possível fazer cessar ou minimizar com as medidas previstas nos n.ºs 3, 4 e 5, a empresa é obrigada a abster-se de estabelecer relações novas ou de alargar as relações existentes com o parceiro relacionadas com a cadeia de valor ou em cuja cadeia de valor se verificou o efeito e deve, ***sempre que a lei que rege as suas relações o permita***, tomar as seguintes medidas:

- (a) Suspender temporariamente as relações comerciais com o parceiro em questão, prosseguindo simultaneamente os esforços para fazer cessar ou minimizar a extensão do efeito negativo ou
- (b) Pôr termo à relação empresarial no que diz respeito às atividades em causa se o efeito negativo for considerado grave.

Os Estados-Membros devem prever a possibilidade de pôr termo à relação empresarial em contratos regidos pela sua legislação.

7. Em derrogação do n.º 6, alínea b), quando as empresas a que se refere o artigo 3.º, alínea a), subalínea iv), concedem créditos, empréstimos ou outros serviços financeiros, não são obrigadas a rescindir o contrato de crédito, empréstimo ou outro contrato de serviços financeiros quando for razoável esperar que tal cause um prejuízo substancial à entidade a quem o serviço é prestado.

6. No que diz respeito aos efeitos negativos reais, na aceção do n.º 1, que não seja possível fazer cessar ou minimizar com as medidas previstas nos n.ºs 3, 4 e 5, a empresa é obrigada a abster-se de estabelecer relações novas ou de alargar as relações existentes com o parceiro relacionadas com a cadeia de valor ou em cuja cadeia de valor se verificou o efeito e deve tomar as seguintes medidas:

- (a) Suspender temporariamente as relações comerciais com o parceiro em questão, prosseguindo simultaneamente os esforços para fazer cessar ou minimizar a extensão do efeito negativo ou
- (b) Pôr termo à relação empresarial no que diz respeito às atividades em causa se o efeito negativo for considerado grave ***ou se for recorrente***.

Os Estados-Membros devem prever a possibilidade de ***suspender ou*** pôr termo à relação empresarial em contratos regidos pela sua legislação.

As empresas devem envolver de forma atempada, eficiente e significativa as partes interessadas afetadas pela decisão de suspender ou pôr termo à relação empresarial antes de tomarem essa decisão, devendo abordar os efeitos negativos derivados dessas ações.

7. Em derrogação do n.º 6, alínea b), quando as empresas a que se refere o artigo 3.º, alínea a), subalínea iv), concedem créditos, empréstimos, ***cobertos por um seguro obrigatório***, ou outros serviços financeiros, não são obrigadas a rescindir o contrato de crédito, empréstimo ou outro contrato de serviços financeiros quando for razoável esperar que tal cause um prejuízo substancial à entidade a quem o serviço é prestado.

Alteração 89

Proposta de diretiva Artigo 8-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

Artigo 8.º-A

Desvinculação responsável

- 1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas se desvinculem de forma responsável, e apenas em último recurso, ao responderem a situações em que os efeitos negativos potenciais na aceção dos artigos 7.º, n.º 1, e 8.º, n.º 1, não possam ser evitados, cessados ou efetivamente atenuados ou significativamente minimizados, de acordo com os pontos de vista das partes interessadas afetadas, em particular os trabalhadores, ou outras partes interessadas com um interesse legítimo. Para o efeito, as empresas devem cooperar significativamente com as partes interessadas, em conformidade com o artigo 9.º-A, antes de tomarem uma decisão.***
- 2. As empresas devem divulgar, como parte da sua obrigação de comunicação de informações referida no artigo 11.º, o número de casos em que decidiram desvincular-se, a razão dessa desvinculação e a localização das relações empresariais em causa, sem revelar a sua identidade.***

Alteração 90

Proposta de diretiva Artigo 9

Texto da Comissão

Alteração

Artigo 9.º

Artigo 9.º

Procedimento de reclamação

Mecanismos de reclamação extrajudiciais

- 1. Os Estados-Membros devem***

- 1. Os Estados-Membros devem***

assegurar que as empresas ***preveem a possibilidade de as*** pessoas e organizações enumeradas no n.º 2 ***lhes apresentarem*** reclamações sempre que tenham preocupações legítimas quanto aos efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos e no ambiente no que diz respeito às ***suas*** próprias operações, às operações das suas filiais e às suas cadeias de valor.

assegurar que as empresas ***estabelecem ou participam em mecanismos de reclamação eficazes a nível operacional, que funcionem como sistemas de alerta rápido de riscos e também como sistemas de remediação, os quais poderão ser utilizados pelas*** pessoas e organizações enumeradas no n.º 2, ***a fim de apresentarem*** reclamações ***e solicitarem medidas de reparação*** sempre que tenham preocupações legítimas quanto aos efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos e no ambiente, ***bem como no Estado de direito e na boa governação,*** no que diz respeito às próprias operações ***das empresas,*** às operações das suas filiais e às suas cadeias de valor.

Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas possam facultar esses mecanismos através de acordos colaborativos com outras empresas ou organizações, participando em mecanismos multilaterais de reclamação ou aderindo a um acordo-quadro global.

Os Estados-Membros devem assegurar que os mecanismos de reclamação são públicos, acessíveis a nível local, previsíveis, seguros, equitativos, adequados ao contexto, transparentes, compatíveis com os direitos e adaptáveis, tal como estabelecido nos critérios de eficácia relativos aos mecanismos extrajudiciais de reclamação previstos no princípio 31 dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e na Observação Geral n.º 16 do Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas. Esses mecanismos devem prever a possibilidade de manifestar preocupações de forma anónima ou confidencial, conforme adequado, nos termos do direito nacional. Devem prestar especial atenção à proteção contra as represálias e, nomeadamente, à garantia de que estes procedimentos sejam plenamente acessíveis aos povos indígenas.

Os Estados-Membros devem assegurar que os titulares de direitos efetiva ou potencialmente afetados e outras partes interessadas participem na conceção e avaliação de tais mecanismos de reclamação e na apresentação de medidas corretivas.

Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas fornecem aos titulares de direitos e outras partes interessadas efetiva ou potencialmente afetados informações sobre tais mecanismos de reclamação, incluindo sobre o acesso aos mesmos, as decisões e medidas corretivas relacionadas com determinada empresa e a forma como essa empresa as está a implementar. Todas as informações devem ser publicadas de forma a não comprometer a segurança das partes interessadas, nomeadamente não divulgando a sua identidade.

Os mecanismos de reclamação devem envolver o direito de apresentar soluções à empresa sobre a forma como os efeitos negativos, potenciais ou reais, podem ser tratados.

2. Os Estados-Membros devem assegurar que as reclamações possam ser apresentadas por:

(a) Pessoas afetadas ou que tenham motivos razoáveis para acreditar que podem ser afetadas por um efeito negativo;

(b) Sindicatos e outros representantes dos trabalhadores ***que representem pessoas que trabalham na cadeia de valor em causa;***

(c) Organizações da sociedade civil ***ativas nos domínios relacionados com a cadeia de valor em causa.***

2. Os Estados-Membros devem assegurar que as reclamações possam ser apresentadas por:

(a) Pessoas, ***grupos de pessoas, comunidades ou entidades*** afetadas ou que tenham motivos razoáveis para acreditar que podem ser afetadas por um efeito negativo;

(b) Sindicatos e outros representantes dos trabalhadores;

(c) Organizações da sociedade civil, ***defensores dos direitos humanos, do ambiente, do Estado de direito e da boa governação, bem como vítimas e testemunhas de corrupção;***

(c-A) Outras pessoas que tenham um interesse suficiente ou que invoquem a

3. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas estabelecem um procedimento para o tratamento das reclamações a que se refere o n.º 1, incluindo um procedimento em que a empresa considera a reclamação infundada, e informam os trabalhadores e os sindicatos *pertinentes* desses procedimentos. Os Estados-Membros devem assegurar que, caso o fundamento da reclamação seja julgado procedente, se considere que o efeito negativo objeto da reclamação foi identificado na aceção do artigo 6.º.

4. Os Estados-Membros devem assegurar que os autores das reclamações têm direito a:

(a) *Solicitar* um acompanhamento adequado da reclamação por parte *da empresa à* qual tenham apresentado uma reclamação nos termos do n.º 1, *e*

violação de um direito.

(c-B) Parceiros empresariais que não possam cumprir os requisitos das garantias contratuais a que se referem o artigo 7.º, n.º 2, alínea b), e o artigo 8.º, n.º 3, alínea c), devido a práticas de desleais em matéria de aquisição dos seus compradores.

3. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas estabelecem um procedimento para o tratamento das reclamações a que se refere o n.º 1, incluindo um procedimento em que a empresa considera a reclamação infundada, e informam *todas as partes interessadas pertinentes, incluindo* os trabalhadores e os sindicatos, desses procedimentos. Os Estados-Membros devem assegurar que, caso o fundamento da reclamação seja julgado procedente, se considere que o efeito negativo objeto da reclamação foi identificado na aceção do artigo 6.º. *A empresa deve divulgar ao público informações sobre a forma como as reclamações são tidas em conta na identificação e resposta a riscos ou violações, incluindo, nomeadamente, estatísticas sobre as reclamações recebidas, os tipos de efeitos negativos referidos, o seu tratamento pelas empresas e a publicação de casos processados e anonimizados.*

4. Os Estados-Membros devem assegurar que os autores das reclamações *e seus representantes* têm direito a:

(a) *Receber* um acompanhamento *atempado, transparente, eficaz e* adequado *por escrito* da reclamação por parte *do mecanismo de reclamação* ao qual tenham apresentado uma reclamação nos termos do n.º 1, *que forneça uma explicação fundamentada e acessível quanto ao facto de a reclamação ter ou não sido considerada fundamentada;*

(a-A) Receber garantias de não retaliação, confidencialidade e anonimato para todas as partes interessadas efetiva e

(b) **Reunir-se** com os representantes da empresa a um nível adequado para debater os efeitos negativos **graves** potenciais ou reais que são objeto da reclamação.

potencialmente afetadas;

(a-B) Receber informações atempadas e eficazes sobre as medidas e ações tomadas no contexto de uma reclamação específica apresentada através do mecanismo de reclamação independente;

(b) **Interagir** com os **mecanismos de reclamação** e os representantes da empresa a um nível adequado para debater os efeitos negativos potenciais ou reais que são objeto da reclamação, **incluindo garantias de não retaliação, confidencialidade e anonimato sempre que tal seja solicitado e propor uma solução adequada;**

(b-A) Solicitar que as empresas procedam à reparação integral ou contribuam para a reparação integral dos efeitos negativos reais. A reparação deve ser proporcional à gravidade e à extensão do efeito negativo;

(b-B) Receber, por escrito, na sequência de um pedido legítimo de reparação, uma resposta atempada e fundamentada da empresa em questão.

4-A. Os Estados-Membros devem assegurar que o recurso a um mecanismo de reclamação não impede que os autores das reclamações tenham acesso ao procedimento de preocupações fundamentadas referido no artigo 19.º, à responsabilidade civil referida no artigo 22.º, ou a qualquer outro mecanismo judicial ou mecanismo de reclamação extrajudicial. Os Estados-Membros devem igualmente assegurar que o direito de recorrer aos órgãos judiciais e aos tribunais não está condicionado à utilização prévia do mecanismo de reclamação. Os Estados-Membros devem assegurar que quaisquer esforços de reparação extrajudicial são paralelos ao incentivo à negociação coletiva e ao reconhecimento dos sindicatos e não devem, de forma alguma, prejudicar o papel dos sindicatos legítimos na resolução de litígios relacionados com o

trabalho.

Alteração 91

Proposta de diretiva

Artigo 10 – parágrafo 1

Texto da Comissão

Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas realizam avaliações periódicas das suas próprias operações e das medidas, das das suas filiais e, ***quando associadas às*** cadeias de valor da empresa, das das suas relações empresariais ***estabelecidas***, a fim de avaliar a eficácia da identificação, prevenção, atenuação, cessação e minimização da extensão dos efeitos negativos nos direitos humanos ***e*** no ambiente. Essas avaliações baseiam-se, ***se for caso disso***, em indicadores qualitativos e quantitativos e são realizadas, pelo menos, de 12 em 12 meses e sempre que existam motivos razoáveis para acreditar que podem surgir novos riscos significativos de ocorrência desses efeitos negativos. A política em matéria de dever de diligência ***é atualizada*** em conformidade com o resultado dessas avaliações.

Alteração

Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas realizam avaliações periódicas das suas próprias operações e das medidas, das das suas filiais e ***das das*** cadeias de valor da empresa, ***bem como*** das das suas relações empresariais, a fim de avaliar a eficácia da identificação, prevenção, atenuação, cessação e minimização da extensão dos efeitos negativos nos direitos humanos, ***nos direitos laborais***, no ambiente, ***no Estado de direito e na boa governação***. Essas avaliações baseiam-se em indicadores qualitativos e quantitativos e são realizadas ***com o envolvimento significativo das partes interessadas. Têm lugar***, pelo menos, de 12 em 12 meses e sempre que existam motivos razoáveis para acreditar que podem surgir novos riscos significativos de ocorrência desses efeitos negativos. A política em matéria de dever de diligência, ***o plano de prevenção e o plano de medidas corretivas são atualizados e as operações e medidas são modificadas*** em conformidade com o resultado dessas avaliações.

Alteração 92

Proposta de diretiva

Artigo 11

Texto da Comissão

Artigo 11.º

Comunicação

Alteração

Artigo 11.º

Requisitos de comunicação de informações

Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas que não estão sujeitas aos requisitos de comunicação de informações nos termos dos artigos 19.º-A e 29.º-A da Diretiva 2013/34/UE comunicam as questões abrangidas pela presente diretiva, publicando no seu sítio Web uma declaração anual numa língua de uso corrente na esfera empresarial internacional. A declaração deve ser publicada até 30 de abril de cada ano, abrangendo o ano civil anterior.

Não obstante os requisitos de comunicação de informações nos termos dos artigos 19.º-A e 29.º-A da Diretiva 2013/34/UE, os Estados-Membros devem assegurar que as empresas comunicam as questões abrangidas pela presente diretiva em conformidade com o artigo 4.º, publicando no seu sítio Web, de forma acessível e atempada, as suas políticas em matéria de dever de diligência, planos de ação de prevenção, plano de medidas corretivas, procedimentos para tratar essas reclamações, relatórios sobre o resultado das avaliações, bem como outras informações relevantes.

Em especial, os Estados-Membros devem assegurar que as empresas informem sobre:

(a) Os efeitos negativos, reais e potenciais, nos direitos humanos, nos direitos laborais, no ambiente, no Estado de direito e na boa governação e as medidas tomadas em conformidade com o artigo 4.º no que se refere a operações, projetos e investimentos específicos, bem como os das suas cadeias de valor, de uma forma acessível e sensível do ponto de vista cultural, que tenha em conta as especificidades do grupo de partes interessadas, incluindo o género. Deve ser fornecido um levantamento detalhado das cadeias de valor da empresa, incluindo nomes, locais, produtos e serviços;

(b) Medidas aplicadas para ter em conta os pontos de vista e interesses das partes interessadas ao longo do processo de dever de diligência;

(c) Medidas aplicadas no âmbito das suas estratégias de coinvestimento para reforçar a capacidade dos parceiros empresariais mais fracos para exercer o dever de diligência;

(d) Informações sobre o número de casos em que as empresas decidiram desvincular-se, a razão desta desvinculação e a localização dos fornecedores em causa, sem revelar a sua

identidade, exceto quando as empresas considerem aceitável fazê-lo em conformidade com a legislação aplicável;

(e) O resultado das avaliações, incluindo cópias das auditorias de verificação de terceiros, e informação às partes interessadas em conformidade com o artigo 11.º-A.

Cabe aos Estados-Membros assegurar que as empresas publicam e atualizam as suas políticas em matéria de dever de diligência de imediato, logo que identifiquem quaisquer novos efeitos negativos, potenciais e reais, e pelo menos anualmente.

A Comissão adota atos delegados em conformidade com o artigo 28.º no que diz respeito ao conteúdo e aos critérios para a comunicação de informações nos termos do n.º 1, especificando as informações sobre a descrição do dever de diligência, os efeitos negativos potenciais e reais e as medidas tomadas para corrigir esses efeitos.

A Comissão adota atos delegados em conformidade com o artigo 28.º no que diz respeito ao conteúdo e aos critérios para a comunicação de informações nos termos do n.º 1, especificando as informações sobre a descrição do dever de diligência, *a sua conceção e metodologia*, os efeitos negativos potenciais e reais e as medidas tomadas para corrigir esses efeitos, *bem como informações conexas, a fim de apoiar as empresas, as suas filiais e os parceiros empresariais que operem em países em desenvolvimento a identificar, prevenir e abordar eficazmente os efeitos negativos, potenciais ou reais, nos direitos humanos, nos direitos laborais, no ambiente e nos sistemas de Estado de direito e de boa governação.*

A Comissão adota igualmente atos delegados que estabelecem a forma de integrar esta comunicação de informações no Ponto de Acesso Único Europeu, a fim de reduzir os encargos para as empresas e as autoridades competentes.

Alteração 93

Proposta de diretiva Artigo 11-A (novo)

Artigo 11.º-A

Envolvimento das partes interessadas

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas colaborem de boa-fé, de forma eficaz, segura e significativa com as partes interessadas no cumprimento das suas obrigações nos termos dos artigos 4.º a 11.º. As empresas devem ser obrigadas a assegurar:

(a) Que todas as partes interessadas são envolvidas regularmente e durante todo o processo de dever de diligência, conforme previsto nos artigos 4.º a 11.º;

(b) Modos de envolvimento eficazes e adequados em função da sua dimensão e da natureza e do contexto das suas operações e das partes interessadas, incluindo: prazos adequados para as atividades de envolvimento; a identificação e remoção de potenciais obstáculos à participação; a proteção adequada das partes interessadas contra o risco de represálias, antes, durante e depois do envolvimento; a salvaguarda do anonimato e da confidencialidade e a procura e priorização proativa do envolvimento das partes interessadas mais afetadas e vulneráveis, bem como a garantia de uma abordagem que responda às questões de género e que seja adaptada às crianças;

(c) Informações regulares e significativas sobre os efeitos negativos, potenciais ou reais, das suas ações, de uma forma atempada, acessível e sensível do ponto de vista cultural, tendo em conta as especificidades do grupo de partes interessadas; e

(d) Que comunicam quaisquer alterações significativas nas operações, nas atividades ou no contexto operacional de forma proativa e fornecem relatórios complementares e intercalares.

2. As consultas dos povos indígenas devem ser realizadas em conformidade com as normas internacionais em matéria de direitos humanos, como as estabelecidas na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, incluindo o respeito dos seus direitos ao consentimento livre, prévio e informado e dos seus direitos sobre as suas terras, territórios e recursos.

3. As empresas devem avaliar e responder atempadamente ao pedido de envolvimento e ao pedido das partes interessadas de informações adicionais sobre as medidas tomadas pelas empresas de acordo com o artigo 4.º. Estas informações devem ser fornecidas atempadamente, por escrito, e devem ser adequadas e compreensíveis.

Se a empresa recusar um pedido de informação, deve fornecer uma justificação adequada e pormenorizada, por escrito, e dentro de um prazo razoável. No caso de a empresa não fornecer justificação suficiente, ignorar o pedido, ou se recusar a divulgar informações, os Estados-Membros devem assegurar que as autoridades competentes estejam habilitadas a ordenar a divulgação das informações.

4. Além disso, a empresa deve informar as partes interessadas sobre a sua política em matéria de dever de diligência e a respetiva implementação, devendo as partes interessadas poder contribuir para essa política.

5. Nos casos em que o envolvimento significativo das partes interessadas não seja viável para a empresa ou não seja seguro para as partes interessadas, devem ser consideradas outras alternativas razoáveis e credíveis.

Alteração 94

Proposta de diretiva
Artigo 13 – n.º 1

Texto da Comissão

A fim de prestar apoio às empresas ou às autoridades dos Estados-Membros sobre a forma como as empresas devem cumprir as suas obrigações em matéria de dever de diligência, a Comissão, em consulta com os Estados-Membros e as partes interessadas, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a Agência Europeia do Ambiente e, se for caso disso, organismos internacionais com conhecimentos especializados em matéria de dever de diligência, *pode* emitir orientações, *nomeadamente para* setores específicos *ou* efeitos negativos específicos.

Alteração

A fim de prestar apoio às empresas ou às autoridades dos Estados-Membros sobre a forma como as empresas devem cumprir as suas obrigações em matéria de dever de diligência, a Comissão, em consulta com os Estados-Membros e as partes interessadas, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a Agência Europeia do Ambiente, *a Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust), a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol), a Procuradoria Europeia, o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF)* e, se for caso disso, organismos internacionais com conhecimentos especializados em matéria de dever de diligência, *deve* emitir orientações *em relação:*

(a) A setores, contextos e domínios específicos e, em particular, a setores de atividade económica de alto risco, que conduzam a efeitos negativos graves. A Comissão elabora sem demora orientações sobre a forma como as empresas financeiras devem dar cumprimento à presente diretiva, nomeadamente no que respeita aos conceitos de cadeia de valor e abordagem baseada no risco;

(b) Aos efeitos nos sistemas de Estado de direito e de boa governação;

(c) Dever de diligência sensível à dimensão de género e à dimensão cultural;

(d)- A efeitos negativos específicos;

(e) À aplicação de um dever de diligência reforçado em zonas de conflito e de alto risco;

(f) Ao envolvimento eficaz e significativo das partes interessadas em todos os

processos de dever de diligência;

(g) Ao mapeamento das cadeias de valor das empresas e a um processo eficiente para acompanhar os comportamentos dos parceiros empresariais ao longo das cadeias de valor;

(h) Às medidas que as companhias devem tomar de modo a abordar os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores, incluindo o acesso a um rendimento de subsistência;

(i) À facilitação do acesso à justiça por parte das vítimas e das pessoas, grupos de pessoas e organizações com interesses legítimos;

(j) À prevenção e atenuação dos riscos de retaliação enfrentados pelas partes interessadas, incluindo os defensores dos direitos humanos, do ambiente, do Estado de direito e da boa governação devido ao seu envolvimento nos processos de dever de diligência;

(k) À retirada responsável de uma relação empresarial prejudicial ou de uma zona ou setor económico específicos; e

(l) À cooperação com as autoridades dos países parceiros, a fim de levar a cabo quaisquer ações de investigação.

O cumprimento das orientações pelas empresas é considerado um requisito prévio para satisfazer as exigências da presente diretiva a que as orientações se referem.

Alteração 95

Proposta de diretiva Artigo 14

Texto da Comissão

Artigo 14.º

Medidas de acompanhamento

Alteração

Artigo 14.º

Medidas de acompanhamento

1. Os Estados-Membros, a fim de prestar informações e apoio às empresas e aos parceiros com os quais tenham relações empresariais **estabelecidas** nas suas cadeias de valor, nos seus esforços para cumprir as obrigações decorrentes da presente diretiva, criam e operam sítios Web, plataformas ou portais específicos, individualmente ou em conjunto. Deve ser dada especial atenção, a este respeito, às PME presentes nas cadeias de valor das empresas.

2. Sem prejuízo das regras aplicáveis em matéria de auxílios estatais, os Estados-Membros podem apoiar financeiramente as PME.

3. A Comissão **pode complementar as medidas de apoio dos Estados-Membros com base nas atuais medidas da União para apoiar o dever de diligência na União e em países terceiros e pode conceber** novas medidas, **incluindo** a facilitação de iniciativas conjuntas das partes interessadas para ajudar as empresas a cumprir as suas obrigações.

-1. Os Estados-Membros devem fornecer informações e um apoio eficaz às partes interessadas potencial e efetivamente afetadas, incluindo sob a forma de sítios Web, plataformas ou portais específicos, aconselhamento jurídico e apoio administrativo no âmbito do exercício dos direitos que a presente diretiva lhes confere.

1. Os Estados-Membros, a fim de prestar informações e apoio às empresas e aos parceiros com os quais tenham relações empresariais nas suas cadeias de valor, nos seus esforços para cumprir as obrigações decorrentes da presente diretiva, criam e operam sítios Web, plataformas ou portais específicos, individualmente ou em conjunto. Deve ser dada especial atenção, a este respeito, às PME presentes nas cadeias de valor das empresas.

2. Sem prejuízo das regras aplicáveis em matéria de auxílios estatais, os Estados-Membros podem apoiar financeiramente as PME **para efeitos de cumprimento da presente diretiva. Os Estados-Membros podem prestar apoio financeiro às partes interessadas com o objetivo de aumentar a sua sensibilização e facilitar o acesso aos direitos que lhes são conferidos pela presente diretiva.**

3. A Comissão **e os Estados-Membros desenvolvem mecanismos de parceria e cooperação com países terceiros para combater as causas profundas das violações dos direitos humanos e dos danos causados ao ambiente, ao Estado de direito e à boa governação, e concebem** novas medidas. **Tal deve incluir** a facilitação de **parcerias de valor partilhado, bem como de** iniciativas conjuntas das partes interessadas para **reforçar a capacidade dos intervenientes económicos a montante a fim de** ajudar as empresas a cumprir as suas obrigações.

3-A. A Comissão presta apoio à recolha participativa e segura de dados

independentes sobre os efeitos negativos nos direitos humanos, no ambiente, no Estado de direito e na boa governação e empreende as ações necessárias para que esses dados sejam tidos em conta.

3-B. A Comissão, em especial nos países em desenvolvimento e em conformidade com o Regulamento (UE) 2021/947 do Parlamento Europeu e do Conselho^{1-A}, deve prever medidas, incluindo apoio financeiro, que visem:

(a) A sensibilização e capacitação das partes interessadas para garantir a sua participação ativa nos processos de dever de diligência;

(b) O acompanhamento da aplicação da presente diretiva e dos processos de dever de diligência;

(c) O apoio ao acesso à justiça para as vítimas e pessoas ou grupos de pessoas com interesses legítimos, incluindo a apresentação de preocupações fundamentadas nos termos do artigo 19.º às autoridades de supervisão;

(d) A contribuição para a convergência, a harmonização e a profissionalização dos sistemas de normas privadas, das métricas, dos sistemas de acompanhamento e avaliação, bem como dos formatos para a contabilidade e a apresentação de relatórios, de forma a garantir a obtenção de dados sobre o desempenho do dever de diligência que sejam credíveis, fiáveis, operáveis, comparáveis e tenham em conta as questões de género.

4. As empresas podem recorrer a regimes industriais e a iniciativas multilaterais para apoiar o cumprimento das suas obrigações referidas nos artigos 5.º a 11.º da presente diretiva, na medida em que tais regimes e iniciativas sejam adequados para apoiar o cumprimento dessas obrigações. A Comissão e os Estados-Membros podem facilitar a divulgação de informações sobre

4. As empresas podem recorrer a regimes industriais e a iniciativas multilaterais para apoiar o cumprimento das suas obrigações referidas nos artigos 5.º a 11.º da presente diretiva, na medida em que tais regimes e iniciativas sejam adequados para apoiar o cumprimento dessas obrigações. A Comissão e os Estados-Membros podem facilitar a divulgação de informações sobre

esses regimes ou iniciativas e sobre os seus resultados. A Comissão, em colaboração com os Estados-Membros, pode emitir orientações para avaliar a adequação dos regimes industriais e das iniciativas multilaterais.

esses regimes ou iniciativas e sobre os seus resultados. A Comissão, em colaboração com os Estados-Membros, pode emitir orientações para avaliar a adequação dos regimes industriais e das iniciativas multilaterais. ***Os critérios para a avaliação da adequação de um regime industrial devem prever a inclusão das perspetivas da sociedade civil nas auditorias e a orientação das normas e mecanismos de reclamação de acordo com os critérios de eficácia dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.***

O recurso a regimes industriais e iniciativas multilaterais não isenta a empresa da sua responsabilidade individual de exercer o seu dever de diligência, nem a impede de ser considerada responsável pelo incumprimento da presente diretiva.

1-A Regulamento (UE) 2021/947 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de junho de 2021, que cria o Instrumento de Vizinhaça, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global, e que altera e revoga a Decisão n.º 466/2014/UE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga o Regulamento (UE) 2017/1601 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (CE, Euratom) n.º 480/2009 do Conselho (JO L 209 de 14.6.2021, p. 1).

Alteração 96

Proposta de diretiva Artigo 15 – n.º 1

Texto da Comissão

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas ***a que se refere o artigo 2.º, n.º 1, alínea a), e o artigo 2.º,***

Alteração

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas, ***em consulta com os sindicatos, os representantes dos***

n.º 2, alínea a), adotam um plano com vista a assegurar que o seu modelo de negócio e a sua estratégia sejam **compatíveis** com a transição para uma economia sustentável e com a limitação do aquecimento global a 1,5 °C, em conformidade com o Acordo de Paris. Esse plano deve, **em especial, identificar, com base nas informações razoáveis à disposição da empresa, em que medida as alterações climáticas constituem um risco ou têm um efeito nas operações da empresa.**

trabalhadores e as partes interessadas, elaboram, adotam e executam eficazmente um plano com vista a assegurar que o seu modelo de negócio e a sua estratégia sejam **alinhados** com a transição para uma economia sustentável e com a limitação do aquecimento global a 1,5 °C, em conformidade com o Acordo de Paris **e o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050 estabelecido no Regulamento (UE) 2021/1119.** Esse plano deve:

(a) Ser baseado em provas e atualizado com regularidade de acordo com os melhores dados científicos disponíveis;

(b) Ter em conta toda a cadeia de valor e abranger as emissões de âmbito 1, 2 e 3;

(c) Definir metas absolutas de redução a curto e médio prazo para 2025 e 2030, revistas de cinco em cinco anos até 2050, explanando o seu alinhamento com um cenário climático de 1,5 °C sem superação ou com superação limitada, e se tais metas são baseadas em dados científicos, nos termos das últimas recomendações do PIAC e do Conselho Consultivo Científico Europeu sobre as Alterações Climáticas;

(d) Definir medidas de execução para cada âmbito e meta, associadas a uma explicação das alavancas de descarbonização identificadas;

(e) Definir planos financeiros e de investimento para alcançar as metas, e assumir um compromisso de execução dos mesmos.

Alteração 97

Proposta de diretiva Artigo 15 – n.º 2

Texto da Comissão

2. Os Estados-Membros devem assegurar que, caso as alterações

Alteração

Suprimido

climáticas sejam ou devessem ter sido identificadas como um risco principal ou um efeito principal das operações da empresa, a empresa inclui objetivos de redução das emissões no seu plano.

Alteração 98

Proposta de diretiva Artigo 15 – n.º 3

Texto da Comissão

Alteração

3. Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas têm devidamente em conta o cumprimento das obrigações a que se referem os n.os 1 e 2 ao fixarem a remuneração variável, se esta estiver associada ao contributo de um administrador para a estratégia empresarial da empresa, bem como para os interesses e a sustentabilidade a longo prazo.

Suprimido

Alteração 99

Proposta de diretiva Artigo 15 – n.º 3-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

3-A. Os Estados-Membros devem assegurar que os administradores são direta e pessoalmente responsáveis pela supervisão das obrigações estabelecidas no n.º 1.

Alteração 100

Proposta de diretiva Artigo 17 – n.º 7

Texto da Comissão

Alteração

7. A Comissão deve disponibilizar ao público, inclusive no seu sítio Web, a lista

7. A Comissão deve disponibilizar ao público, inclusive no seu sítio Web, a lista

das autoridades de supervisão. A Comissão deve atualizar regularmente a lista com base nas informações recebidas dos Estados-Membros.

das autoridades de supervisão *e, se for caso disso, as competências dessas autoridades*. A Comissão deve atualizar regularmente a lista com base nas informações recebidas dos Estados-Membros.

Alteração 101

Proposta de diretiva Artigo 17 – n.º 8-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

8-A. *Os Estados-Membros devem garantir que as autoridades de supervisão possuem as qualificações, os conhecimentos especializados e as competências em matéria de direitos humanos, direitos laborais, ambiente, Estado de direito e boa governação para desempenharem eficazmente as suas funções e exercerem os seus poderes.*

Alteração 102

Proposta de diretiva Artigo 17 – n.º 8-B (novo)

Texto da Comissão

Alteração

8-B. *Os Estados-Membros devem assegurar que as autoridades de supervisão publicam e disponibilizam um relatório anual detalhando as suas atividades passadas, o plano de trabalho futuro e as suas prioridades. Isto inclui a comunicação de informações relativas a investigações encerradas e os seus resultados, potenciais sanções e outras decisões relativas a investigações.*

Alteração 103

Proposta de diretiva

Artigo 18

Texto da Comissão

Artigo 18.º

Poderes das autoridades de supervisão

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as autoridades de supervisão dispõem dos poderes e recursos adequados para desempenhar as funções que lhes são conferidas pela presente diretiva, incluindo o poder de **solicitar** informações e realizar investigações relacionadas com o cumprimento das obrigações estabelecidas na presente diretiva.

2. Uma autoridade de supervisão pode dar início a uma investigação por sua própria iniciativa ou na sequência de preocupações fundamentadas que lhe tenham sido comunicadas nos termos do artigo 19.º, ***se considerar que dispõe de informações suficientes que indiciam um eventual incumprimento, por parte de uma empresa, das obrigações previstas nas disposições nacionais adotadas em conformidade com a presente diretiva.***

3. As inspeções devem ser realizadas de acordo com o previsto na legislação nacional do Estado-Membro onde a inspeção é efetuada e ***com*** aviso prévio à empresa, ***exceto se a notificação prévia prejudicar a eficácia da inspeção.*** Se, no âmbito da sua investigação, uma autoridade de supervisão pretender efetuar uma inspeção no território de um Estado-Membro que não o seu, deve solicitar a assistência da autoridade de supervisão desse Estado-Membro nos termos do artigo 21.º, n.º 2.

4. Se, em resultado das medidas tomadas nos termos dos n.ºs 1 e 2, uma autoridade de supervisão identificar um incumprimento das disposições nacionais

Alteração

Artigo 18.º

Poderes das autoridades de supervisão

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as autoridades de supervisão dispõem dos poderes e recursos adequados para desempenhar as funções que lhes são conferidas pela presente diretiva, incluindo o poder de ***exigir que as empresas forneçam todas as*** informações ***necessárias*** e realizar investigações, ***que podem incluir, se for caso disso, visitas no terreno*** relacionadas com o cumprimento das obrigações estabelecidas na presente diretiva.

2. Uma autoridade de supervisão pode dar início a uma investigação por sua própria iniciativa ou na sequência de preocupações fundamentadas que lhe tenham sido comunicadas nos termos do artigo 19.º.

3. As inspeções devem ser realizadas de acordo com o previsto na legislação nacional do Estado-Membro onde a inspeção é efetuada e ***sem*** aviso prévio à empresa. Se, no âmbito da sua investigação, uma autoridade de supervisão pretender efetuar uma inspeção no território de um Estado-Membro que não o seu, deve solicitar a assistência da autoridade de supervisão desse Estado-Membro nos termos do artigo 21.º, n.º 2.

4. Se, em resultado das medidas tomadas nos termos dos n.ºs 1 e 2, uma autoridade de supervisão identificar um incumprimento das disposições nacionais

adotadas em cumprimento da presente diretiva, deve conceder à empresa em causa um prazo adequado para adotar medidas corretivas, se tal for possível.

A adoção de medidas corretivas não impede a que se imponham sanções administrativas ou que se acione a responsabilidade civil em caso de danos, nos termos dos artigos 20.º e 22.º, respetivamente.

5. No exercício das suas funções, as autoridades de supervisão dispõem, pelo menos, dos seguintes poderes:

(a) Ordenar a cessação das infrações às disposições nacionais adotadas nos termos da presente diretiva, ordenar a proibição da repetição da conduta em causa e, ***se for caso disso***, ordenar medidas corretivas proporcionais à violação e necessárias para pôr termo à mesma;

(b) Impor sanções pecuniárias nos termos do artigo 20.º;

(c) Adotar medidas provisórias para evitar o risco de danos graves e irreparáveis.

6. Quando o sistema jurídico dos Estados-Membros não preveja sanções administrativas, ***pode aplicar-se*** o presente artigo e o artigo 20.º, de modo a que a sanção seja proposta pela autoridade de supervisão competente e imposta pelos tribunais nacionais competentes, garantindo ao mesmo tempo que estas medidas jurídicas são eficazes e têm um efeito equivalente às sanções administrativas impostas pelas autoridades de supervisão.

7. Os Estados-Membros devem assegurar que todas as pessoas coletivas ou singulares têm direito à ação judicial contra as decisões juridicamente vinculativas das autoridades de supervisão que lhes digam respeito.

adotadas em cumprimento da presente diretiva, deve conceder à empresa em causa um prazo adequado para adotar medidas corretivas, se tal for possível.

A adoção de medidas corretivas não impede a que se imponham sanções administrativas ou que se acione a responsabilidade civil, ***incluindo*** em caso de danos, ***ou*** nos termos dos artigos 20.º e 22.º, respetivamente.

5. No exercício das suas funções, as autoridades de supervisão dispõem, pelo menos, dos seguintes poderes:

(a) Ordenar a cessação das infrações às disposições nacionais adotadas nos termos da presente diretiva, ordenar a proibição da repetição da conduta em causa e, ***sempre que possível***, ordenar medidas corretivas proporcionais à violação e necessárias para pôr termo à mesma;

(b) Impor sanções pecuniárias ***efetivas, proporcionadas e dissuasivas*** nos termos do artigo 20.º;

(c) Adotar medidas provisórias para evitar o risco de danos graves e irreparáveis.

6. Quando o sistema jurídico dos Estados-Membros não preveja sanções administrativas, ***aplica-se*** o presente artigo e o artigo 20.º, de modo a que a sanção seja proposta pela autoridade de supervisão competente e imposta pelos tribunais nacionais competentes, garantindo ao mesmo tempo que estas medidas jurídicas são eficazes e têm um efeito equivalente às sanções administrativas impostas pelas autoridades de supervisão.

7. Os Estados-Membros devem assegurar que todas as pessoas coletivas ou singulares têm direito à ação judicial contra as decisões juridicamente vinculativas das autoridades de supervisão que lhes digam respeito.

7-A. Os Estados-Membros devem

assegurar que as decisões das autoridades de supervisão relativas ao cumprimento da presente diretiva por parte de uma empresa não prejudicam a responsabilidade civil da empresa nos termos do artigo 22.º.

Alteração 104

Proposta de diretiva Artigo 19 – n.º 1

Texto da Comissão

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as pessoas singulares e coletivas têm o direito de apresentar preocupações fundamentadas a qualquer autoridade de supervisão quando tiverem motivos para acreditar, com base em circunstâncias objetivas, que uma empresa não está a cumprir as disposições nacionais adotadas nos termos da presente diretiva («preocupações fundamentadas»).

Alteração

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as pessoas singulares e coletivas têm o direito de apresentar preocupações fundamentadas a qualquer autoridade de supervisão quando tiverem motivos para acreditar, com base em circunstâncias objetivas, que uma empresa não está a cumprir as disposições nacionais adotadas nos termos da presente diretiva («preocupações fundamentadas», *sem prejuízo de qualquer ação judicial que quaisquer pessoas singulares ou coletivas possam intentar nos termos do artigo 22.º.*

Alteração 105

Proposta de diretiva Artigo 19 – n.º 1-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

1-A. Os Estados-Membros devem assegurar que a identidade da pessoa singular ou coletiva que apresenta preocupações fundamentadas é protegida mediante pedido da mesma ou por iniciativa própria da autoridade de supervisão.

Alteração 106

Proposta de diretiva
Artigo 20

Texto da Comissão

Sanções

1. Os Estados-Membros devem estabelecer as regras relativas às sanções aplicáveis em caso de infrações às disposições nacionais adotadas nos termos da presente diretiva e tomar todas as medidas necessárias para garantir a sua aplicação. As sanções previstas devem ser efetivas, proporcionadas e dissuasivas.

2. Para decidir da imposição de sanções e, em caso afirmativo, para determinar a sua natureza e nível adequado, devem ser tidos em devida conta os esforços da empresa para cumprir quaisquer medidas corretivas que lhes sejam exigidas por uma autoridade de supervisão, quaisquer investimentos efetuados e qualquer apoio específico prestado nos termos dos artigos 7.º e 8.º, ***bem como*** a colaboração com outras entidades para corrigir os efeitos negativos nas suas cadeias de valor, consoante o caso.

Alteração

Sanções

1. Os Estados-Membros devem estabelecer as regras relativas às sanções aplicáveis em caso de infrações às disposições nacionais adotadas nos termos da presente diretiva e tomar todas as medidas necessárias para garantir a sua aplicação. As sanções previstas devem ser efetivas, proporcionadas e dissuasivas.

1-A. Os Estados-Membros devem prever, pelo menos, as seguintes medidas e sanções administrativas no seu direito nacional:

(a) Uma declaração pública que identifique a pessoa singular ou coletiva responsável, mormente os diretores da empresa, e a natureza da infração;

(b) A exclusão do direito a benefícios ou auxílios públicos;

(c) A exclusão temporária ou permanente de acesso ao financiamento público, incluindo concursos, subvenções e concessões; e

(d) A interdição temporária ou definitiva do exercício de atividades comerciais.

2. Para decidir da imposição de sanções e, em caso afirmativo, para determinar a sua natureza e nível adequado, devem ser tidos em devida conta:

3. Quando forem impostas sanções pecuniárias, estas devem **basear-se no** volume de negócios da empresa.

4. Os Estados-Membros devem assegurar a publicação de qualquer decisão das autoridades de supervisão que preveja sanções relacionadas com a violação do disposto na presente diretiva.

(a) Os esforços envidados pela empresa para dar cumprimento a quaisquer medidas corretivas que lhe sejam exigidas por uma autoridade de supervisão;

(b) Quaisquer investimentos realizados e qualquer apoio específico prestado nos termos dos artigos 7.º e 8.º;

(c) A colaboração com outras entidades para corrigir os efeitos negativos nas suas cadeias de valor, consoante o caso;

(d) *A gravidade e duração da infração cometida pela empresa, ou a gravidade dos efeitos ocorridos;*

(e) *Quaisquer violações cometidas anteriormente pela empresa;*

(f) *Os benefícios financeiros obtidos ou os prejuízos evitados pela empresa em virtude da infração cometida, se os dados em causa estiverem disponíveis;*

(g) *As sanções aplicadas em relação à mesma violação noutros Estados-Membros;*

(h) *A medida em que a empresa deu resposta às reclamações ou propostas apresentadas pelas partes interessadas pertinentes, incluindo através de mecanismos de reclamação, nos termos do artigo 9.º;*

(i) *Quaisquer outros fatores agravantes ou atenuantes aplicáveis às circunstâncias do caso concreto.*

3. Quando forem impostas sanções pecuniárias, estas devem **ser proporcionais ao** volume de negócios da empresa.

4. Os Estados-Membros devem assegurar a publicação **e disponibilização ao público, o mais tardar um mês após a aplicação da sanção**, de qualquer decisão das autoridades de supervisão que preveja sanções relacionadas com a violação do disposto na presente diretiva. **Tal deve incluir a metodologia e os critérios adotados para a aplicação de sanções.**

Alteração 107

Proposta de diretiva

Artigo 21 – n.º 1 – parágrafo 2-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

A rede deve criar uma base de dados pública de que constem todas as empresas abrangidas pela presente diretiva. Os Estados-Membros devem cooperar com as autoridades de supervisão a fim de identificar todas as empresas de países terceiros abrangidas pela presente diretiva.

A lista de empresas deve associar o nome de cada empresa à declaração publicada nos termos do artigo 11.º ou, em alternativa, indicar que essa empresa não publicou qualquer declaração.

A rede deve criar uma base de dados pública das zonas de alto risco. Cada entrada relativa a uma zona de alto risco deve conter uma descrição dos riscos específicos a que essa zona está sujeita, bem como a documentação pertinente sobre os mesmos.

Alteração 108

Proposta de diretiva

Artigo 22

Texto da Comissão

Alteração

Artigo 22.º

Artigo 22.º

Responsabilidade civil

Responsabilidade civil

-1. Os Estados-Membros devem garantir que as empresas são estritamente responsáveis pelos danos resultantes de qualquer efeito negativo gerado pelas operações, produtos ou serviços seus ou das suas filiais.

1. Os Estados-Membros devem

1. Os Estados-Membros devem

assegurar que as empresas são responsáveis por danos se:

- (a) Não tiverem cumprido as obrigações previstas ***nos artigos 7.º e 8.º***, e;
- (b) ***Esse incumprimento tiver dado origem a*** um efeito negativo que deveria ter sido identificado, prevenido, atenuado, cessado ou minimizado através das medidas adequadas previstas ***nos artigos 7.º e 8.º***, levando à ocorrência de danos.

2. Não obstante o disposto no n.º 1, os Estados-Membros devem assegurar que, ***se uma empresa tiver tomado as medidas referidas no artigo 7.º, n.º 2, alínea b), no artigo 7.º, n.º 4, ou no artigo 8.º, n.º 3, alínea c), e no artigo 8.º, n.º 5, não é responsável pelos danos causados por um efeito negativo resultante das atividades de um parceiro indireto com o qual tenha uma relação empresarial estabelecida, a menos que, tendo em conta as circunstâncias do caso, não seja razoável esperar que as medidas efetivamente tomadas, nomeadamente no que diz respeito à verificação do cumprimento, sejam adequadas para prevenir, atenuar, fazer cessar ou minimizar a extensão do efeito negativo.***

Para avaliar a existência e a extensão da responsabilidade nos termos deste número, devem ser tidos em devida conta os esforços da empresa, na medida em que estejam diretamente relacionados com os danos em questão, para cumprir

assegurar que as empresas são responsáveis por danos ***resultantes de qualquer efeito negativo gerado pelas operações, produtos ou serviços dos seus parceiros*** se:

- (a) Não tiverem cumprido as obrigações previstas ***na presente diretiva*** e;
- (b) ***Ocorrer*** um efeito negativo que deveria ter sido identificado, prevenido, atenuado, cessado ou minimizado através das medidas adequadas previstas ***na presente diretiva***, levando à ocorrência de danos.

1-A. Não obstante o disposto nos n.ºs -1 e 1, quando os danos resultem de efeitos negativos causados por relações empresariais dentro da cadeia de valor de uma empresa, os Estados-Membros devem assegurar que a empresa considerada é responsável, a menos que prove que agiu com a diligência devida e aplicou todas as medidas adequadas para assegurar que os danos não ocorressem.

2. Não obstante o disposto no n.º 1, os Estados-Membros devem assegurar que ***qualquer pessoa ou grupo de pessoas com um interesse legítimo tem o direito de obter das empresas a extensão total dos danos resultantes de qualquer efeito negativo. Os Estados-Membros devem garantir que as empresas beneficiem de garantias jurídicas para obterem uma indemnização por parte das suas filiais e dos parceiros com os quais tenham uma relação empresarial e que sejam responsáveis pelo efeito negativo.***

Suprimido

quaisquer medidas corretivas que lhes sejam exigidas por uma autoridade de supervisão, quaisquer investimentos efetuados e qualquer apoio específico prestado de acordo com o previsto nos artigos 7.º e 8.º, bem como qualquer colaboração com outras entidades para corrigir os efeitos negativos nas suas cadeias de valor.

2-A. Os Estados-Membros devem assegurar que os regimes de responsabilidade instituídos nos termos do presente artigo dão resposta aos obstáculos existentes no acesso à justiça e, em particular:

(a) Permitem ações coletivas;

(b) Permitem ações representativas de organizações que atuem em nome e em defesa dos interesses coletivos das vítimas;

(c) Asseguram que os custos dos processos baseados em disposições de direito nacional de transposição da presente diretiva não impedem os requerentes de terem acesso aos tribunais; e

(d) Estabelecem prazos de prescrição razoáveis e adequados para os requerentes ou grupos de requerentes levarem os casos à apreciação dos tribunais competentes.

2-B. Os Estados-Membros devem suspender os prazos de prescrição durante os procedimentos ligados a reclamações apresentadas através dos mecanismos de reclamação nos termos do artigo 9.º, a medidas tomadas pelas autoridades de supervisão em conformidade com o artigo 18.º, e a preocupações fundamentadas submetidas às autoridades de supervisão nos termos do artigo 19.º. A suspensão deve terminar no mínimo um ano após a decisão da autoridade de supervisão.

2-C. Caso os requerentes tenham fornecido provas suficientes e razoavelmente disponíveis para apoiar a sua ação, nos termos do n.º 1, os

3. A responsabilidade civil de uma empresa por danos decorrentes da presente disposição não prejudica a responsabilidade civil das suas filiais ou de quaisquer parceiros empresariais diretos e indiretos da cadeia de valor.

4. As regras em matéria de responsabilidade civil previstas na presente diretiva não prejudicam as regras da União ou as regras nacionais em matéria de responsabilidade civil relacionadas com os efeitos negativos nos direitos humanos **ou com os efeitos negativos** no ambiente que estabeleçam a responsabilidade em situações não abrangidas pela presente diretiva ou que estabeleçam uma responsabilidade mais estrita do que a estabelecida na presente diretiva.

5. Os Estados-Membros devem assegurar que a responsabilidade estabelecida nas disposições de direito nacional que transpõem o presente artigo é

Estados-Membros devem assegurar que os tribunais podem ordenar o réu e terceiros a fornecer quaisquer provas em sua posse, se requisitadas pelo requerente e em conformidade com o direito processual nacional, sujeito às regras nacionais e da União aplicáveis em matéria de confidencialidade e de proporcionalidade.

3. A responsabilidade civil de uma empresa por danos decorrentes da presente disposição não prejudica a responsabilidade civil **conjunta e múltipla** das suas filiais ou de quaisquer parceiros empresariais diretos e indiretos da cadeia de valor.

4. As regras em matéria de responsabilidade civil previstas na presente diretiva não prejudicam as regras da União ou as regras nacionais em matéria de responsabilidade civil relacionadas com os efeitos negativos nos direitos humanos **e nos direitos laborais**, no ambiente, **no Estado de direito ou na boa governação** que estabeleçam a responsabilidade em situações não abrangidas pela presente diretiva ou que estabeleçam uma responsabilidade mais estrita do que a estabelecida na presente diretiva.

4-A. Os Estados-Membros tomam as medidas necessárias, de acordo com os respetivos sistemas judiciais, para assegurar que, quando uma pessoa que se considere lesada por um incumprimento das responsabilidades de dever de diligência apresentar, perante um tribunal ou outro órgão competente, elementos de facto constitutivos da presunção de incumprimento direto ou indireto das responsabilidades de dever de diligência, incumba à parte demandada demonstrar que a ação da empresa era adequada nas circunstâncias do caso em apreço.

5. Os Estados-Membros devem assegurar que a responsabilidade estabelecida nas disposições de direito nacional que transpõem o presente artigo é

de aplicação imperativa nos casos em que a lei aplicável aos pedidos para o efeito não é a lei de um Estado-Membro.

de aplicação imperativa nos casos em que a lei aplicável aos pedidos para o efeito não é a lei de um Estado-Membro.

Alteração 109

Proposta de diretiva

Artigo 23

Texto da Comissão

Artigo 23.º

Denúncia de violações e proteção dos denunciantes

A Diretiva (UE) 2019/1937 aplica-se à denúncia de todas as violações da presente diretiva e à proteção das pessoas que as denunciam.

Alteração

Artigo 23.º

Denúncia de violações e proteção dos denunciantes

A Diretiva (UE) 2019/1937 aplica-se à denúncia de todas as violações da presente diretiva e à proteção das pessoas que as denunciam.

Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas se abstenham de retaliações contra quaisquer partes interessadas e seus representantes pelo exercício dos direitos que lhes são conferidos pela presente diretiva, devendo identificar, prevenir, atenuar e avaliar o risco de retaliação e represálias relacionado com as suas relações empresariais e cadeias de valor.

Os Estados-Membros devem assegurar que as empresas são responsáveis por quaisquer ações de retaliação que tenham desencadeado por conta própria ou de terceiros mandatados contra partes interessadas e seus representantes, incluindo denunciante e defensores dos direitos humanos, do ambiente, do Estado de direito e da boa governação.

Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para assegurar que todos os procedimentos de envolvimento das partes interessadas, e em particular os que são instauradas para expor reclamações ou preocupações, permitem a confidencialidade dessas preocupações, bem como o anonimato e a segurança e

integridade física e jurídica de todas as partes interessadas e requerentes, incluindo os defensores dos direitos humanos, dos direitos laborais e do ambiente, bem como do Estado de direito e da boa governação. Caso esses procedimentos digam respeito a denunciante, deverão estar em consonância com a Diretiva (UE) 2019/1937.

Alteração 110

Proposta de diretiva Artigo 25 – n.º 1

Texto da Comissão

1. Os Estados-Membros devem assegurar que, no cumprimento do seu dever de agir no interesse da empresa, os administradores das empresas a que se refere o artigo 2.º, n.º 1, têm em conta as consequências das suas decisões em matéria de sustentabilidade, incluindo, se for caso disso, as consequências em termos de direitos humanos, alterações climáticas e ambientais, inclusive a curto, médio e longo prazo.

Alteração

1. Os Estados-Membros devem assegurar que, no cumprimento do seu dever de agir no interesse da empresa, os administradores das empresas a que se refere o artigo 2.º, n.º 1, têm em conta as consequências das suas decisões em matéria de sustentabilidade, incluindo, se for caso disso, as consequências em termos de direitos humanos, alterações climáticas e ambientais, ***bem como os efeitos nos sistemas de Estado de direito e de boa governação dos países, regiões e territórios nos quais a empresa, as suas filiais ou os seus parceiros da cadeia de valor executam as suas operações,*** inclusive a curto, médio e longo prazo.

Alteração 111

Proposta de diretiva Artigo 26

Texto da Comissão

Artigo 26.º

Criação e supervisão do dever de diligência

1. Os Estados-Membros devem assegurar que os administradores das

Alteração

Artigo 26.º

Criação e supervisão do dever de diligência

1. Os Estados-Membros devem assegurar que os administradores das

empresas a que se refere o artigo 2.º, n.º 1, são responsáveis pela aplicação e supervisão das medidas relativas ao dever de diligência a que se refere o artigo 4.º, em especial a política em matéria de dever de diligência referida no artigo 5.º, tendo devidamente em conta os contributos pertinentes *das* partes interessadas e das organizações da sociedade civil. Os administradores devem informar o conselho de administração a esse respeito.

2. Os Estados-Membros devem assegurar que os administradores tomam medidas para adaptar a estratégia *da empresa a fim de ter* em conta os efeitos negativos reais e potenciais identificados nos termos do artigo 6.º e quaisquer medidas tomadas nos termos *dos artigos 7.º a 9.º*.

Alteração 112

Proposta de diretiva Anexo I – parte I – subtítulo 1

Texto da Comissão

Violações dos direitos e proibições

empresas a que se refere o artigo 2.º, n.º 1, são responsáveis pela aplicação e supervisão das medidas relativas ao dever de diligência a que se refere o artigo 4.º, em especial a política em matéria de dever de diligência referida no artigo 5.º *e a execução do plano a que se refere o artigo 15.º, com um envolvimento significativo obrigatório e* tendo devidamente em conta os contributos pertinentes *de todas as* partes interessadas e das organizações da sociedade civil, *incluindo os defensores dos direitos humanos*. Os administradores devem informar *regularmente* o conselho de administração a esse respeito, *devendo este, por um lado, debater os progressos e os desafios relacionados com a resposta a efeitos notórios em matéria de direitos humanos, direitos laborais, ambiente, Estado de direito e boa governação, e, por outro lado, rever o modelo de negócio da empresa e quaisquer propostas de alteração do mesmo*.

2. Os Estados-Membros devem assegurar que os administradores tomam medidas para adaptar *o modelo de negócio e a estratégia para fazer face aos riscos do dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade, e que têm* em conta os efeitos negativos reais e potenciais identificados nos termos do artigo 6.º e quaisquer medidas tomadas nos termos *da presente diretiva*.

2-A. A Comissão cria um grupo consultivo de peritos em matéria de dever de diligência para apoiar e aconselhar as entidades sobre a execução da presente diretiva e as melhores práticas.

Alteração

Violações dos direitos *humanos e laborais*

incluídas nos acordos internacionais em matéria de direitos humanos

e proibições incluídas nos acordos internacionais em matéria de direitos humanos **e laborais**

Alteração 113

Proposta de diretiva

Anexo I – Parte I – ponto 7

Texto da Comissão

7. Violação do direito de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, incluindo um salário equitativo, condições de trabalho dignas, seguras e higiénicas e limitação razoável do horário de trabalho, em conformidade com o artigo 7.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais;

Alteração

7. Violação do direito de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, incluindo um salário equitativo, condições de trabalho dignas, seguras e higiénicas e limitação razoável do horário de trabalho, em conformidade com o artigo 7.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais **e o artigo 23.º, n.º 3, e o artigo 25.º, n.º 1, da Declaração Universal dos Direitos do Homem;**

Justificação

Os artigos 23.º e 25.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem oferecem uma clarificação mais precisa dos elementos que constituem um nível de vida digno e condições de trabalho justas e favoráveis.

Alteração 114

Proposta de diretiva

Anexo I – parte I – ponto 18 – parágrafo 2

Texto da Comissão

nos termos do artigo 3.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, do artigo 5.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e do artigo 12.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais;

Alteração

nos termos do artigo 3.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, do artigo 5.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e do artigo 12.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais **e o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável;**

Alteração 115

Proposta de diretiva

Anexo I – Parte I – ponto 20

Texto da Comissão

20. Violação do direito dos povos indígenas às terras, territórios e recursos que possuem e ocupam tradicionalmente ou que tenham de outra forma utilizado ou adquirido, em conformidade com *o artigo 25.º, o artigo 26.º, n.os 1 e 2, o artigo 27.º e o artigo 29.º, n.º 2, da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;*

Alteração

20. Violação do direito dos povos indígenas às terras, territórios e recursos que possuem e ocupam tradicionalmente ou que tenham de outra forma utilizado ou adquirido, em conformidade com *a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;*

Alteração 116

Proposta de diretiva

Anexo I – parte I – ponto 20-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

20-A. Violação do direito dos povos indígenas de dar, modificar, reter ou retirar o seu consentimento livre, prévio e informado a intervenções, decisões e atividades suscetíveis de afetar as suas terras, territórios, recursos e direitos, de acordo com o artigo 10.º, o artigo 11.º, n.º 2, os artigos 19.º e 28.º, o artigo 29.º, n.º 2, e o artigo 32.º, n.º 2, da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e o artigo 6.º e o artigo 16.º, n.º 2, da Convenção n.º 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais;

Justificação

Deve ser incluída no anexo uma referência explícita ao consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas, em conformidade com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Convenção n.º 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Alteração 117

Proposta de diretiva
Anexo I – parte I – ponto 21-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

21-A. Nas zonas de conflito, as violações do direito internacional humanitário, tal como estabelecido, designadamente, nas Convenções de Genebra e nos Protocolos Adicionais.

Alteração 118

Proposta de diretiva
Anexo I – parte I – subtítulo 2

Texto da Comissão

Alteração

2. Convenções dos direitos humanos e das liberdades fundamentais

- A Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- O Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos;
- O Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais;
- A Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio;
- A Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes;
- A Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;
- A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres;
- A Convenção sobre os Direitos da Criança;
- A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;
- A Declaração das Nações Unidas

2. Convenções dos direitos humanos, ***dos direitos laborais*** e das liberdades fundamentais

- A Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- O Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos;
- O Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais;
- A Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio;
- A Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes;
- A Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;
- A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres;
- A Convenção sobre os Direitos da Criança;
- A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;
- A Declaração das Nações Unidas

sobre os Direitos dos Povos Indígenas;

- A Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas;

- Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças;

- A Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho;

- A Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da Organização Internacional do Trabalho;

- As convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho;

- Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical,

sobre os Direitos dos Povos Indígenas;

- ***A Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados;***

- A Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas;

- ***A Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres;***

- ***A Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais;***

- ***A Declaração das Nações Unidas sobre os Defensores de Direitos Humanos;***

- ***A Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável;***

- Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças;

- ***A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias;***

- A Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho;

- A Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da Organização Internacional do Trabalho;

- As convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho;

- Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical,

1948 (n.º 87)

- Convenção sobre a Aplicação dos Princípios do Direito de Organização e de Negociação Coletiva, 1949 (n.º 98)
- Convenção sobre o Trabalho Forçado, 1930 (n.º 29) e respetivo Protocolo de 2014
- Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, 1957 (n.º 105)
- Convenção sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego, 1973 (n.º 138)
- Convenção relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças, 1999 (n.º 182)
- Convenção relativa à Igualdade de Remuneração, 1951 (n.º 100)
- Convenção sobre a Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão, 1958 (n.º 111)

1948 (n.º 87)

- Convenção sobre a Aplicação dos Princípios do Direito de Organização e de Negociação Coletiva, 1949 (n.º 98)
 - Convenção sobre o Trabalho Forçado, 1930 (n.º 29) e respetivo Protocolo de 2014
 - Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, 1957 (n.º 105)
 - Convenção sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego, 1973 (n.º 138)
 - Convenção relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças, 1999 (n.º 182)
 - Convenção relativa à Igualdade de Remuneração, 1951 (n.º 100)
 - Convenção sobre a Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão, 1958 (n.º 111)
 - *A Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre os Trabalhadores Domésticos, de 2011 (n.º 189)*
 - *A Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre a Violência e o Assédio, de 2019 (n.º 190).*
- Os instrumentos de direito internacional humanitário – As quatro Convenções de Genebra de 1949:*
- *Convenção (I) para Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha*
 - *Convenção (II) para Melhorar a Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos das Forças Armadas no Mar*
 - *Convenção (III) relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra*
 - *Convenção de Genebra (IV) relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra*
 - *Protocolos Adicionais às*

Convenções de Genebra.

O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional

- *A Convenção Europeia dos Direitos Humanos*
- *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*
- *A Carta Social Europeia.*

Alteração 119

Proposta de diretiva
Anexo I – parte II – título

Texto da Comissão

VIOLAÇÕES DOS OBJETIVOS E
PROIBIÇÕES
INTERNACIONALMENTE
RECONHECIDOS INCLUÍDOS NAS
CONVENÇÕES AMBIENTAIS

Alteração

VIOLAÇÕES DOS OBJETIVOS E
PROIBIÇÕES **RECONHECIDOS A**
NÍVEL DA UNIÃO E
INTERNACIONAL, INCLUÍDOS NAS
CONVENÇÕES AMBIENTAIS **E NA**
LEGISLAÇÃO DA UNIÃO

Alteração 120

Proposta de diretiva
Anexo – parte II-A (nova)

Texto da Comissão

Alteração

VIOLAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES,
PROIBIÇÕES E NORMAS INCLUÍDAS
NAS CONVENÇÕES E DIRETRIZES
INTERNACIONAIS E REGIONAIS EM
MATÉRIA DE ESTADO DE DIREITO E
BOA GOVERNAÇÃO

1. VIOLAÇÕES DAS
OBRIGAÇÕES, PROIBIÇÕES E
NORMAS RECONHECIDAS A NÍVEL
INTERNACIONAL E REGIONAL

1. Violação da obrigação de cumprir
as regras da União sobre informações
financeiras divulgadas pelas empresas, tal

como estabelecido:

(a) No Regulamento (CE) n.º 1606/2002 para as empresas cotadas em bolsa;

(b) Na Diretiva 2013/34/UE para as empresas não cotadas em bolsa e as pequenas empresas.

2. Violação da obrigação de cumprir a Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho^{1-A}, independentemente de a empresa ser privada, pública ou controlada pelo Estado.

3. Violação das obrigações em matéria de luta contra a corrupção que devem incluir, entre outros:

(a) A promessa, a oferta ou a concessão intencionais a um funcionário público ou a qualquer outra pessoa, direta ou indiretamente, de uma vantagem indevida para que o funcionário público ou a pessoa em causa abuse da sua influência real ou presumida, com vista a obter de uma administração ou autoridade pública do Estado Parte uma vantagem indevida para o instigador original do ato ou para qualquer outra pessoa;

(b) A solicitação ou a aceitação intencionais por um funcionário público ou qualquer outra pessoa, direta ou indiretamente, de uma vantagem indevida para si próprio ou para outra pessoa, a fim de que o funcionário público ou a pessoa em causa abuse da sua influência real ou presumida, com vista a obter de uma administração ou autoridade pública do Estado Parte na Convenção uma vantagem indevida;

(c) A promessa, a oferta ou a concessão intencionais, direta ou indireta, de uma vantagem indevida a qualquer pessoa que dirija ou trabalhe, em qualquer qualidade, para uma entidade do setor privado ou uma empresa pública ou controlada pelo Estado, para si própria

ou para outra pessoa, a fim de, em violação dos seus deveres, agir ou abster-se de agir;

(d) A solicitação ou a aceitação intencionais, direta ou indireta, de uma vantagem indevida por qualquer pessoa que dirija ou trabalhe, em qualquer qualidade, para uma entidade do setor privado ou uma empresa pública ou controlada pelo Estado, para si própria ou para outra pessoa, a fim de, em violação dos seus deveres, agir ou abster-se de agir;

(e) O desvio intencional cometido no decurso de atividades económicas, financeiras ou comerciais por uma pessoa que dirige ou trabalha, em qualquer qualidade, na empresa privada ou pública ou controlada pelo Estado, de qualquer propriedade, fundos ou títulos privados ou qualquer outro bem de valor que lhe tenha sido confiado em virtude do seu cargo;

(f) A ausência de um código de conduta para o exercício correto, honrado e adequado das atividades das empresas, tanto privadas como públicas ou controladas pelo Estado, e de todas as profissões pertinentes, bem como para a prevenção de conflitos de interesses, e para a promoção da utilização de boas práticas comerciais entre as empresas e nas relações contratuais das empresas com os Estados em toda a cadeia de abastecimento;

(g) A falta de transparência entre os parceiros empresariais, incluindo as medidas adequadas relativas à identidade das pessoas singulares e coletivas envolvidas na criação e gestão de entidades societárias, incluindo os seus beneficiários efetivos;

(h) A falta de prevenção adequada da utilização indevida dos procedimentos que regem as entidades privadas ou públicas ou controladas pelo Estado, incluindo os procedimentos relativos a subsídios e

licenças concedidos pelas autoridades públicas para atividades comerciais;

(i) A falta de prevenção de conflitos de interesses através da imposição de restrições, conforme apropriado e por um período de tempo razoável, às atividades profissionais de antigos funcionários públicos ou ao emprego de funcionários públicos após a sua renúncia ao mandato ou reforma, quando essas atividades ou esse emprego estejam diretamente relacionados com as funções exercidas ou supervisionadas por esses funcionários públicos durante o seu mandato;

(j) A ausência de medidas que garantam que, tendo em conta a estrutura e a dimensão da empresa, existem controlos de auditoria interna suficientes para ajudar a prevenir e detetar atos de corrupção e que as contas e demonstrações financeiras obrigatórias da empresa estejam sujeitas a procedimentos adequados de auditoria e certificação.

4. Violação das seguintes proibições:

(a) O estabelecimento de contas não registadas nos livros;

(b) A realização de transações fora dos livros ou registadas de forma inadequada;

(c) O registo de despesas inexistentes;

(d) A inscrição de passivos com identificação incorreta dos seus objetos;

*(e) A utilização de documentos falsos;
e*

(f) A destruição intencional de documentos contabilísticos antes do previsto pela lei.

5. Não adoção de medidas adequadas para promover a participação ativa de pessoas e grupos, em particular a sociedade civil, as organizações não governamentais e as organizações de base comunitária, em função das causas e da

gravidade da corrupção e da ameaça que esta representa e dos seus efeitos negativos nos direitos humanos, no ambiente, no clima, bem como dos efeitos económicos e sociais negativos para as pessoas e as comunidades afetadas e para o Estado de direito e os sistemas de governação.

6. Branqueamento intencional dos produtos do crime, de acordo com a legislação aplicável:

(a) Através da conversão ou transferência de bens, com conhecimento de que esses bens são produtos do crime, com o fim de encobrir ou dissimular a sua origem ilícita ou de auxiliar quaisquer pessoas implicadas nessa atividade a furtarem-se às consequências jurídicas dos atos por elas praticados;

(b) Através do encobrimento ou dissimulação da verdadeira natureza, origem, localização, utilização, circulação ou propriedade de direitos sobre bens, com conhecimento de que tais bens são produtos do crime;

(c) Aquisição, posse ou utilização de bens, com conhecimento, no momento da sua receção, de que provêm de uma atividade criminosa.

(d) Participação, associação ou conspiração na prática de crimes, tentativa, auxílio e cumplicidade, facilitação e aconselhamento na prática de qualquer um dos crimes estabelecidos de acordo com a legislação aplicável.

7. Obstrução da justiça:

(a) Mediante a utilização de força física, ameaças ou intimidação ou a promessa, a oferta ou concessão de uma vantagem indevida para induzir um falso testemunho ou interferir na prestação de testemunho ou na produção de provas num processo em relação à prática de crimes estabelecidos de acordo com a legislação aplicável;

(b) Mediante a utilização de força física, ameaças ou intimidação para interferir no exercício das funções oficiais de um agente da justiça ou de um agente da autoridade em relação à prática de crimes estabelecidos de acordo com a legislação aplicável;

2. LISTA NÃO EXAUSTIVA DE CONVENÇÕES E CONVENÇÕES E DIRETRIZES:

- *Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de 2003*
- *Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, de 2000*
- *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, de 2000*
- *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, de 2000*
- *Convenção Internacional contra o Recrutamento, Uso, Financiamento e Treino de Mercenários, de 1989*
- *Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo, de 1999*
- *Convenção Civil do Conselho da Europa sobre a Corrupção, de 1999 - Convenção da OCDE sobre a Luta contra a Corrupção, de 1997*
- *A Declaração das Nações Unidas sobre os Princípios Básicos de*

Justiça relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder, de 1985

- *Princípios Básicos relativos à Independência da Magistratura (aprovados pelas Resoluções 40/32, de 29 de novembro de 1985, e 40/146, de 13 de dezembro de 1985, da Assembleia Geral das Nações Unidas)*
- *Princípios de Bangalore Relativos à Conduta Judicial (aprovados pelo Conselho Económico e Social (ECOSOC) na sua Resolução 2006/23)*
- *Princípios Básicos relativos à Função dos Advogados, adotados pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento dos Delinquentes, realizado em Havana (Cuba), de 27 de agosto a 7 de setembro de 1990.*
- *Recomendação Rec(2000)21, de 25 de outubro de 2000, do Comité de Ministros do Conselho da Europa, sobre a liberdade de exercício da profissão de advogado*
- *Princípios Gerais da profissão jurídica adotados pela Associação Internacional de Advogados Criminais (International bar Association, IBA) em 2014 - Guia Prático da IBA sobre Empresas e Direitos humanos para Advogados de Empresas (adotado em 28 de maio de 2016 por uma resolução do conselho da IBA)*
- *Questões Práticas do Conselho das Ordens de Advogados da União Europeia (CCBE) para as ordens de advogados sobre a responsabilidade social das empresas - Guia III (maio de 2017)*

- *Relatório do Grupo de Trabalho sobre o papel dos advogados e da estruturas comerciais internacionais, de 2019*
- *Pacto Global das Nações Unidas (princípio 10)*
- *Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais*
- *ISO 26000.*

^{1-A} Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos (JO L 330 de 15.11.2014, p. 1).

Alteração 121

Proposta de diretiva
Anexo – parte II-B (nova)

Texto da Comissão

Alteração

***LISTA NÃO EXAUSTIVA DE
ATIVIDADES ECONÓMICAS QUE
DEVEM SER CONSIDERADAS
ATIVIDADES DE ALTO RISCO***

As atividades dos setores económicos enumeradas a seguir devem ser consideradas atividades de alto risco devido ao seu potencial para provocar efeitos negativos nos direitos humanos, no ambiente, no Estado de direito e na boa governação, em particular nos países em desenvolvimento onde essas atividades são exercidas.

Esta lista baseia-se na nomenclatura normalizada das atividades económicas produtivas na União Europeia (códigos NACE).

Deve ser considerada uma lista não exaustiva que pode ser atualizada pela Comissão em conformidade com o

artigo 29.º, alínea c), da presente diretiva:

(i) o fabrico de têxteis, vestuário, artigos de peles com pelo, couro e produtos afins (incluindo calçado) e o comércio por grosso e a retalho de têxteis, vestuário, artigos de peles com pelo, couro e produtos afins (incluindo vestuário e calçado),

ii) agricultura, silvicultura e pescas (incluindo a aquicultura), gestão de terras e recursos (incluindo no que respeita à conservação da natureza ou outras atividades conexas), fabrico de produtos alimentares e comércio por grosso de matérias-primas agrícolas, animais vivos e produtos animais, madeira, alimentos e bebidas,

iii) setor da energia, incluindo a gás, nuclear, a vapor e elétrica, e outras fontes ao longo do seu ciclo de vida, desde a extração, a refinação, a produção, a combustão de combustíveis, o transporte, o armazenamento e a gestão de resíduos, incluindo os resíduos radioativos,

iv) todas as atividades extrativas, atividades de serviços de apoio às indústrias extrativas e o comércio por grosso de recursos minerais, produtos minerais básicos e intermédios (incluindo metais e minérios metálicos, materiais de construção, combustíveis, produtos químicos e outros produtos intermédios),

v) produção, utilização e eliminação de produtos químicos orgânicos e inorgânicos, incluindo produtos farmacêuticos, produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes;

vi) o fabrico e comércio por grosso de borracha e de matérias plásticas,

vii) o fabrico e comércio por grosso de armas e munições, incluindo produtos de dupla utilização e veículos militares de combate,

viii) o fabrico e comércio por grosso de equipamentos informáticos e produtos

eletrónicos e óticos,

ix) produção, transporte e distribuição de energia elétrica,

x) captação, tratamento e abastecimento de água,

xi) recolha, tratamento e eliminação de resíduos,

xii) transporte terrestre, marítimo e aéreo (exceto o transporte ferroviário de passageiros, o transporte interurbano e outros transportes terrestres de passageiros) e transporte por oleodutos e gasodutos, bem como logística e armazenamento,

xiii) construção de edifícios residenciais e não residenciais, engenharia civil,

xiv) construção, reparação e manutenção de navios e embarcações,

xv) atividades de segurança privada e atividades ligadas aos sistemas de segurança, incluindo o desenvolvimento e funcionamento de tecnologias biométricas e de vigilância, e

xvi) atividades financeiras e de seguros.

PROCESSO DA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER

Título	Dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade e que altera a Diretiva (UE) 2019/1937
Referências	COM(2022)0071 – C9-0050/2022 – 2022/0051(COD)
Comissão competente quanto ao fundo Data de comunicação em sessão	BUDG 4.4.2022
Parecer emitido por Data de comunicação em sessão	DEVE 15.9.2022
Relator de parecer: Data de designação	Pierfrancesco Majorino 22.3.2022
Exame em comissão	26.10.2022
Data de aprovação	25.1.2023
Resultado da votação final	<div style="display: flex; justify-content: flex-end; align-items: center;"> <div style="text-align: right; margin-right: 10px;">+:</div> <div>14</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: flex-end; align-items: center;"> <div style="text-align: right; margin-right: 10px;">–:</div> <div>10</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: flex-end; align-items: center;"> <div style="text-align: right; margin-right: 10px;">0:</div> <div>0</div> </div>
Deputados presentes no momento da votação final	Barry Andrews, Eric Andrieu, Hildegard Bentele, Stéphane Bijoux, Dominique Bilde, Udo Bullmann, Catherine Chabaud, Beata Kempa, Karsten Lucke, Janina Ochojska, Michèle Rivasi, Christian Sagartz, Tomas Tobé, Miguel Urbán Crespo, Bernhard Zimniok
Suplentes presentes no momento da votação final	Ilan De Basso, Malte Gallée, Marlene Mortler, María Soraya Rodríguez Ramos, Carlos Zorrinho
Suplentes (art. 209.º, n.º 7) presentes no momento da votação final	Claude Gruffat, Miriam Lexmann, Aušra Maldeikienė, Carles Puigdemont i Casamajó

VOTAÇÃO NOMINAL FINAL NA COMISSÃO COMPETENTE QUANTO À MATÉRIA DE FUNDO

14	+
NI	Carles Puigdemont i Casamajó
Renew	Barry Andrews, Stéphane Bijoux, Catherine Chabaud, María Soraya Rodríguez Ramos
S&D	Eric Andrieu, Udo Bullmann, Ilan De Basso, Karsten Lucke, Carlos Zorrinho
The Left	Miguel Urbán Crespo
Vers/ALE	Malte Gallée, Claude Gruffat, Michèle Rivasi

10	-
ECR	Beata Kempa
ID	Dominique Bilde, Bernhard Zimniok
PPE	Hildegard Bentele, Miriam Lexmann, Aušra Maldeikienė, Marlene Mortler, Janina Ochojska, Christian Sagartz, Tomas Tobé

0	0

Legenda dos símbolos utilizados:

+ : votos a favor

- : votos contra

0 : abstenções